



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

***A EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA E A AGENDA SOCIOAMBIENTAL
DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA:
Resultados da intervenção à Comunidade de Morro Seco.***

Cezar Augusto Silva

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da
Educação e da Formação, na área de especialização em Educação
e Formação de Adultos

**Trabalho efetuado sob orientação de:
Professora Doutora Helena Luísa Martins Quintas**

2014



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

***A EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA E A AGENDA SOCIOAMBIENTAL
DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA:
Resultados da intervenção à Comunidade de Morro Seco.***

Cezar Augusto Silva

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da
Educação e da Formação, na área de especialização em Educação
e Formação de Adultos

**Trabalho efetuado sob orientação de:
Professora Doutora Helena Luísa Martins Quintas**

2014

Título da Dissertação:

A educação comunitária e a Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira: resultados da intervenção à comunidade de Morro Seco.

Declaração de autoria de trabalho:

Declaro ser autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto da listagem de referências incluídas.

Copyright:

A Universidade do Algarve tem o direito perpétuo e sem limites geográficos de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Agradeço imensamente tudo e a todos, que colaboraram ou não com essa intensa jornada. Em especial quero agradecer a Professora Doutora Helena Quintas, minha família, meus amigos, brasileiros e portugueses e a minha amada Flor... Agradeço por acreditarem, sempre!

Resumo

A educação comunitária configura-se como uma prática socioeducativa voltada para emancipação dos sujeitos, contribui para a sua autonomia e pode ser determinante para a transformação dos cenários, principalmente da classe carente e oprimida da sociedade. Encara a aprendizagem e o conhecimento como instrumentos que promovem e que ampliam a consciência dos indivíduos, sendo adquirida na vida e durante a mesma. O seu caráter participativo e social, assim como a sua distinta metodologia, trazem, para os processos educativos, instrumentos que permitem ser utilizados diariamente, porque fazem parte da vida dos sujeitos.

A Agenda Socioambiental das comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira foi elaborada e desenvolvida utilizando estratégias e ferramentas educativas que se inserem dentro do paradigma da educação comunitária.

A presente investigação, um estudo de caso que usou métodos qualitativos, analisa e explora essa intervenção do Instituto Socioambiental Brasileiro, especificamente na comunidade de Morro Seco.

Com base nos depoimentos recolhidos na comunidade, e também da coordenação do instituto, concluímos que a Agenda Quilombola de Morro Seco contribuiu, e ainda contribui, para a evolução, instrumentalização e conscientização dos sujeitos em estudo, e que esse processo interventivo e socioeducativo tem sido um elemento fundamental, no sentido de proporcionar o desenvolvimento comunitário, a melhoria organizacional de Morro Seco, com reflexo na transformação, ainda que lenta e paulatina, da comunidade em estudo.

Palavras-chave: Intervenção comunitária, educação e formação de adultos; comunidades quilombolas

Abstract

The community education represents a socio-educative practice towards the individuals' emancipation, contributes to their autonomy and can be crucial for the transformation of scenarios, especially of the oppressed classes of society. The community education sees learning and knowledge as instruments that can and should promote and expand the individuals' consciousness, being acquired in life and throughout it. As so, the social feature, as well as distinct methodology, brings instruments that can be used in a daily basis, because they are part of the individuals' lives.

The Vale do Ribeira Quilombo communities Socio-environmental Agenda was designed and developed using educational strategies and tools that are inserted within community education's paradigm. Those we analyze and explore the Socio-Environmental Institute's intervention, specifically in Morro Seco community.

Based on testimonies obtained within the community, and also within the institute's coordination, we conclude that the Morro Seco Quilombo Agenda contributed and still contributes to the development, instrumentalization and awareness of the individuals under study, and that this interventionist, socio-educative process was a crucial element to provide community development and organizational improvement of Morro Seco, reflecting the transformation of community under study, although slowly and gradually.

Key-words: Community intervention, education and formation of adults, quilombolas communities;

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| PARTE I..... | 5 |
| Enquadramento Teórico | 5 |
| CAPÍTULO I | 6 |
| Comunidades Quilombolas e o Vale do Ribeira..... | 6 |
| 1.1 – Histórico e contextualização | 6 |
| 1.2 – Comunidades Remanescentes de Quilombos..... | 7 |
| 1.3 - Antropologia, etnografia e territorialidade | 8 |
| 1.4 – Modo de vida e produção Quilombola..... | 10 |
| 1.5 – Organização Quilombola..... | 11 |
| 1.6 – O Vale do Ribeira..... | 12 |
| 1.7 – Conservação, Preservação e Proteção Ambiental | 16 |
| 1.8 - Cenário e condições atuais..... | 17 |
| Movimentos Ambientais e Instituto Socioambiental..... | 20 |
| 1. Histórico e Contextualização | 20 |
| 2. O Instituto Socioambiental (ISA) | 22 |
| 3. Agenda Socioambiental das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. 25 | |
| 3.1. Construção e Avaliação da ASACQVR..... | 26 |
| 4. A comunidade quilombola de Morro Seco | 28 |
| 4.1. Exigências e Necessidades da Comunidade..... | 29 |
| 5. Metodologia e processo participativo. | 30 |
| CAPÍTULO III..... | 33 |
| Educação | 33 |
| 1. Educação e Aprendizagem..... | 33 |
| 2. Educação ao Longo da Vida | 34 |
| 3. Contexto e cenário, Mundial e Brasileiro | 36 |
| 4. Educação Crítica | 38 |
| 5. Educação Popular | 39 |
| 7. Educação Comunitária..... | 42 |
| Parte II | 48 |
| Estudo empírico..... | 48 |
| CAPÍTULO IV | 49 |

| | |
|--|-----|
| Opções metodológicas | 49 |
| 1. Problemática e motivações de estudo | 49 |
| 2. Fundamentação das opções metodológicas | 50 |
| 3. Objeto, Objetivos de Estudo e Questões de Investigação..... | 51 |
| 4 – Sujeitos do estudo | 53 |
| 5. – Técnicas e instrumentos de recolha de dados | 55 |
| 5.1 - Entrevistas..... | 55 |
| 5.2 – Procedimentos de recolha de dados | 57 |
| 5.3 – A técnica da análise de conteúdo | 60 |
| 6. – Procedimento de análise de dados | 61 |
| Parte II | 65 |
| Resultados..... | 65 |
| Capítulo V | 66 |
| Apresentação e discussão dos resultados..... | 66 |
| Introdução | 66 |
| 1. Apresentação dos sujeitos..... | 67 |
| 2. Motivações Iniciais..... | 69 |
| 2.1 – Apresentação descritiva da subcategoria: Finalidade da intervenção para o ISA e os interesses de participação da comunidade na ASACQVR..... | 71 |
| 2.2. Apresentação descritiva da subcategoria: Fragilidade e vulnerabilidade..... | 78 |
| 2.3. Apresentação descritiva da subcategoria: Manutenção, valorização e preservação..... | 84 |
| 2.4. Outros fatores..... | 91 |
| 3.1 – Apresentação descritiva da subcategoria: Diagnóstico comunitário..... | 96 |
| 3.2 – Apresentação descritiva da subcategoria: Processo de intervenção..... | 101 |
| 3.3 – Apresentação descritiva da subcategoria: Educação e formação..... | 105 |
| 3.4 – Apresentação descritiva da subcategoria: Outros fatores..... | 111 |
| 4.1 – Apresentação descritiva da subcategoria: Desenvolvimento comunitário... | 115 |
| 4.2 – Apresentação descritiva da subcategoria: Ambiente, legislação e políticas. | 123 |
| 4.3 – Apresentação descritiva da subcategoria: Sustentabilidade e continuidade do programa..... | 128 |
| 3.4 – Apresentação descritiva da subcategoria: Percepção ou senso comum..... | 132 |
| Conclusões..... | 137 |
| Referências Bibliográficas e Webgráficas..... | 142 |

Índice de Figuras

| | |
|--|-----|
| Figura 1. Estrutura Organizacional ISA..... | 22 |
| Figura 2. distribuição dos percentuais das unidades de registo de cada subcategoria de análise da categoria “motivações iniciais”..... | 70 |
| Figura 3. Indicadores da subcategoria de análise “Finalidade da intervenção para o ISA e os interesses na participação da comunidade na ASACQVR”. Unidades de registo observadas nos vários participantes..... | 75 |
| Figura 4. distribuição dos valores das unidades de registo da subcategoria de análise “Fragilidade e vulnerabilidade”..... | 82 |
| Figura 5. distribuição dos valores das unidades de registo da subcategoria de análise “Manutenção, valorização e preservação”..... | 88 |
| Figura 6. distribuição dos valores das unidades de registo da subcategoria de análise “Outros fatores”..... | 93 |
| Figura 7. distribuição dos percentuais das unidades de registo de cada subcategoria de análise da categoria “Construção e desenvolvimento”..... | 95 |
| Figura 8. Indicadores da subcategoria de análise “Diagnóstico comunitário”. Unidades de registo observadas nos vários participantes..... | 98 |
| Figura 9. Indicadores da subcategoria de análise “Processo de intervenção”. Unidades de registo observadas nos vários participantes..... | 103 |
| Figura 10. Indicadores da subcategoria de análise “Educação e formação”. Unidades de registo observadas nos vários participantes..... | 108 |
| Figura 11. Indicadores da subcategoria de análise “Outros fatores”. Unidades de registo observadas nos vários participantes..... | 112 |
| Figura 12. distribuição dos percentuais das unidades de registo de cada subcategoria de análise da categoria “impactos e resultados”..... | 115 |
| Figura 13. Indicadores da subcategoria de análise “Desenvolvimento comunitário”. Unidades de registo observadas nos vários participantes..... | 120 |
| Figura 14. distribuição das unidades de registo da subcategoria de análise “Ambiente, legislação e políticas”. Unidades de registo observadas nos vários participantes..... | 125 |
| Figura 15. Indicadores da subcategoria de análise “Continuidade e sustentabilidade da ASACQVR”. Unidades de registo observadas nos vários participantes..... | 130 |

Figura 16. Indicadores da subcategoria de análise “Percepção ou senso comum”. Unidades de registo observadas nos vários participantes134

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Quadro de Atividades desenvolvidas na ASACQVR..... | 26 |
| Tabela 2. Caracterização dos sujeitos..... | 55 |
| Tabela 3. Guião da estrutura das entrevistas..... | 58 |
| Tabela 4. Grelha de categorização..... | 63 |
| Tabela 5. Grelha de Categorias e Subcategorias..... | 67 |

Lista de Siglas

| | |
|---------|--|
| ABA | Associação Brasileira de Antropologia |
| APA | Áreas de Proteção Ambiental |
| ASA | Agente Socioambiental |
| ASACQVR | Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira |
| CAT | Centro de apoio ao trabalho |
| CISAH | Coordenador de Projetos Homem |
| CISAM | Coordenador de Projetos Mulher |
| CNPJ | Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| EACONE | Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras – Vale do Ribeira |
| ESALQ | Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz” |
| FGH1 | Focus grupo homem 1 |
| FGH2 | Focus grupo homem 2 |
| FGH3 | Focus grupo homem 3 |
| FGH4 | Focus grupo homem 4 |
| FGM1 | Focus grupo mulher 1 |
| FGM2 | Focus grupo mulher 2 |
| FGM3 | Focus grupo mulher 3 |
| FGM4 | Focus grupo mulher 4 |
| FGM5 | Focus grupo mulher 5 |
| FGM6 | Focus grupo mulher 6 |
| FGV-SP | Fundação Getulio Vargas – São Paulo |
| FNMA | Fundo nacional do meio ambiente |
| IDH | Índice de desenvolvimento humano |
| Incrá | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| ISA | Instituto Socioambiental |
| ITESP | Fundação instituto de terras de São Paulo |
| LC1 | Liderança comunitária 1 |
| LC2 | Liderança comunitária 2 |
| Moab | Movimento dos Ameaçados por Barragens |
| ONGs | Organizações não governamentais |
| Oscip | Organização civil de interesse público |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escola |
| Puc-SP | Pointifícia Universidade Católica de São Paulo |
| RTC | Relatório Técnico Científico |
| TIs | Terras Indígenas |
| UCs | Unidades de Conservação |
| UGRHI | Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos |
| UNESCO | <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> |

INTRODUÇÃO

Geralmente formados por descendentes de africanos escravizados no Brasil, as sociedades quilombolas são consideradas populações tradicionais e caracterizam-se por uma socioeconomia voltada para agricultura de subsistência, extração de produtos da floresta, caça, entre outros (Barroso et al., 2010).

Os povos tradicionais, como os índios e as comunidades remanescentes de quilombos, possuem direitos territoriais assegurados na Constituição Federal Brasileira. O documento, datado de 1988, define, no seu 68º artigo, uma política de reconhecimento de terras para os remanescentes das comunidades de quilombos, garantindo a propriedade definitiva do território ocupado, devendo o Estado emitir os respectivos títulos territoriais (Schmitt, et al. 2002).

No Brasil, país de onde o autor desta investigação é originário, o Instituto Socioambiental (ISA), surgido em 1994, possui, desde a sua fundação, o claro objetivo de estabelecer soluções integradas para as “questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao património cultural, aos direitos humanos e dos povos”.

Esta organização civil de interesse público (Oscip), tem atuado ao longo da sua existência em diversas ações que privilegiam a valorização da diversidade social e ambiental. Neste sentido, desenvolve diversas ações, programas e projetos, dos quais podemos eleger os seguintes: i) a defesa dos direitos socio ambientais; ii) a monitorização e a proposta de alternativas às políticas públicas; iii) a investigação, difusão, documentação de informações socio ambientais; iv) o desenvolvimento de modelos participativos de sustentabilidade socio ambiental; e v) o fortalecimento institucional dos parceiros locais.

As comunidades quilombolas são, entre outros, destinatários das ações desenvolvidas pelo ISA.

A Agenda Socioambiental das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (ASACQVR) foi estabelecida como um dos projetos da entidade anteriormente referida (o ISA). Na senda dos princípios preconizados pela Agenda 21, o processo de elaboração da ASACQVR, iniciada em 2004 e publicada em 2008, incluiu 14 comunidades e pretende, através de um modelo participativo, criar oportunidades de

“partilhar estratégias comuns em busca da melhoria da qualidade de vida das comunidades e da sustentabilidade ambiental” (p. 5). Configura-se como um referencial que possibilita a implementação de ações prioritárias e de recomendações, que possam viabilizar a melhoria na qualidade de vida dessas populações e serve como uma diretriz que concede oportunidades para o desenvolvimento social, económico e ambiental, privilegiando um rumo para a sustentabilidade dos seus territórios e de sua população.

O estabelecimento das prioridades, realizado participativamente com a comunidade, pode oferecer, para além de um retrato comunitário, o desenvolvimento de potencialidades coletivas e individuais que a ASACQVR (2008) ainda não mensurou.

Nesse sentido, é com vista a esses possíveis impactos e resultados que, eventualmente, emergiram desse processo, que se centra a investigação a que esta dissertação de mestrado dá corpo.

Vários autores consideram a intervenção comunitária como uma importante ferramenta de mudança dos contextos sociais, principalmente da classe carente da sociedade (Gadotti, 1993). Trata-se de uma abordagem educativa que encara a aprendizagem e o conhecimento como instrumentos que promovem e que ampliam a consciência dos indivíduos, sendo adquirida na vida e durante a mesma. O seu campo de atuação é muito diversificado, seja no âmbito da educação formal e não formal, nas empresas, cooperativas, em movimentos sociais, culturais, políticos e na comunidade propriamente dita.

A perspectiva de educação comunitária que Marques (2009) acredita ser possível construir, é a da participação através do diálogo, desenvolvendo “o conhecimento numa relação dialógica, em que todos tenham a liberdade de expor suas ideias, contestar, não aceitar tudo passivamente”, no sentido de procurar, em conjunto, “as melhores soluções dos problemas apresentados numa sociedade, seja esta carente ou não” (p. 65).

À semelhança de Brandão (1988, citado por Gutiérrez, 1993) acreditamos que “o desenvolvimento sociopolítico se deve constituir como um espaço onde os próprios setores populares desenvolvam (expressem, critiquem, enriqueçam, reformulem, valorizem) coletivamente seu conhecimento, suas formas de aprender e explicar os acontecimentos da vida social” (p. 33).

Essa prática educativa, ou socioeducativa, preconiza a aprendizagem para toda a vida e ao longo dela, valorizando as experiências adquiridas pelos sujeitos. A educação comunitária possui fortes vínculos com a educação não-formal, tanto pelo seu carácter participativo e social, como pelas metodologias que utiliza. O facto é que qualquer

destes processos educativos procura formação para a cidadania, conduz à reflexão política e à emancipação dos sujeitos (Gadotti, 2005, citando por Gohn, 1999).

Como vimos, o ISA possui uma ampla atuação, mesmo quando olhamos para apenas um dos seus Programas, e o nosso trabalho centra-se num deles, A Agenda Socioambiental das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. Assim, a presente investigação propõe-se analisar e explorar a concretização da ASACQVR, considerada como um importante instrumento de auxílio político e de direcionamento comunitário, em cujo desenvolvimento e construção foram utilizadas estratégias e ferramentas educativas que se inserem dentro do paradigma da educação comunitária. Neste sentido, pretendemos compreender e perceber possíveis impactos e resultados desse processo interventivo numa das catorze comunidades quilombolas intervencionadas, especificamente a do Morro Seco,

Esse trabalho apresenta-se dividido em três partes. Primeiramente é fundamentada, teoricamente, a problemática em estudo e são apresentados os principais conceitos que fazem referência ao tema em análise; num segundo momento é descrita a metodologia utilizada no estudo empírico; finalmente, a terceira e última parte, são apresentados e discutidos os resultados obtidos neste estudo, bem como as conclusões que dele retirámos.

O enquadramento teórico está dividido em três capítulos com o objetivo de situar a temática em estudo. Desse modo, no primeiro capítulo, “Comunidades Quilombolas e o Vale do Ribeira”, o nosso objetivo foi a contextualização desses povos tradicionais brasileiros e o meio em que vivem; no segundo capítulo, “Movimentos sociais e Instituto Socioambiental”, o nosso intuito foi demonstrar a importância das instituições e dos movimentos sociais e ambientais no Brasil; por fim, no terceiro capítulo, “Educação”, exploramos a prática educativa e a aprendizagem como um contexto social, transformador e emancipatório.

Na segunda parte desta investigação apresentamos a parte empírica, detalhando as nossas opções metodológicas, as técnicas e os instrumentos utilizados para a recolha dos dados, assim como os procedimentos de análise que adotámos. Trata-se de um estudo de caso, que se insere no paradigma qualitativo, e que objetiva explorar “factos” e “causas”, na tentativa de compreender o significado dos acontecimentos e das interações humanas.

Na terceira e última parte seguimos com a apresentação e discussão dos resultados de nossa investigação e com as conclusões a que a investigação conduziu.

A apresentação de resultados e a sua discussão estão organizados de acordo com uma determinada lógica. Primeiramente são apresentados os sujeitos do estudo, que foram divididos em grupos de análise, a saber: a coordenação do ISA, liderança comunitária quilombola e a comunidade em si. Esta, por sua vez, foi dividida em dois outros grupos, homens e mulheres da comunidade de Morro Seco. Num segundo momento, e tendo como referência as várias categorias de análise, apresentamos e discutimos os resultados obtidos através da análise de conteúdo que realizámos às entrevistas efetuadas, com o propósito alcançar o objetivo geral a que nos propusemos e que se consubstancia na avaliação dos resultados da intervenção do ISA na comunidade de Morro Seco, através da aplicação da Agenda.

PARTE I

Enquadramento Teórico

CAPÍTULO I

Comunidades Quilombolas e o Vale do Ribeira

1.1 – Histórico e contextualização

O processo de expansão de fronteiras Brasileiro, ocorridas a partir da época do “descobrimento”, alterou, obviamente, a conduta territorial dos povos que residiam nessas áreas, e deu origem, seja por imposição ou não, a um novo contexto territorial, unificando grupos de culturas diferentes numa mesma área (Litthe, 2002). O processo de expansão fronteiriço brasileiro durante a época colonial e imperial, que deu origem à formação da diversidade fundiária e étnica do país, são, ainda nos dias atuais, objeto de grande discussão política, e um problema a ser resolvido. Nesse sentido, e no âmbito da presente dissertação, impõe-se uma breve contextualização histórica.

A ocupação do território pelos Portugueses deu-se, primeiramente, no litoral (sec. XVI). Durante os dois séculos seguintes (XVII e XVIII), houve um grande avanço territorial para o interior pelos bandeirantes, até à ocupação da Amazónia, processo que teve como consequência a larga escravização indígena. Concomitantemente, estabeleceram-se grandes latifúndios de açúcar e algodão no Nordeste Brasileiro, denominados *plantations*, que se baseavam em mão-de-obra de africanos escravizados.

Entre outros processos de expansão e exploração podemos citar o crescimento das fazendas de gado do sertão do Nordeste ao Centro-Oeste; a mineração, no território onde hoje se encontra o Estado de Minas Gerais até o Centro-Oeste; e a cafeicultura no Sudeste. O facto é que desses processos de expansão fronteiriço emergiram uma série de conflitos territoriais e, como consequência, “novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos” (Litthe, 2002, p. 4). O autor observa que durante quinhentos anos,

guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamento étnico envolvendo centenas de povos indígenas e múltiplas forças invasoras de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e, nos últimos dois séculos, brasileiros, dão testemunho da resistência ativa dos povos indígenas para a manutenção do controle sobre suas áreas. No caso dos escravos africanos, a

história da colônia e do império está repleta de casos de rebeliões, fugas, luta armada e alianças entre quilombos e povos indígenas. (p. 5)

Nesse sentido podemos entender que o Brasil foi formado por uma grande diversidade étnica, que foi acompanhada por uma grande diversidade fundiária. Entre as sociedades que se constituem como grupos importantes da diversidade étnica, cultural e fundiária do país estão os povos indígenas e as comunidades remanescentes dos quilombos, também espalhadas pelo território nacional (Litthe, 2002).

1.2 – Comunidades Remanescentes de Quilombos

Geralmente formados por descendentes de africanos escravizados no Brasil, as sociedades quilombolas são consideradas populações tradicionais¹ e caracterizam-se por uma socioeconomia voltada para agricultura de subsistência, extração de produtos da floresta, caça, entre outros (Barroso et al., 2010).

Os povos tradicionais, como os índios e as comunidades remanescentes de quilombos, possuem direitos territoriais assegurados na Constituição Federal Brasileira. O documento, datado de 1988, define, no artigo nº 68º, uma política de reconhecimento de terras para os remanescentes das comunidades de quilombos, garantindo a propriedade definitiva do território ocupado, devendo o Estado emitir os respectivos títulos territoriais (Schmitt, 2002).

Entretanto, a possibilidade de acesso a esse direito constitucional tem relação direta com uma política reconhecimento, no nosso caso, da identidade quilombola, o que traz à tona, de acordo com Schmitt (2002), a “necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo” (p. 1).

O primeiro registro que definiu o conceito de Quilombo é de 1740, quando o Conselho Ultramarino, reportando-se ao rei de Portugal, o caracterizou como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (p. 2). Schmitt (2002),

¹ Segundo definição de Arruda (2001), pela inexistência de classificação mais adequada, as “sociedades tradicionais” referem-se a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.

sublinha, ainda, que essa caracterização descritiva perdurou até meados de 1970, influenciando teóricos brasileiros durante gerações.

Inúmeras discussões em torno do reconhecimento de uma identidade quilombola têm envolvido tanto o meio jurídico, antropológico, os próprios grupos, bem como diferentes movimentos e atores sociais, “na tarefa de tentar participar da definição do conteúdo semântico que estaria sendo atribuído a essa categoria” (Chagas, 2001, p. 212).

1.3 - Antropologia, etnografia e territorialidade

Sob a perspectiva etnográfica, as diferentes sociedades tradicionais brasileiras, como os indígenas, os caboclos, os caiçaras e os quilombolas, são tão distintas que abarcá-las dentro de uma mesma classificação seria inviável (Little, 2002). Assim sendo, a importância de um referencial etnográfico que caracterize a identidade desses povos considerados tradicionais possui relação direta com a questão fundiária no Brasil que, segundo Little (2002),

vai além do tema de redistribuição de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial. (p. 2)

Para Little (2002) a antropologia tem tratado da questão territorial de maneira marginal nas últimas décadas, seja pela apropriação do conceito de territorialidade humana pela etologia, que o considera como instinto animal (bem como outras espécies), ou mesmo numa outra vertente antropológica, que objetiva explicá-la “em termos de densidade populacional e limitações de recursos naturais” (p.3).

Na perspectiva de Little (2002), a definição de territorialidade está vinculada ao “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”. (p. 3) Casimir (1992), citado pelo autor anterior, aponta que a territorialidade é uma força pulsante dos grupos sociais, e a sua manifestação depende de fatores históricos, da conduta territorial, sendo, deste modo, são produtos de processos políticos e sociais.

É importante destacar que os parâmetros estabelecidos no Estado brasileiro para caracterização de propriedade se resumem a dois grupos: a propriedade particular e a propriedade privada. Esta tipologia é característica da lógica capitalista, na qual o proprietário possui o direito sobre uma determinada área, seja para a sua exploração, comercialização, ou, ainda, reivindicação de propriedade, no caso de essa estar, injustamente, sob poder de outro. Dito por outras palavras, confere ao proprietário o poder “de adquirir ou alienar a terra através do processo de compra e venda no mercado, convertendo assim a terra em mercadoria” (p. 7).

Relativamente ao território público, importa compreender que o controle desse território é dado pelo Estado. De acordo com essa concessão, pelo menos formalmente, os territórios públicos pertencem aos cidadãos do país, e o Estado é responsável pela sua atribuição ou beneficiamento, em prol de determinados grupos de cidadãos. (Litthe, 2002)

No que se refere às populações tradicionais brasileiras, Litthe (2002) aponta que o regime de propriedade pode incorporar características entre os regimes privado e público. O autor denomina as “propriedades sociais” dentro de uma perspectiva de propriedade comum, estando relacionada com as formas de utilização e as regras estipuladas por um determinado grupo social, no sentido de apropriação de um território. Esses regimes de propriedade comum tornaram-se objeto de grande relevância para a antropologia, e associam-se com a identificação etnográfica e identitária desses grupos sociais.

Schmitt (2002) observa que foi com o auxílio da ciência que “a denominação quilombo se impôs no contexto da elaboração da constituição de 1988” (p. 2), sendo esse apoio determinante na luta política, em torno das reivindicações da população rural negra, colocando-a em posição de destaque no palco dos movimentos sociais. A contribuição desses estudos relaciona-se com a definição de uma identidade social e étnica compartilhada por esses povos, assim como o período de ocupação territorial e, para além disso, nas práticas e manutenção do seu modo de vida, característicos de cada local.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) define quilombo como "toda comunidade negra rural que agrup descendentes de escravos que vivem da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado" (ISA *web page*)

Em consonância com a antropologia moderna, o conceito de quilombo apresenta-se atualmente “dilatado”, e sua abrangência abarca tanto a questão territorial quanto a componente da identidade quilombola. Desse modo, conforme nos apresenta Schmitt (2002), o termo remanescente de quilombo indica “a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico” (p. 4).

Nesse sentido, e com o objetivo de garantir o direito constitucional assegurado aos grupos quilombolas, o Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), investigou diversas comunidades no Estado, consideradas como remanescentes de quilombos. A intenção era a elaboração de um Relatório-Técnico-Científico² (RTC), que consistiu em pareceres e metodologias antropológicas, assim como na realização de processos de demarcação de terras indígenas, na tentativa de proceder a uma identificação étnica e, nesse sentido, justificar o direito aos territórios reivindicados (Schmitt, 2002).

1.4 – Modo de vida e produção Quilombola

A estrutura produtiva dessas comunidades, denominada de agricultura de subsistência, assegura produtos básicos de consumo, com excedente produtivo que pode ser comercializado.

O grau de parentesco é a base das relações sociais dessas comunidades, e as tarefas desenvolvidas na cadeia de produção são normalmente realizadas através de mutirões³, principalmente a colheita, o que apresenta a existência de uma relação solidária e demonstra uma “sociabilidade intrínseca ao modo de vida dos quilombolas” (Júnior et al., 2008, p. 230).

² RTC é o documento que reconhece tal comunidade como quilombo. Nele constam informações antropológicas e fundiárias referentes à terra do quilombo. No caso dos quilombos que estão em áreas públicas estaduais, sendo reconhecidos, recebem do Estado o título de domínio das terras, emitido em nome da associação – representação jurídica comunal do quilombo, titulação garantida pela Constituição Federal de 1988. Já os quilombolas que vivem em áreas particulares ou da União, ficam na dependência do Governo Federal, representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que é o órgão responsável pela execução da reforma agrária e tem a atribuição de realizar desapropriações e expedir o título de domínio (ASACQVR, 2008, p.12).

³ Mutirão é o nome dado no Brasil a mobilizações coletivas para alcançar um fim, baseando-se na ajuda mútua prestada gratuitamente. É uma expressão usada originalmente para o trabalho no campo ou na construção civil de casas populares, em que todos são beneficiários e, concomitantemente, prestam auxílio, num sistema rotativo e sem hierarquia.

As comunidades remanescentes de quilombos possuem um sistema de exploração do solo semelhante ao que é praticado em muitas regiões tropicais e húmidas do planeta. O processo, denominado de corte e queima ou coivara, consiste em clareiras abertas na mata para que as áreas possam ser cultivadas, no entanto, esses mesmos espaços ficam por um período maior de tempo em pousio do que em plantio (Júnior et al., 2008). Para o autor “os métodos de cultivo empregados imitam processos ecológicos naturais, como a estrutura protetora das florestas tropicais e a grande diversidade de espécies e variedades associadas, desse modo pode-se dizer que sua sustentabilidade está relacionada a essa analogia” (p. 228).

Arruda (1999) aponta que as populações tradicionais brasileiras se caracterizam pela baixa articulação com o mercado, a sua mão-de-obra é de origem basicamente familiar, e como a utilização de tecnologias geralmente é de baixo impacto, resulta numa ocupação de base sustentável. Por residirem em locais de difícil acesso, essas populações desenvolvem práticas produtivas tradicionais, e o seu conhecimento ecológico, relacionado com a gestão e a conservação ambiental bem como as informações de cunho socioeconómico, apresentam-se como instrumentos importantes para o processo de elaboração de estratégias que “podem resultar em planos de desenvolvimento melhor adaptados às condições locais” (Hanazaki, 2010).

1.5 – Organização Quilombola

A legislação brasileira influencia, claramente, o processo de organização político-social das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, bem como os mais variados processos interventivos. O Instituto Socioambiental refere que o trabalho de base no Vale do Ribeira desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em meados da década de 1980, foi o início do “processo de discussão e organização dos quilombolas do Vale do Ribeira” (ASACQVR⁴, 2008, p. 11).

No que se refere aos aspetos legais, para além da instituição da questão quilombola na Constituição Federal em 1988, no artigo nº 68 (conforme vimos no capítulo anterior), outros dois artigos, nº 215 e nº 216, estabelecem, respetivamente, “a proteção às manifestações culturais afro-brasileiras e o reconhecimento do património cultural brasileiro, no qual se inclui o tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos” (ASACQVR, 2008, p. 11).

⁴ Agenda Socioambiental de Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira

Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, diversas organizações e entidades, tanto civis como governamentais, foram criadas para tratar da questão Quilombola. De lá para cá a legislação também avançou. Entre eles refiram-se Decretos Federais e Estaduais, Instruções Normativas e Leis Estaduais. A título de exemplo, em São Paulo, o Decreto nº 42.839, de 4 de fevereiro de 1998,

Regulamentou o artigo 3º da Lei nº 9.757, de 15 de setembro de 1997, que dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos remanescentes das comunidades quilombolas, a partir de dados histórico-sociais, escritos e ou orais, por meio de Relatório Técnico-Científico (RTC), a ser elaborado pelo ITESP. (ASACQVR, 2008, p. 13)

Conforme é apontado pela ASACQVR (2008), apesar dos avanços legais e marcos históricos, o processo de reconhecimento de comunidades quilombolas e dos seus territórios enfrentam diversos problemas, principalmente pela “ausência de políticas públicas que promovam alternativas económicas compatíveis com a diversidade cultural e ambientais capazes de proporcionar o desenvolvimento sustentável das comunidades e de seus territórios” (p. 13).

No que se refere a organização quilombola na região do Vale do Ribeira, foi na década de 90 que a Equipa de Articulação e Assessoria as Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE) foi criada, sendo formada por líderes comunitários e apoiantes, com o objetivo de sentido garantir e assegurar os direitos das populações quilombolas no Vale.

Também nessa década surge o “Movimento dos ameaçados por barragens” (Moab), composto por diversos representantes da sociedade civil e, sobretudo, pelas lideranças comunitárias: “o movimento faz parte até hoje do cenário político-social das comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras locais no enfrentamento dos projetos de barragens (...) no rio Ribeira de Iguape” (ASACQVR, p.11).

1.6 – O Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira, também denominado como “Bacia hidrográfica do Ribeira de Iguape” e “Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 11” (UGRHI 11), localiza-se ao sul do estado de São Paulo e a leste do Estado do Paraná. Compreende uma área

de, aproximadamente, 25.000 Km². Entretanto, cerca de dois terços, ou 17.000Km² desse território, encontra-se em território paulista. Nessa região, privilegiada por belezas naturais, encontra-se uma grande concentração de floresta natural e compreende Áreas de Proteção Ambiental (APA), Parques Estaduais e a Estação Ecológica da Jureia (Marques, 2007).

A região que compreende o Vale do Ribeira foi declarada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1999, como património da humanidade. Esta distinção é devida ao facto de conter mais de 2,1 milhões de hectares de florestas, que representam 21% dos remanescentes de Mata Atlântica de todo o País (a maior área contínua desse ecossistema); 150 mil hectares de restingas; e 17 mil hectares de manguezais. Ou seja, trata-se de uma área com grande importância, dada a rica biodiversidade, mas, também, pela sociodiversidade e multiculturalidade, pois nesses territórios residem diversas comunidades tradicionais, como caiçaras, índios e os remanescentes de quilombos (ISA *web page*).

De acordo com dados do governo brasileiro, o último censo realizado na região do Vale do Ribeira (2013) aponta que, na porção paulista desse território, da população total, 443.325 habitantes, 114.995 residem em zonas rurais. Esta região é composta por 25 municípios, entre eles Cajati, Iguape e Registro⁵. É neste território que se encontra grande parte das comunidades Quilombolas do Estado de São Paulo, bem como uma das únicas porções remanescentes da floresta atlântica, uma das áreas mais ameaçadas do planeta, restando, apenas, 8,5% de sua cobertura original⁶.

Nas unidades de conservação (UCs) inseridas no Vale encontramos grande diversidade de espécies raras, como o cedro e araucária, e dezenas de espécies ameaçadas de extinção, como a onça-pintada e o jacaré-de-papo-amarelo. Para além destas, referimos 42 espécies endêmicas da região, como o beija-flor rajado e o micco-leão-da-cara-preta (ISA).

Em relação a diversidade sociocultural, o ISA refere que o Vale do Ribeira integra várias comunidades indígenas Guarani⁷ (ocupação marcada por intensa mobilidade

⁵ http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/valedoribeirasp/one-community?page_num=0 (acessado em 10/09/2014)

⁶ <http://www.sosma.org.br/nossa-causa/a-mata-atlantica/>

⁷ São dez as aldeias Guarani no Vale do Ribeira, hoje, formadas por famílias pertencentes aos subgrupos Mbyá e Nandeva. A Fundação Nacional do Índio (Funai) estima que a população indígena na região tenha mais de 400 indivíduos. Os Guarani Mbyá vivem próximos ou mesmo dentro de Unidades de Conservação e nelas se relacionam com os recursos naturais de modo tradicional, pois seu padrão de

populacional, principalmente por falta de regularização fundiária) e comunidades caiçaras⁸, além das comunidades quilombolas.

As características dessa área são singulares quando comparadas com as de outras regiões do Estado de São Paulo, devido aos baixos índices de desenvolvimento⁹, possuindo uma economia voltada para a agricultura, a mineração e extrativismo vegetal. Marques (2007) aponta, ainda, que “os parâmetros socioeconômicos e demográficos apresentam uma imagem contrastante com o resto do estado” (p. 1172), sendo uma das regiões de São Paulo menos urbanizadas.

De acordo com o ISA (*web page*), tal singularidade da região deve-se, também, ao facto de existirem outras áreas preservadas que não estão apenas nas UCs,

mas também em terras indígenas, quilombolas e nos bairros rurais, onde predomina a pequena agricultura de subsistência. A preservação ambiental é a vocação natural do Vale do Ribeira e é a razão pela qual tanto o governo quanto as organizações não-governamentais vêm apostando em projetos de desenvolvimento sustentável na região.

O instituto ainda refere que o Vale do Ribeira possui recursos arqueológicos muito significativos, pois “concentra um dos maiores complexos de cavernas do Brasil, representado por 273 cavidades naturais até hoje cadastradas pela Sociedade Brasileira de Espeleologia e outras tantas ainda não descobertas”. É também nesta região que se encontra a maior quantidade de sítios registados pelo património no estado de São Paulo.

economia está baseado na agricultura de subsistência. A caça e a pesca são atividades sazonais e sua relação com o espaço e a natureza também é pautada por preceitos religiosos e éticos (ISA).

⁸ Ao longo dos 140 km de extensão do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá vivem cerca de 80 comunidades caiçaras, formadas por 2.456 famílias. Seu modo de vida caracteriza-se principalmente pela relação de interação com a natureza, seus ciclos e recursos renováveis. A atividade pesqueira de subsistência, sua principal atividade econômica, é realizada de modo artesanal e com baixo impacto ambiental. Tal como a economia, as atividades culturais e sociais são pautadas na organização em torno da unidade familiar, domiciliar ou comunal.

⁹ IDH médio é de 0,75, segundo dados do governo brasileiro divulgados em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/valedoribeirasp/one-community?page_num=0 acessado em 10/09/14.

1.6.1 – Ocupação do Vale do Ribeira

Habitado por índios seminômadas que se dedicavam à caça, pesca e à agricultura itinerante, o litoral da Baixada do Ribeira foi visitado por exploradores e colonizadores no início do século XVI, mas foi a partir do século XVII que o interesse pelo ouro deu origem a uma ocupação mais intensa no interior. A descoberta de minas contribuiu para o fim do isolamento da região, e a exploração do ouro, ainda que em menor escala, estendeu-se até o início do século XIX.

Além da mineração, a região desenvolveu-se através da agricultura que utilizava mão de obra escrava. Os produtos, tais como o arroz que era o principal produto agrícola, eram exportados para os mercados europeus e latino americanos através do porto de Iguape. No entanto, no início do séc. XX, uma série de adversidades contribuiu para o colapso dessa produção, e para a conseqüente estagnação econômica do Vale, que o fez regredir para a agricultura de subsistência (ISA).

Segundo Júnior et al. (2008), a concentração de comunidades quilombolas no Vale do Ribeira tem a sua origem no século XVIII, quando um grande “contingente de escravos foragidos, libertos ou abandonados” (p. 230), se fixaram nas margens do rio Ribeira de Iguape. Estas comunidades eram formadas, principalmente, por escravos alforriados que trabalhavam na mineração e que, quando ocuparam as terras, se tornaram lavradores (ISA).

Os quilombolas do Vale do Ribeira construíram uma relação específica com a natureza e com o território, tornando esse relacionamento o principal meio de sobrevivência durante o período escravista brasileiro, o que significava a exploração das terras para extração de recursos, moradias e reconstrução do seu suporte cultural (Carril, 2006).

A zona paulista do Vale é composta por, aproximadamente, 51 comunidades quilombolas, embora só uma minoria esteja com seus títulos de propriedade. Considerando o vínculo existente entre a formação da identidade com esses territórios, de onde retiram os recursos necessários para sua sobrevivência, “a questão do reconhecimento e a titulação de suas terras é vital para os quilombolas”. (ISA, *web page*).

A comunidade de Ivaporunduva é considerada a mais antiga da região, e tornou-se, em 2000, a primeira comunidade do estado a conquistar o título de propriedade

definitivo do seu território. De acordo com o ISA, até hoje soma-se um total de 19 comunidades reconhecidas, estando oito em processo de reconhecimento.

Para Júnior et al. (2008), a vida das comunidades quilombolas sofreu pouca alteração até o início do século XX, sendo apenas a partir de 1930 que algumas intervenções acabaram por influenciar estruturalmente o modo de vida dessas populações tradicionais. Tanto o cultivo da banana como a extração do palmito juçara, acabaram por alterar, significativamente, a socioeconomia quilombola no Vale do Ribeira a partir desta década, o que acarretou o abandono parcial ou integral de algumas roças, por famílias que tinham como objetivo principalmente a comercialização.

1.7 – Conservação, Preservação e Proteção Ambiental

A partir de segunda metade do século XX, visando a preservação dos remanescentes da floresta atlântica da região do Vale do Ribeira, foram criadas várias Unidades de Conservação. Estas políticas ambientais, que pretendiam constituir-se como elementos que mitigassem a extração ilegal do palmito, passaram a impor restrições no modo de vida dessas populações. Colocaram em causa práticas quotidianas, tais como o cultivo de roças em determinadas áreas que passaram a ser restringidas, tornando-se obrigatório a obtenção de licenças ambientais para a manutenção do seu sistema agrícola tradicional (Júnior et al., 2008). Além disso, a década de 80 foi marcada por restrições legais no que concerne ao uso e ocupação do solo, impedindo a utilização de cerca de 75% das terras do Vale do Ribeira (Carril, 2006).

Relativamente às questões que envolvem a emissão de licenças ambientais, Júnior et al. (2008) refere que, para o uso do território, passou a ser necessário um título de propriedade, tarefa praticamente impossível uma vez que a maioria das comunidades do Vale do Ribeira ainda não possui titulação.

No Brasil, no que se refere à conceção de áreas protegidas, Carril (2006) aponta que o modelo deste país se baseia no norte-americano, que possui, como principal interesse, a preservação ecológica e a manutenção de ecossistemas. No entanto, a política de proteção da biodiversidade implementada a partir da década de 60, leva-nos a refletir sobre as condições de vida dessas populações, que ocupam grande parte desses territórios.

Os modelos de conservação e de proteção de áreas naturais no Brasil são definidos pelo Estado, que decide as áreas, as modalidades de proteção e os seus planos de utilização. No entanto, e como refere Arruda (1999), as populações que vivem nesses territórios ou nas suas imediações, não participam nas decisões que são tomadas, com a agravante de as mesmas serem “mantidas em sigilo até sua transformação em lei, justamente para evitar movimentações sociais que possam criar embaraços para os planejadores oficiais” (p. 83).

Arruda (1999) destaca que o modelo de UCs norte-americano é adequado a essa nação, uma vez que o país possui grandes áreas desabitadas, contudo, não é sensato aplicá-lo em países do Terceiro Mundo, pois, nessas áreas, consideradas selvagens ou isoladas, residem populações humanas. Para o autor, “esse modelo supõe uma dicotomia conflitante entre ser humano e natureza” (p. 84), pois, ao não colocar em causa as populações que ocupam esses territórios historicamente, acabam por considerar que as UCs sejam utilizadas por populações urbanas, seja para o turismo ecológico, investigações científicas, ou apenas para o equilíbrio biológico.

1.8 - Cenário e condições atuais

Conforme aponta o Instituto Socioambiental, a agricultura permanece como a principal atividade económica e fonte de rendimento do Vale, tendo na sua faixa litoral a pesca como atividade fundamental. Entre as culturas mais presentes estão a banana e o chá preto, que ocupam áreas mais extensas devido à sua relevância comercial. De acordo com o instituto:

as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira estão buscando o crescimento económico a partir da combinação de diversas ações que valorizem os recursos naturais de suas terras. O turismo, a pesca, a agricultura orgânica e o artesanato são bons exemplos de caminhos de geração de renda que já trazem resultados positivos (ISA *web page*).

Entretanto, a manutenção e a sobrevivência das comunidades residentes em áreas de conservação e de proteção ambiental deparam-se com problemas e dificuldades como os seguintes: i) o isolamento, que dificulta o desenvolvimento dessas populações; ii) a invisibilidade, porque não são contemplados nos planos de gestão para o

desenvolvimento desses territórios; iii) o êxodo rural para o meio urbano, na procura de melhores condições de vida; iv) e a criminalização, uma vez que a sobrevivência desses povos se fundamenta na caça, na pesca, na extração de produtos da floresta e na implementação de roças tradicionais, transformaram-se, muitas vezes, em crimes ambientais que se refletem em perseguições e penas jurídicas (Arruda, 1999).

Ainda que no Brasil exista abertura a essa estrutura de conservação, como reservas extrativistas, reconhecimento territorial, ou modalidades que permitam o uso múltiplo dessas unidades, elas emergiram da auto organização das populações, com o apoio de diferentes setores e atores sociais (Arruda, 1999).

Entre as consequências dessa política conservacionista dos recursos naturais, Arruda (1999) destaca que as populações tradicionais enfrentam o agravamento das suas condições de vida, o crescimento de conflitos rurais, impedimentos para exploração de recursos, mesmo que de forma sustentável, falta de garantia da sua reprodução sociocultural, entre outros. Na perspectiva do autor, tais políticas ambientais apresentam-se como repressivas “e contra os interesses e necessidades das populações locais” (p. 86).

No caso específico do Vale do Ribeira, as comunidades quilombolas ocupam esse território há mais de um século, entretanto, e devido ao facto de a maioria das terras do Vale terem permanecido devolutas¹⁰ até meados da década de 80, verificaram-se, no local, uma série de conflitos fundiários (Carril, 2006).

Nas últimas décadas essas comunidades ainda lutam contra a pressão de forças externas, como fazendeiros, grileiros e especuladores imobiliários. Lutam, também, contra a construção de barragens ao longo do rio Ribeira de Iguape, construídas para a geração de energia hidroeléctrica destinada a indústrias da região do Sudoeste brasileiro. A construção destas barragens inundará mais de 11 mil hectares, o que inclui cidades, cavernas, unidades de conservação, bem como o território de diversas comunidades quilombolas (Júnior et al., 2008).

De acordo com Arruda (1999), em grande parte das regiões brasileiras a utilização do território tem-se alterado, o que resulta num dilema que envolve as populações tradicionais e os objetivos de preservação ambiental. Como refere, tais populações possuem “cada vez menos condições objetivas de manter os padrões usuais de reprodução sociocultural ou são assimiladas pela sociedade dominante, dissolvendo-se

¹⁰ Território de domínio público.

como comunidades e abrindo espaço para a disseminação do modelo hegemônico de exploração e uso dos recursos naturais” (p. 88). Para o autor,

há outra possibilidade raramente contemplada nas políticas públicas brasileiras que é a de construir *junto* com as populações locais uma relação ao mesmo tempo mais harmoniosa e economicamente mais eficaz. Trata-se de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania destas populações, valorizando seu padrão de uso dos recursos naturais (p.89).

Para Carril (2006), “na atualidade a diversidade da luta pela terra e pela cidadania no Brasil instiga-nos a refletir sobre as categorias presentes no quadro de uma exclusão social histórica com implicações etno-raciais” (p.158). Por seu lado, Arruda (1999) destaca a visão de Diegues (1996 b) e cita a posição do autor:

Mais do que repressão, o mundo moderno necessita de exemplos de relações mais adequadas entre homem e natureza. Essas unidades de conservação podem oferecer condições para que os enfoques tradicionais de manejo do mundo natural sejam valorizados, renovados e até reinterpretados, para torná-los mais adaptados a novas situações emergentes (p. 97).

O mesmo autor (Arruda, 1999) conclui que para garantir a perenidade dos povos tradicionais, a conservação da fauna e da flora são fundamentais. Em contra-partida, o processo de desenvolvimento agrícola e extrativista brasileiro “reproduz e se pauta por um modelo de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais gerador da degradação ambiental e de enormes custos sociais” (p. 90). O autor ainda destaca a discriminação sofrida pelas sociedades tradicionais, devido à sua identidade sociocultural, e os impedimentos de reprodução do seu modo de vida, seja pelo modelo de ocupação ou pelo modelo de conservação. Nesse sentido, ignorar os conhecimentos desses povos significa “ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam” (p. 90).

Desse modo, as Comunidades Quilombolas, que ocupam posição historicamente desfavorável no que se refere às questões de poder, “vêm lutando pelo direito de ser agente de sua própria história” (Schmitt et al., 2002, p.5).

CAPÍTULO II

Movimentos Ambientais e Instituto Socioambiental

1. Histórico e Contextualização

Os movimentos ambientais surgidos no Brasil decorrem desde a década de 50 com o surgimento de entidades de cunho conservacionista. São movimentos centrados na preservação da flora e da fauna, principalmente com ênfase nas espécies ameaçadas de extinção (Jacobi, 2003). No entanto, foi nas décadas de 70¹¹ e de 80 que esses movimentos, apoiados por organizações não-governamentais (ONGs), possibilitaram a consolidação de categorias fundiárias, dada a enorme diversidade de povos e formas de ocupação do território brasileiro. Litthe (2002) destaca:

A Constituinte de 1987-88, fruto de uma década de mobilizações, debates e *lobbying*, representa um marco importante nesse período, na medida que aglutinou muitos dos movimentos sociais e ONGs para a incorporação de novos direitos e de questões sociais e ambientais na nova Constituição. Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, distintas modalidades territoriais foram fortalecidas ou formalizadas. São os casos das terras indígenas e dos remanescentes das comunidades de quilombos (p. 13).

Diferentes dos índios, as comunidades remanescente de quilombos passaram por um processo mais lento de reconhecimento territorial e de formação da sua identidade étnica, sofrendo, até meados da década de 80, o que Bandeira (1991, citado por Litthe (2002), considera como “invisibilidade jurídica do controle coletivo da terra” (p. 14). Contudo, mesmo após o processo de definição da categoria “remanescentes de comunidades de quilombos” ter obtido o reconhecimento formal na Constituição de 1988, a primeira modalidade territorial juridicamente reconhecida como remanescente de quilombo é datada de 1995¹².

Para Litthe (2002), o movimento ambientalista brasileiro influenciou e alterou a dinâmica territorial do Estado, e duas vertentes afiguram-se como as mais importantes:

¹¹ Estimulados pela Conferência de Estocolmo, 1972.

¹² Comunidade Boa Vista, em Oriximiná, Vale de Trombetas, Estado do Pará, norte do Brasil.

o preservacionismo e o socio ambientalismo. O primeiro possui, como objetivo, a preservação de um determinado território, e esse movimento ganhou força durante a década de 70, com o estabelecimento de diversas áreas protegidas. Em muitas ocasiões o cenário não permitia a presença de população humana, o que significou a expulsão dos habitantes dos “seus” territórios (ora indenizados, ora remanejados para outros locais), tendo sido ignoradas as suas “relações afetivas com o seu lugar e memórias coletivas sobre esses mesmos espaços” (p. 16), o que, evidentemente, culminou em graves conflitos entre o Estado e essas populações.

No entanto, e como referido anteriormente, o movimento socio ambientalista também assumiu papel fundamental dentro do cenário político da sociedade civil. A década de 80 foi caracterizada por iniciativas de melhoria dos “instrumentos legais de gestão ambiental (...) e uma busca das ONGs ambientalistas de se profissionalizar e de se aproximar das ONGs sociais” (p. 9). Jacobi (2003) ainda destaca que a expansão e o crescimento expressivo do ambientalismo no Brasil nessa década foi “estimulando o engajamento de grupos socio-ambientais, científicos, movimentos sociais e empresariais, nos quais o discurso do desenvolvimento sustentado assume papel de preponderância” (p.9)

Litthe (2002) observa que os povos tradicionais brasileiros se incorporaram nesse processo, aproveitando o aumento da visibilidade e do poder político desses movimentos, que resultou numa transformação fundamental nas suas lutas territoriais. Na visão de Jacobi (2003), “as ONGs ambientalistas têm exercido um papel indutivo em diversas iniciativas de formulação e elaboração de Agendas 21¹³ locais com efetiva participação das comunidades” (p.10).

¹³ A Agenda 21 nasceu na Conferência Rio-92 ou ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. Foi a maior conferência internacional sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável já realizada no mundo e nela, foram aprovados três acordos fundamentais para a implantação do desenvolvimento sustentável: a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Carta da Terra (27 princípios básicos que definem os direitos e as obrigações dos Estados nacionais em relação aos princípios básicos do meio ambiente e do desenvolvimento); a Declaração de princípios para a administração sustentável das florestas (primeiro consenso mundial sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável) e a Agenda 21 Global, o mais importante compromisso firmado durante a ECO-92. A Agenda 21 é um importante instrumento para se conduzir processos de troca de experiências, formulação de consensos em torno de problemas e soluções locais, e no estabelecimento de prioridades. Seu objetivo principal é a busca pelo desenvolvimento sustentável (ASACQVR, p. 7)

2. O Instituto Socioambiental (ISA)

O ISA vai ao encontro dessa corrente socio ambientalista. Surgiu em 1994 com o claro objetivo de estabelecer soluções integradas para as “questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao património cultural, aos direitos humanos e dos povos”. Esta organização civil de interesse público (Oscip) tem atuado ao longo da sua existência em diversas ações que privilegiem a valorização da diversidade social e ambiental.

Entre ações e programas desenvolvidos pelo ISA podemos eleger as seguintes: i) a defesa dos direitos socio ambientais; ii) a monitorização e a proposta de alternativas às políticas públicas; iii) a investigação, difusão, documentação de informações socio ambientais; iv) o desenvolvimento de modelos participativos de sustentabilidade socio ambiental; e v) o fortalecimento institucional dos parceiros locais.

A estrutura organizacional que envolve a entidade está ilustrada no figura abaixo (Figura 1).

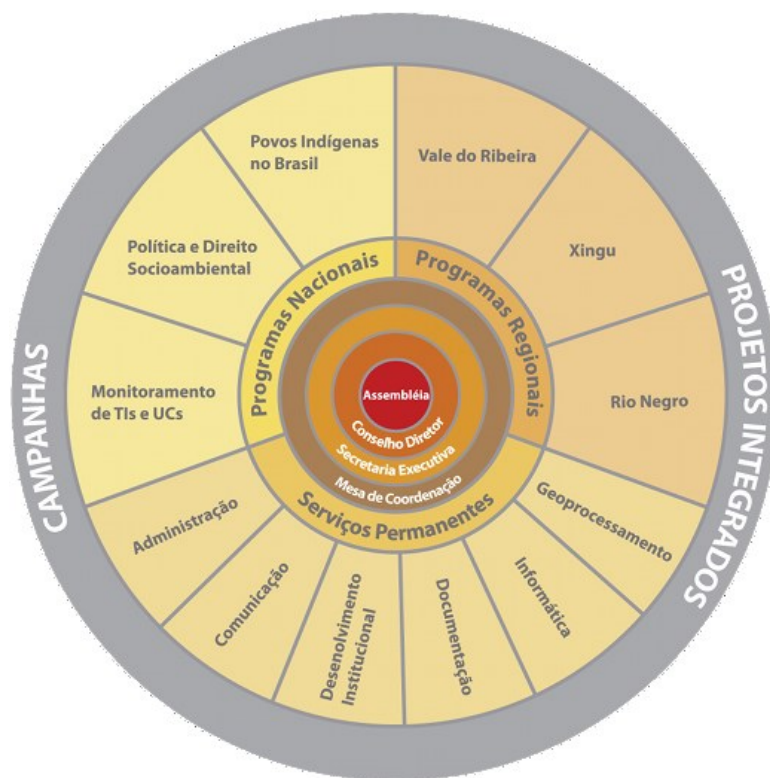


Figura 1: Estrutura Organizacional ISA

Como podemos observar, além dos serviços permanentes, o ISA desenvolve ações com foco nacional e regional.

As ações de interesse nacional dividem-se em dois Programas, nomeadamente:

- 1) O Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas, que “produz, sistematiza e disponibiliza informações sobre Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs), terras militares, glebas do Incra, reservas garimpeiras e outras terras de interesse público. Monitora a situação jurídica, demográfica, projetos governamentais, caracterização ambiental e empreendimentos em TIs e UCs”.
- 2) O Programa de Política e Direito Socioambiental, que direciona as suas ações para temas como a “política florestal, áreas protegidas, direitos territoriais indígenas, licenciamento ambiental, energia e mudanças climáticas”, e tem como objetivo promover políticas públicas e assegurar a implementação de direitos que garantam um meio ambiente ecologicamente equilibrado e condições dignas de vida para populações indígenas e tradicionais. Atua nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, propondo ações judiciais, elaborando análises e estudos, divulgando informações, acompanhando e intervindo na tramitação de projetos de lei, participando de fóruns da sociedade civil e conferências internacionais.

O tema Povos indígenas no Brasil, também se enquadra dentro do Programa Nacional do ISA, e promove o desenvolvimento de *web pages* específicas, com informações atualizadas sobre os Povos Indígenas no Brasil, sendo um referencial para “produção, análise e informação qualificada” dessas populações.

Os Programas Regionais divididos em três grupos: Rio Negro, Xingu e Vale do Ribeira.

- 1) O Programa Rio Negro Sustentável “promove e articula processos e múltiplas parcerias para construir uma plataforma de responsabilidade socio ambiental transfronteiriça e compartilhada pelo desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Negro, no Noroeste Amazônico” (ISA *web*

page). A região é composta por 77 UCs e 40 povos indígenas com 86 territórios reconhecidos oficialmente, em mais de 80 milhões de hectares de área.

- 2) O Programa Xingu objetiva contribuir com o ordenamento socioambiental dessa bacia hidrográfica, considerada um importante corredor de áreas protegidas, com mais de 28 milhões de hectares. Entre as ações desse programa destacamos a articulação e o diálogo intersetorial, que visa o desenvolvimento de “projetos voltados à proteção e sustentabilidade dos 26 povos indígenas e das populações ribeirinhas que habitam a região, à viabilização da agricultura familiar, à adequação ambiental da produção agropecuária e à proteção dos recursos hídricos” (*ISA web page*).
- 3) O Programa Vale do Ribeira procura “contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento regional pautado na riqueza socioambiental da Mata Atlântica. Em parceria com associações quilombolas locais, prefeituras e organizações da sociedade civil, propõe e implementa projetos de desenvolvimento sustentável, geração de renda, conservação e melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais da região”. (*ISA web page*).

Um dos trabalhos mais representativos desta entidade nessa região é a campanha contra a construção de barragens ao longo do Rio Ribeira de Iguape. Em parceria com diversos movimentos sociais e ONGs, a campanha pretende fornecer informações para a sociedade em geral acerca do projeto de construção de quatro centrais hidrelétricas, que já produzem “efeitos negativos na região há muito tempo”. Um desses reflexos é o aumento do êxodo rural desses territórios, o que implicou na geração de um passivo social. Entre os principais impactos desse projeto de construção encontram-se a inundação de “aproximadamente 11 mil hectares, incluindo cavernas, Unidades de Conservação, cidades, terras de quilombos e de pequenos agricultores, além de alterar significativamente o regime hídrico do rio, o que traria prejuízos difíceis de mensurar” (*ISA web page*).

3. Agenda Socioambiental das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira.

Elaborada segundo os princípios da Agenda 21, o processo teve início em 2004 e contou com a participação de representantes comunitários nas discussões que abrangeram a elaboração do projeto. Em 2006 iniciou-se o trabalho de campo, através de reuniões nas comunidades para apresentação do projeto e o diálogo quanto às estratégias para a sua implementação. Nesse processo, que incluiu 14 comunidades através de um modelo participativo, foi desenvolvida a oportunidade de “partilhar estratégias comuns em busca da melhoria da qualidade de vida das comunidades e da sustentabilidade ambiental” (ASACQVR, 2008, p.5).

Tratou-se de um diagnóstico socioeconômico e ambiental que, num primeiro momento, “forneceu subsídios à discussão dos principais problemas enfrentados por cada uma destas comunidades, bem como das potencialidades locais para enfrentamento dos mesmos” (p. 5). Em seguida, passou-se, em conjunto, para a procura de soluções para os problemas levantados, elencando prioridades, ações, recomendações, bem como os eventuais parceiros e responsáveis públicos. O ISA acredita que a publicação da ASACQVR (2008) permite a visualização dos caminhos e estratégias que as comunidades, o poder público e as ONGs deverão empreender para o atendimento das necessidades levantadas e, ainda,

para a conquista plena de seus direitos e do desenvolvimento sustentável em suas terras. Mas não só. Trata-se também de material precioso para auxiliar os gestores públicos na formulação e implementação de políticas voltadas para estas comunidades e populações tradicionais em geral, no que tange as suas necessidades básicas (saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura, geração de renda) e sua forma de relacionamento com o meio em que vivem, condicionada por sua cultura e organização social. (p.5)

A concepção para o desenvolvimento da ASACQVR baseou-se num processo realizado através de “oficinas temáticas onde foram trabalhados temas como: organização e fortalecimento comunitário, legislação ambiental; cultura, artesanato tradicional quilombola; manejo de recursos florestais, saneamento, manejo de lixo e cuidados com os agrotóxicos” (p. 7).

O levantamento de dados sociais, económicos e ambientais foi feito através de questionários aplicados às famílias quilombolas, no sentido de identificar a sua realidade, as potencialidades e as limitações. Tais questionários foram aplicados por agentes locais que representavam as respetivas comunidades e que foram formados pelo ISA para tal fim. Na posse das informações e das especificidades de cada comunidade, uma análise coletiva permitiu a construção de agendas específicas, realizadas em conjunto com a respetiva comunidade.

Conforme é apontado pelo instituto, de entre os resultados obtidos com o projeto emergiram áreas de intervenção, tais como: a formação de lideranças jovens; o nivelamento e a circulação da informação entre as comunidades; a realização do diagnóstico elaborado participativamente; e a “elaboração inédita de Mapas de Uso e Ocupação do Solo (2007) do território das 14 comunidades quilombolas participantes do processo” (p. 7).

3.1. Construção e Avaliação da ASACQVR

Para o desenvolvimento do trabalho o ISA coordenou 89 atividades, divididas em várias etapas, que envolveram pessoas das 14 comunidades¹⁴ participantes, de ambos os sexos e com diferentes faixas etárias. Este processo, que envolveu a construção e o desenvolvimento da ASACQVR, decorreu dentro de um modelo participativo, que pode ser inserido dentro do paradigma da Educação Comunitária. A tabela abaixo relaciona essas atividades (Tabela 1)

Tabela 1

Quadro de Atividades desenvolvidas na ASACQVR

| | |
|---|--|
| Reuniões Prévias | Reuniões prévias para apresentação do projeto junto às comunidades e para escolha dos Agentes Locais; |
| Oficina de Capacitação dos Agentes locais | Oficinas de capacitação dos Agentes Socio ambientais para a realização do diagnóstico socio ambiental participativo das comunidades; |

¹⁴ André Lopes, Nhunguara, Sapatu, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro, Galvão, Porto Velho, Cangume, Bombas, Mandira, Morro Seco e Poça.

| | |
|---|---|
| Diagnóstico Socioambiental Participativo | Aplicação dos questionários para diagnóstico socioeconômico e ambiental das comunidades envolvidas, pelos Agentes Socio ambientais; |
| | Oficinas locais de mapeamento participativo de uso e ocupação da terra das comunidades envolvidas; |
| | Oficinas temáticas voltadas ao nivelamento de alguns conceitos e temas socio ambientais; |
| Oficinas Temáticas | Sistematização das informações levantadas no questionário em um banco de dados e elaboração de relatórios e análises; |
| | Sistematização das informações plotadas, em campo, sobre os de trabalho de cada comunidade; |
| | Oficinas de repasse e validação das informações levantadas pelo questionário e pelo mapeamento participativo e; |
| Seminários para Consolidação da Agenda Quilombola | Realização de seminários para consolidação da Agenda Socioambiental entre as comunidades envolvidas e apresentação das mesmas às governamentais e não-governamentais competentes; |

O ISA considerou, na sua avaliação final, que o processo de desenvolvimento da ASCQVR, foi positivo. Conforme aponta o instituto, entre os indicadores de sucesso da construção da ASACQVR estão: a mobilização social; a formação dos agentes locais; o envolvimento comunitário; a construção de um conhecimento amplo sobre a sua e as outras comunidades quilombolas; a formação de “pesquisadores quilombolas”. Referem, ainda,

a capacitação formação para leitura e elaboração de seus mapas de uso e ocupação da terra; e a participação e condução por parte dos agentes de todo o processo do diagnóstico, coletando as informações, ajudando nas discussões e na sistematização das informações (p. 19).

Ainda de acordo com o instituto, outro resultado importante foi a consciencialização das comunidades sobre as possibilidades estratégicas para “aliar práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais com conservação ambiental, na qual eles mesmos são atores-chave para a proteção ambiental a partir da realização de atividades de baixo impacto ambiental” (ASACQVR, 2008, p. 19).

O ISA observa que a ASACQVR (2008) demonstrou que as comunidades enfrentaram desafios importantes, como a gestão integrada dos seus territórios, a fim de garantir sua sustentabilidade socioambiental. Dessa forma, é necessário que cada comunidade dê continuidade a esse processo, a partir das prioridades estabelecidas na agenda.

De modo geral, entre os principais objetivos da ASACQVR é de salientar a promoção do fortalecimento coletivo e a gestão sustentável dos territórios. Como objetivo final, esta intervenção visou contribuir para que sejam criadas condições que possibilitem a implementação das prioridades identificadas, através de ações que envolvam o poder público e ONGs, bem como a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável que contemplem essas comunidades como agentes desse processo.

A compilação dos dados recolhidos através dos questionários resultou num conjunto de informações que ofereceram uma visão abrangente do cenário em que se encontravam as 14 comunidades quilombolas que participaram desse processo interventivo participativo. Entre os resultados apurados destacamos os seguintes: a baixa oferta à educação e sua baixa qualidade, com poucos estudantes alcançando o ensino superior; a fonte de rendimento das famílias, que advém “sobretudo, de benefícios e auxílios do governo” (p. 20); o trabalho de cultivo da terra, realizado por quase a metade da população pesquisada;

A ASACQVR (2008) pode ser considerada como um documento comunitário que sintetiza as exigências e as prioridades coletivas, sistematizadas entre os seguintes temas: “Cultura, Lazer e Educação; Atividades Produtivas agrícolas e não-agrícolas; Saúde e Saneamento; Infraestrutura, Moradia, Comunicação e Transporte; e Meio Ambiente e Fundiário” (p. 30).

4. A comunidade quilombola de Morro Seco

De acordo com a ASACQVR (2008), o território onde se encontra hoje a comunidade de Morro Seco era propriedade da família Modesto Pereira. Ainda que parte de suas terras tenham sido vendidas, os seus herdeiros – lideranças comunitárias – possuem um território de, aproximadamente, 150 hectares.

O ISA explica que o conceito de comunidade foi trazido para o Morro Seco por um representante da igreja católica, quando se iniciou o processo de organização de um grupo capaz de “dialogar, quando necessário, com pessoas de fora da comunidade” (p. 157).

A ASACQVR (2008) observa que em 1999 a comunidade iniciou, internamente, um processo de análise sobre a formação da associação local, e reconheceu-se como comunidade remanescente de quilombo nesse mesmo ano. “No ano seguinte, solicitaram ao ITESP o reconhecimento oficial, o que ocorreu em 2006” (p. 157). Conforme é referido nos dados que são disponibilizados pelas ASACQVR (2008), a comunidade organiza-se em torno da sua associação, “fundada em 2002 e legalmente instituída em 2003” (p.158).

A comunidade de Morro Seco é formada por uma população de maioria adulta, pois 40% da população possui mais do que 30 anos. A maior parte do rendimento das famílias é proveniente de benefícios e auxílios do governo, como as reformas e o Programa Bolsa-Família. Os proventos das famílias são complementados com a venda de artesanato – atividade sazonal – e a venda de produtos agrícolas, como a litchia e a banana, embora quase 70% da área que se destina a esse cultivo se encontre em poder de particulares. Na perspectiva dos agricultores da comunidade (26% da população), a roça é insuficiente “como núcleo de produção de alimentos básicos para a alimentação familiar” (p. 158), devido ao declínio no número de pessoas que praticam a agricultura tradicional.

4.1.Exigências e Necessidades da Comunidade

As necessidades identificadas junto da comunidade do Morro Seco compõem um extenso quadro, que se divide em temas específicos e, na maior parte das vezes, possuem mais de uma exigência, cada uma delas com sua justificativa, níveis de prioridade, e seus encaminhamentos, subdivididos em quatro grupos. São eles: quais são as ações necessárias para que as necessidades sejam solucionadas; quem deve realizar as ações; que ações devem ser realizadas; e quando realizá-las. Das 37 necessidades levantadas pelo ISA e a comunidade, a ASACQVR (2008) de Morro Seco considerou que cerca de 73% delas eram de extrema urgência, e sua realização deveria ocorrer no

prazo de dois anos (2009 e 2010); as necessidades de médio prazo representaram uma percentagem de 24,3%; e as de longo prazo 2,7%.

5. Metodologia e processo participativo.

À semelhança de Becker et al. (2004), de Guivant (2002), e de outros autores, entendemos que as metodologias participativas possibilitam o *empowerment* (ou empoderamento) pessoal e coletivo dos intervenientes a quem se destina. De facto, nas últimas décadas, diversas análises vêm demonstrando que projetos de desenvolvimento que consideram participativamente as populações alvo são avaliadas positivamente, como elementos para o sucesso interventivo (Guivant, 2002).

O Estado tem utilizado o termo participação para “justificar o seu controle, para construir capacidades locais de auto-desenvolvimento; tem mobilizado para justificar decisões externas e para devolver poder e capacidade decisória às comunidades; e também para coletar dados e fazer análises interativos” (Guivant, 2002, p. 9). Entretanto, a autora evidencia que nas propostas sob o formato participativo, há, inevitavelmente, uma relação de poder, para que sejam possíveis melhores condições de negociação, comunicação e reconhecimento dos pontos de vista das comunidades locais, possibilitando, assim, seu empoderamento comunitário. Contudo, para implementar processos participativos, torna-se necessário levar em consideração os conhecimentos de ambas as partes, seja por parte do técnico ou perito, seja por parte da comunidade alvo, partindo da premissa que nenhum deles é verdadeiro, nem falso, mas sim complementares.

No meio rural, as metodologias participativas foram formuladas na década de 80, com o objetivo de dar protagonismo ao produtor e colocá-lo em posição de destaque na cadeia produtiva e na cadeia de conhecimentos. A difusão de princípios e práticas para uma agricultura sustentável pode relacionar-se com o interesse de recuperar conhecimentos tradicionais, que pressupõem critérios orientadores de uma agricultura de base sustentável, desse modo, o conceito de participação associa-se, diretamente, ao conceito de sustentabilidade (Guivant, 2002).

Sob perspectiva territorial, os planos participativos de ação local, que privilegiam os indivíduos como atores principais do processo, tornam os sujeitos agentes de sua própria história e protagonistas da sua mudança, a partir dos seus próprios recursos. O

autor observa que os métodos participativos são fundamentais, porque contemplam a capacitação (individual e coletiva), a formação de consensos e a tomada de decisões. Quanto à difusão de conhecimentos através desta metodologia, o seu estabelecimento e articulação devem ser desenvolvidos essencialmente através do diálogo, que valorize o conhecimento local. Caso tal não se verifique, corre-se o risco de não se produzir qualquer mudança nas perceções ou nas práticas desses grupos (Becker et al., 2004).

Para Ramos (1999), os modelos de desenvolvimento local devem estar de acordo com as identidades culturais, tradições e modos de vida das comunidades a quem se destinam, constituindo-se como uma alavanca para o desenvolvimento pessoal e social. É o que o autor denomina de conhecimento endógeno, centrado nos recursos da própria comunidade e na sua estrutura territorial e comunitária. Esse desenvolvimento local endógeno, construído através do trabalho e do relacionamento interpessoal, possui, como fator indispensável para a sua realização a participação, elemento que se configura como determinante, bem como a coexistência de diversas formas de aprendizagem.

O processo de aprendizagem que contempla a participação ativa dos sujeitos é o que o autor chama de aprendizagem inovadora. Esse conceito pretende que os indivíduos compreendam a complexibilidade dos processos em que se encontram, com o objetivo de se tornarem autónomos, assumindo o seu desenvolvimento, a sua consciência e a sua liberdade. Nesse sentido, a participação é uma componente indispensável para o desenvolvimento coletivo e para o crescimento individual, e que conduz à condição de cidadão.

O mesmo autor admite que para estabelecer processos efetivamente participativos é preciso assumir que não estamos sozinhos no mundo, mas sim rodeados de outras pessoas, com universos substancialmente diferentes, pelo que se torna necessário descobrirmos o outro, respeitando a sua cultura e os seus valores. Se esta condição não se verificar, esse processo estará condenado ao fracasso. Se excluirmos o outro do processo – não aceitando valores diferentes do nosso – tornámo-nos cúmplices de estratégias que conduzem à manutenção de estruturas sociais injustas sob diversos pontos de vista: económicos, sociais, culturais, entre outros.

Ramos (1999) observa que o Estado tem, em si, a responsabilidade pelo desenvolvimento pessoal e social. Contudo, admite que essa responsabilidade deve ser partilhada e está vinculada a outras dimensões, tais como a justiça social, a

solidariedade, o bem-estar dos cidadãos, a capacidade de refletir e de transformar o contexto, na construção coletiva de outras formas diferentes de (con)viver.

CAPÍTULO III

Educação

1. Educação e Aprendizagem

Definir a palavra Educação pode ser uma tarefa no mínimo complicada, dada a sua amplitude, abrangência, e as diversas formas como um observador percebe a educação num determinado contexto, processo e/ou modelo educativo. Nesse sentido, a definição de um conceito tenderá a sofrer influência e/ou emergir da realidade, da experiência, do cenário vivido e/ou identificado pelo observador.

Diante dessa diversidade estabeleceremos a nossa abordagem ao conceito de Educação, relacionando esse constructo como um processo de vida, na vida e para vida.

Não o faremos com o objetivo de o (re)conceituar, muito menos de (re)estabelecer uma nova definição dessa praxis, mas sim no sentido relacionar a Educação como a aprendizagem que ocorre ao longo da vida, na vida, e para ela.

À semelhança de Oliveira (1999), partiremos do princípio de que “todos os sistemas vivos¹⁵ apreendem, ou seja, transformam seu comportamento” (p. 39), e essa transformação pode ser consequência de “interações perturbatórias” (internas e/ou externas) ou, ainda, pela “flexibilização das regras auto-organizacionais de um estado para outro da existência do sistema” (p. 39).

De acordo com a mesma autora, a aprendizagem dos seres vivos manifesta-se na alteração de um determinado comportamento, com o objetivo de “garantir sua sobrevivência organizacional (...) o organismo aprende a criar outros mecanismos e ou componentes que garantam a manutenção da sua lógica organizacional, logo, sua sobrevivência” (pp. 39-40).

Desse modo, os seres vivos possuem a capacidade de selecionar e produzir elementos que lhes são convenientes, estando essa capacidade seletiva relacionada com os condicionalismos da espécie a que pertencem, bem como certos condicionalismos ambientais; é o que a autora denomina como “conhecimento orgânico”, evolutivo,

¹⁵ Neste trabalho consideraremos para os termos “sistema vivo, ser vivo, organismo”, o sentido de ser humano, pois entendemos que, diferente de outros animais ou outras espécies, o ser humano possui níveis diferentes de aprendizagem, pois, conforme observa Oliveira (1999), mesmo os animais domesticados, socializados, aprendem através de estímulos, não pela observação, muito menos pela auto-observação, a aprendizagem, no sentido da domesticação não é proveniente de ação voluntária nem de origem espontânea.

adaptativo e biológico. Desse modo, podemos entender que a aprendizagem de um organismo que vive, observa e se auto-observa será contínuo, na medida em que vai “construindo continuamente conhecimento orgânico, enquanto vai aprendendo” (pp. 46-47).

Conforme sugere Oliveira (1999), a educação pode ser encarada como um processo de aprendizagem, originário da informação do meio e das determinações de ordem social e cultural em que esses organismos vivem, onde a adoção de mudanças comportamentais garantirá a sua sobrevivência no contexto, na medida em que ajusta “continuamente o seu nível de desenvolvimento biológico” (p. 47).

É importante observarmos que, ao compreendermos a Educação como um elemento em construção social permanente e interrelacionado, estabeleceremos uma outra importância educativa ao ensino, conferindo-lhe, como refere Azevedo (2007), “novos significados ao ato de conhecer, contextualizando-o, dando-lhe outros sentidos e atribuindo-lhe um leque diverso de utilidades sociais e humanas” (p. 9).

Desse modo, a educação assume um sentido abrangente e distinto da pedagogia ou do ensino, visto que este último, segundo Oliveira (1999) refere-se

aos fenômenos de reflexão interna sobre os actos educativos. (...) esta distinção entre pedagogia e educação não tem em conta a dimensão biológica dos indivíduos que produzem fenómenos educativos. Ela enferma de uma concepção de um observador privilegiado – o pedagogo – que surge como um indivíduo nem inserido biológica, nem culturalmente, no mundo que vive, que co-constroi e que é construído com observador (pp. 47-48).

A nossa reflexão pretende explorar o fenómeno da educação no âmbito social; à semelhança de Oliveira (1999), vista como “um instrumento privilegiado para garantir o acesso de todos a estas oportunidades de humanização da vida social, sobretudo dos que se encontram em situação de maior risco (p.9).

2. Educação ao Longo da Vida

É diante de um contexto social de intensas transformações socioculturais que “a aprendizagem de todos os cidadãos, ao longo de toda a sua vida (e na sua vida, com a

sua vida), do nascimento à velhice, tornou-se aquilo que a UNESCO chamou a porta de entrada para o século XXI” (Azevedo, 2007, p. 7).

A Educação ao Longo da Vida altera o sentido da prática educativa, e considera-a como um instrumento de alteração do panorama do ensino, conferindo-lhe a capacidade de propiciar a inclusão social, a realização pessoal, seja na escola ou fora dela, em qualquer lugar e a qualquer momento. Proporciona, igualmente, “novos ambientes de reapropriação de capital social e de promoção da vida comunitária” (Azevedo, 2007, p. 11). Neste sentido, a Educação é encarada como uma ação mobilizadora mais integradora e envolvente, onde a apropriação da aprendizagem deverá estar presente tanto a nível, pessoal, comunitário, empresarial, organizativo.

A educação do futuro proposta pela UNESCO baseia-se em quatro pilares, dos quais Azevedo (2007) destaca dois elementos centrais: “aprender sempre e aprender a viver juntos”. Não se trata de ensinar, mas de aprender, não apenas conhecimentos codificados mas, sobretudo, aprender a valorizar o conhecimento do outro, das relações interpessoais, da história de cada um. Nas palavras do autor, consiste em

fomentar a aquisição de saberes, mas também o desenvolvimento de competências, a aquisição de novas atitudes, de novos comportamentos, novos modos de vida em comum. O objetivo central do ensino-aprendizagem não será a emissão de diplomas, mas a construção lenta e quotidiana, responsabilidade de todos, de formas superiores de vida em comum. (Dessa forma), é missão da educação contribuir para que cada ser humano aprenda a viver com os outros, a tornar-se cidadão, pleno de direitos e de deveres, membro de uma comunidade (p.8).

Assim como Azevedo (2007), consideramos importante desdobrar a missão da UNESCO em duas perspetivas complementares de ação, onde a primeira contribui para a tomada de consciência - “não só da unidade complexa e da diversidade inerente à espécie humana, como também da interdependência entre todos os seres humanos do planeta” (p.9) -, e a segunda no fomento do trabalho em conjunto, respeitando as individualidades e a liberdade de cada um, desenvolvendo redes de cooperação, participação e solidariedade.

Silva (2008) destaca o projeto Carta das Cidades Educadoras, declaração surgida no primeiro congresso internacional das Cidades Educadoras, ocorrido em Barcelona no

ano de 1990, que identifica a cidade como um importante espaço de educação e de cidadania. O projeto visa intervir na “realidade através da aprendizagem, na qual se possa criar, socializar e buscar condições de reflexão e organização dos sujeitos e da própria cidade” (p. 5). O principal objetivo é formar cidadãos conhecedores dos seus direitos e deveres, possibilitando ações participativas, capazes de transformar a própria cidade.

Desse modo, as cidades são encaradas como comunidades de aprendizagem, e dão espaço a um novo referencial, que sugere “outro modo de pensar e agir na educação” (p.8), e que não se reduz apenas à escola e à infância ou juventude. Neste caso, a Educação assume um papel humanizador e não se confunde com o ensino através da prática pedagógica. Conforme sugere Azevedo (2007),

O que está em jogo é aprender, aprender a todo o tempo, em todo o lugar e ao longo de toda a vida, com a vida, porque este aprender é aprender a ser. E não é só aprender, como um ato social porventura descarnado ou neutro, que na realidade não existe. É aprender a viver juntos. (p. 8)

A Educação ao Longo da Vida constitui-se como um modo de alcançarmos o equilíbrio entre trabalho e aprendizagem para o exercício de uma cidadania ativa, onde, “ser cidadão é também ser aprendente, aprender é exercer a cidadania, é partilhar limitações, é ousar ir mais além, ser mais, sempre em comum, porque ninguém é - aprende a ser - sozinho” (Azevedo, 2007, p. 10).

O mesmo autor salienta, ainda, que as ações socioeducativas não poderão instrumentalizar os indivíduos sem que haja participação ativa dos mesmos no processo, visto que cada pessoa é responsável pelo seu próprio crescimento, em conjunto com a sua comunidade (Azevedo, 2007).

3. Contexto e cenário, Mundial e Brasileiro

Diante da transitoriedade e interatividade de uma sociedade cada vez mais globalizada e conectada, verificamos a emergência de processos e modelos educativos capazes de suprir as múltiplas necessidades de diferentes sujeitos, dada a natureza, o contexto de vida e a identificação, por parte de todos, das possibilidades e

oportunidades para a construção, em conjunto, em qualquer lugar ou momento, de uma prática educativa participativa, ativa, social e comunitária.

Martins (2007) afirma que o atual modelo económico capitalista nos oferece indícios de que tem esgotado a sua capacidade civilizadora no início deste século XXI, de modo a permitir uma metamorfose: passou-se de um sistema que gerava desigualdade social para um sistema que gera exclusão social. No entanto, de acordo com o autor, “há os que veem neste facto a real possibilidade de libertar a consciência humana da ideologia dominante, bem como o homem da exploração pelo trabalho e de todas as condições que o aprisionam” (p. 109).

Nesse sentido, o sistema capitalista, de acordo com Martins (2007), pode alavancar o surgimento de classes ou movimentos sociais dos que são explorados que, ao se identificarem podem se mobilizar “contra as situações que geram a sua coisificação e todos os seus malefícios ético políticos e culturais” (p.109).

No que se refere ao cenário brasileiro, ou mesmo outros países latino-americanos, na opinião de Martins (2007) estes países enfrentam um problema de (des)ordem neoliberal “que admite o mercado como demiurgo do mundo, submetendo tudo à sua lógica privilegiadora dos interesses da classe que domina e dirige as relações sociais [reduzindo] o espaço e a força de expressão dos interesses populares” (p. 109).

Diante desse contexto, os movimentos sociais organizados pela sociedade, o chamado “terceiro setor¹⁶”, ganha destaque, frente às formas tradicionais de organização¹⁷. Esses grupos sociais possuem um modo de “agir, que se orienta por determinados princípios, tendo em vista objetivos, que são perseguidos por um método, que varia de organização para organização” (p. 113). Geralmente eles articulam-se conjuntamente e possuem como objetivo superar problemas que fazem da sobrevivência de grandes camadas sociais oprimidas um desafio praticamente diário. Entretanto, os campos de atuação do terceiro setor variam – social, ambiental, económico, político – bem como os métodos empregados por eles, nomeadamente a promoção, o atendimento, o treinamento e a educação (Martins, 2007).

No que respeita à Educação, o terceiro setor ganha importância pelas práticas que utiliza e, por vezes, usa os processos educativos como instrumento da prática comunitária, colaborando na produção e na reprodução da vida social,

¹⁶ Adotaremos a definição de Gohn (1999), citada por Martins (2007), que identifica o terceiro setor como “setor público não-estatal, lócus de novos espaços de negociação e de conflito social e das práticas de educação não-formal” (p. 111)

¹⁷ Onde, o Estado representa o primeiro setor e o setor privado o segundo.

ensinando amplos setores das classes subalternas a suportarem as crises, a se adaptarem a elas, a superarem os desafios que lhes ameaçam cotidianamente a vida, desenvolvendo ações de acordo com a própria lógica de funcionamento da acumulação flexível do capitalismo (p. 13).

Percebe-se que práticas educativas comunitárias, vinculadas a responsabilidade, social e ambiental das ONGs, dão notoriedade a essas entidades, que são vistas, muitas vezes, como os instrumentos capazes de possibilitar o desenvolvimento e a transformação dos contextos, das pessoas e de comunidades.

4. Educação Crítica

Conforme já falámos anteriormente, a complexidade da Educação não nos permite generalização, o que torna necessário ter em consideração as suas “correntes, vertentes, tendências e concepções, enraizadas em culturas e filosofias diversas” (p.1), mas, principalmente, sua contextualização histórica. Para Gadotti (s/d) toda a educação é, sobretudo, política; “ela não é neutra, pois, necessariamente, implica princípios e valores que configuram uma certa visão de mundo e de sociedade” (p. 1).

Ao contrário das pedagogias “puramente científicas”¹⁸, as pedagogias críticas, como é o caso da educação popular, educação social e educação comunitária, possuem “todo o interesse em declarar seus princípios e valores, não escondendo a politicidade da educação” (p. 1). Elas situam-se numa mesma área de significação pedagógica, democrática e popular, entretanto “apesar desta afinidade ideológica, como são educações históricas, elas também podem ter conotações diferentes” (Gadotti, s/d, p. 2)

Na perspectiva de Gadotti (s/d) ambas as concepções de Educação, apesar da autonomia e área de atuação de cada uma delas, contribuem para a mesma causa, centrada no compromisso ético-político e na transformação social, e partilham da mesma visão emancipadora. No entanto, são os elementos que as distinguem o que conduz à diversidade das práticas educativas, resultando na “grande riqueza da educação popular, da educação social e da educação comunitária” (p. 2).

¹⁸ Gadotti (s/d) aponta que essas pedagogias escondem, em suas pseudo-neutralidades, “a defesa de interesses hegemônicos da sociedade e concepções de educação, muitas vezes, autoritárias e domesticadoras” (p. 1).

Para Gadotti (s/d), os educadores sociais, populares e comunitários possuem, em comum, uma vasta experiência e uma larga aprendizagem, obtidas através da luta por direitos sociais diversos, e este mosaico de experiências e de *praxis*, contribui, também, para o surgimento de variadas denominações para a Educação¹⁹. É igualmente a ação destes educadores o que determina campos específicos de atuação, que tanto se identificam com a educação social, como com a educação popular ou comunitária.

Entretanto, é no sentido mais amplo e abrangente, bem como pela razão politizadora e emancipadora da prática educativa considerada como crítica, que não estabeleceremos, neste trabalho, grandes distinções de significado entre a educação popular, social e comunitária, estabelecendo, inclusive, e quando oportuno, uma relação direta com as práticas de educação não-formal.

5. Educação Popular

A educação popular é descrita por Carrillo (2010) como uma prática política e pedagógica emancipadora, haja em vista a sua importância histórica, o seu carácter crítico e alternativo, e assume-se, conforme afirma Perez (2000, citado por Carrillo, 2010), como “herdeira de uma velha tradição: a de transformar o conjunto social, privilegiando a educação como ferramenta fundamental” (p.16)

Recorrente em muitos discursos, a expressão educação popular possui sentidos e tendências diferentes, assim como diferentes maneiras de entender a sua natureza pedagógica. Carrillo (2010), citando Brandão (2006), elenca três orientações da educação popular: (i) “como processo de reprodução do saber das comunidades populares; (ii) como democratização do saber escolar; (iii) como trabalho de liberação através da educação” (p.17).

A educação popular é também vista como uma concepção educativa, uma corrente pedagógica, que possui as suas próprias práticas, conceitos, métodos e, por esse motivo, “dialoga com outros paradigmas críticos e estende a dimensão pedagógica como um campo de dispositivos de saber e poder” (p.18). Mas também é reconhecida como um

¹⁹São exemplos: “educação cidadã, educação em saúde, educação indígena, educação em direitos humanos, educação ambiental, educação no campo, educação rural, educação em valores, educação para a paz, educação para o trabalho, educação nas prisões, educação política, educação hospitalar, educação alimentar, educação na cidade, educação no trânsito...” (Gadotti, s/d, p.4)

movimento educativo, com raízes profundas na América Latina que, de acordo com Carrillo (2010), surge em torno das ideias de Paulo Freire.

Um dos traços constitutivos da educação popular, como concepção pedagógica e como prática social é a sua alta sensibilidade aos contextos políticos, sociais e culturais onde atua (...) sua razão se define por seu questionamento e resistência ao realidades injustas e por sua articulação com as lutas e os movimentos populares. (p.19)

São os movimentos sociais que representam o âmago central da educação popular, movimentos capazes de transformar cenários, quando, por exemplo, evidenciam a desigualdade social e os limites do sistema no sentido de transformá-lo, ou quando colocam “em circulação outros sentidos acerca do político, do social, da vida digna e da resistência, assim como sua contribuição para fortalecer o tecido social e fazer surgir novas formas de solidariedade e participação social” (Carrillo, 2010, p.21).

Em alguns dos eixos mais relevantes de atuação da educação popular encontramos a educação de jovens e adultos, a formação de líderes, a formação cidadã, a incidência em políticas públicas, o acompanhamento de organizações populares, a economia solidária, a democracia, e a participação local e o desenvolvimento alternativo (Carrillo, 2010).

Quanto aos sujeitos para os quais se dirige a educação popular, Carrillo (2010) considera que, em primeiro lugar, as boas experiências “trabalham simultaneamente nos âmbitos pessoal (às vezes familiar), grupal, comunitário, organizativo e movimentos sociais (quando existem)” (p. 23). Em segundo lugar, as organizações e movimentos devem ser vistos como sujeitos educadores, “porque as dinâmicas e processos por eles gerados também são formativos” (p.23). Por último, fazemos referência aos centros que promovem e desenvolvem a educação popular, pois

assumem uma atuação institucional na construção de agendas públicas, na formação de redes de mobilização social, também incide na formação de outros atores coletivos e individuais que participam destes processos; seus posicionamentos, proposições e estilos de trabalho ‘deixam marcas’ (ensinam) na população de base e na opinião pública em geral” (p.24).

6. Educação não-formal e formal

Geralmente define-se a educação não-formal colocando-a em oposição à educação formal (comparando-a com a escola), como se essa não pudesse permitir informalidade. No entanto, “o conceito de educação ultrapassa os limites do escolar, do formal e engloba as experiências de vida, e os processos de aprendizagem não-formais, que desenvolvem a autonomia tanto da criança quanto do adulto” (Gadotti, s/d, p.8). O mesmo autor prossegue, afirmando que

os conceitos de educação popular, educação social, educação comunitária, educação sócio-comunitária, educação de adultos e educação não-formal são usados, muitas vezes, como sinônimos, mas não o são, embora podendo referir-se à mesma área disciplinar, teórica e prática da educação (p.6).

Trilla (1993, citado por Gadotti, s/d), considera que a educação não-formal se constitui como um “conjunto de processos, meios, instituições, específica e diferencialmente desenhada em função de explícitos objetivos de formação e instrução que não estão diretamente dirigidos à concessão de grau, próprio do sistema educativo formal” (p.7).

Gohn (1998), por seu lado, divide a educação não-formal em dois campos de atuação, de acordo com os objetivos que persegue. Um primeiro campo é dedicado à transmissão, de forma diferenciada, de saberes escolares; quanto ao segundo campo, visa a “educação criada no processo de participação social, em ações coletivas, não voltadas para os aprendizados da educação formal” (p. 518).

Na educação não-formal o principal objetivo é a cidadania, e o seu foco é direcionado para o coletivo. Essa abordagem proporciona aprendizagens através das experiências, da vivência, pelos sujeitos, de determinadas situações. É também, promovida através da prática social, logo, “a maior importância da educação não-formal está na possibilidade de criação de conhecimentos novos. Ou seja, a criatividade humana passa pela educação não-formal” (Gohn, 1998, p. 520).

A educação não-formal difundiu-se em grande escala, pois preconiza a aprendizagem para toda a vida e ao longo dela, valorizando as experiências adquiridas pelos sujeitos. Nessa perspectiva, podemos entender que tanto a educação popular,

social, como a comunitária, estão relacionadas com a educação não-formal, facto que se deve a que qualquer destes processos educativos procura formação para a cidadania, conduz à reflexão política e à emancipação dos sujeitos. (Gadotti, 2005, citando Gohn, 1999).

Silva (2008) considera que a educação, vista como social, popular ou comunitária, surge na escola e constitui-se como um movimento de mudança, englobando o currículo, as relações e as práticas, com o intuito de construir uma educação significativa a partir da realidade e da interação com a comunidade. A sua prática possibilita “relações mais justas na comunidade onde a escola se insere, não apenas através da teoria, mas da vivência da cidadania participativa” (p.1). Araújo (2006), por seu lado, também defende que o surgimento desta prática educativa pode (e deve) ocorrer na escola, instituição que é responsável por ensinar “os conteúdos através de temáticas relacionadas ao cotidiano da nossa sociedade” (p. 2).

7. Educação Comunitária

A educação comunitária possui fortes vínculos com a educação não-formal, tanto pelo seu carácter participativo e social, como pelas metodologias que utiliza. A educação comunitária é avaliada como uma importante ferramenta de mudança dos contextos sociais, principalmente da classe carente da sociedade, pois encara a aprendizagem e o conhecimento como instrumentos que promovem e que ampliam a consciência dos indivíduos, sendo adquirida na vida e durante a mesma. Por esse motivo, torna-se necessário aprendermos a escolher, mas também a escolher o que se pretende aprender. A educação comunitária propõe um olhar mais abrangente, tendente a uma sociedade igualitária em termos de conhecimentos e instrumentos que permitam ser utilizados diariamente, porque fazem parte da vida dos sujeitos.

De acordo com Gadotti e Gutiérrez (1993), “a educação comunitária fundamenta-se no reconhecimento da diversidade cultural, na economia popular, na multiculturalidade, no desenvolvimento da autonomia das pessoas, grupos e instituições e na promoção da cidadania” (p.8). Constitui-se na organização da população para o exercício da cidadania, objetiva a melhor qualidade de vida, e desenvolve-se através de novos métodos, “onde predominam o organizativo, o produtivo, o lúdico, a comunicação” (p. 15), entre outros. O mesmo afirma que

a educação comunitária acredita que os fracos podem tornar-se uma força, que está sobretudo nos movimentos, habitados pelo pluralismo e pela diversidade, a força da sociedade civil, da sociedade económica e dos movimentos económicos populares. Acredita na emergência de novos atores da mudança que são os movimentos sociais ao lado dos sindicatos, dos partidos políticos e da empresa (p.14).

A educação comunitária possui um campo de atuação muito diversificado, seja no âmbito da educação formal e não formal, nas empresas, cooperativas, em movimentos sociais, culturais, políticos, e na comunidade propriamente dita. A sua metodologia é própria, distinta, não sendo igual à que se utiliza na educação formal. Contudo, não pode afastar-se da educação regular; essa deve tornar-se, também, educação comunitária, inclusive pelo vínculo que a escola possui com a comunidade (Gadotti, 1993).

Gadotti (s/d) afirma que por mais que a educação social, popular e comunitária possam estar presentes fora da modalidade da educação denominada formal, isso não as desmerece. Assim, “se levarmos em conta seu rigor científico, seus fins e objetivos, sua necessidade de reconhecimento, regulamentação e certificação” (p. 6) elas serão consideradas tão “formais” quanto as outras.

Para Gutiérrez (1993), a educação comunitária está vinculada ao desenvolvimento sócio-político, no sentido de “promover potenciais, político, produtivo e organizativo” (p.24). O autor propõe uma “educação socialmente produtiva”, e supõe que ela permita integrar e agregar os processos produtivos, os seus indivíduos ou grupos, possibilitando a construção de “atores reais e conscientes dos processos sociais”, onde,

a produção comunitária é a identidade comunitária, porquanto supõe uma intencionalidade e um modelo social de desenvolvimento. O desenvolvimento não é tão somente um fenómeno económico, e sim um aspecto da criação contínua do homem em todas as suas dimensões, desde o crescimento económico até a concepção do sentido dos valores e metas da vida (p.26).

No contexto de uma educação socialmente produtiva, o fator a ser analisado refere-se à possibilidade de geração de formas organizativas que promovam a solidariedade e o desenvolvimento sociopolítico e não apenas o desenvolvimento e o

crescimento económico. Gutierrez (1993) propõe a existência de um projeto educativo alternativo, capaz de abranger toda a comunidade, e não apenas a escola ou o sistema educativo.

Dessa forma, acredita “que o desenvolvimento sociopolítico deve se constituir em um espaço onde os próprios setores populares desenvolvam (expressem, critiquem, enriqueçam, reformulem, valorizem) coletivamente seu conhecimento, suas formas de aprender e explicar os acontecimentos da vida social” (Brandão, 1988, citado por Gutiérrez, 1993, p. 33).

Para Gadotti e Gutiérrez (1993) “a educação comunitária e a economia popular são dois aspectos-chave e complementares (...) e promover um dos aspectos sem o outro constitui-se um equívoco”. Estudos realizados pelo autor destacam a necessidade de interação entre a economia e a educação, e demonstram “como o saber e a criatividade popular enfrentam, na luta da subsistência, a globalização da economia” (p.7).

Esta presunção é sublinhada por Gadotti (1993), quando destaca que a

educação comunitária, como conceito elaborado na prática da educação popular, traz uma nova maneira de entender a associação entre educação e produção: antes, tratava-se de educar para o trabalho (profissionalização); agora trata de educar para produzir autonomamente (cooperativas, microempresas) (p.20).

O autor afirma que estamos diante de uma economia onde a informação e o conhecimento são recursos tão valiosos quanto o capital, e que possui poder de fazer diferença no desenvolvimento de um país. Portanto, a “educação comunitária, associando o educativo com o organizativo e produtivo, encontra na informação o seu produto por excelência” (Gadotti, 1993, p. 19).

Martins (2007) chama atenção para a realidade económica atual, e para o imperativo de estabelecer relações com a educação comunitária. Para o autor, a economia apresenta-se em mudança constante, estabelecendo dinamismo e flexibilidade, o que possibilita novas configurações e novos conteúdos. Com esse dinamismo produtivo, o capitalismo globalizado promove um sistema de exclusão social. Contudo, o modo de produção capitalista é contraditório, pois, se por um lado gera incertezas e insegurança, por outro gera otimismo, permitindo que indivíduos visualizem a possibilidade de libertação da consciência humana dos ideais dominantes. O autor ressalta que a classe dominante, dirigente das relações sociais, inibe os

interesses populares, aumentando “consideravelmente o desafio daqueles que pretendem construir uma outra ordem económica, social, política e cultural” (p. 4).

O professor Ernani Maria Fiori, na introdução à obra de Freire (1994), afirma “que em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes. Os métodos da opressão não podem, contraditoriamente, servir à libertação do oprimido”.

Assim, nas sociedades governadas por interesses de grupos, a pedagogia não segue o caminho da libertação e sim o do domínio. Neste sentido, “a prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica” (Fiori, introdução à obra de Freire, 1994, p. 5).

De acordo com Freire (1992), a sociedade democrática tem a liberdade e o direito de optar pelo exercício de *praxis* educativa; tem também o dever de formar educadores que atuem nesse tipo de práticas. No entanto, destaca que apesar de intitulada democrática, estamos diante do autoritarismo pedagógico, no qual os educadores ensinam aos educandos conteúdos que chegam em “pacotes”, não contemplando “formação científica, pedagógica, política do educador e da educadora, o que revela como o autoritário teme a liberdade” (p. 11).

Freire (1992) defende que “a prática educativa é uma dimensão necessária da prática social, como a prática produtiva, a cultural, a religiosa, etc.” (p. 3). Desse modo, com a sua riqueza, complexidade e historicidade, a prática social e educativa é um fenómeno essencialmente humano, e emerge das descobertas e das possibilidades quotidianas de homens e mulheres na luta pela sua liberdade; nesse sentido, são encarados como seres programados para aprender. O autor sugere, de forma simplista, que a situação educativa implica a criação, na presença de sujeitos, dos objetos de conhecimento a serem ensinados, dos objetivos mediatos e imediatos, e coloca ao educador o imperativo de decidir, de romper e de optar, como sujeito participante e não objeto manipulado dos métodos, técnicas processos de ensinar, devendo estes ser coerentes com os objetivos, com a opção política, com a utopia, com o “sonho” que deve impregnar o projeto pedagógico.

Gohn (2013), citando Gadotti (1999), afirma que o método pedagógico formulado por Paulo Freire pode ser considerado um dos mais importantes paradigmas educativos, “pois significou uma alternativa emancipatória e progressista face aos programas extra-escolares predominantes”. De acordo com a autora, o carácter libertador e

problematizador da educação postulada por Freire, possibilita a geração de um processo de mudança na consciência dos indivíduos, e orienta-o para sua auto-transformação e do meio social onde vivem” (p. 34)

Brandão (1981) faz referência ao método de educação popular desenvolvido pelo professor Paulo Freire que começou a ser utilizado no início da década de 60 numa periferia da cidade do Recife, região do nordeste brasileiro, que possui alto índice de analfabetismo. O autor refere que Paulo Freire desenvolveu uma ferramenta com o intuito de tornar mais humano o ato de “ensinar-aprender a ler-e-escrever” (p. 7), e afirma que essa foi a única ocasião em que “alguma educação no Brasil foi criativa e sonhou que poderia servir para libertar o homem, mais do que, apenas, para ensiná-lo, torná-lo doméstico” (p.8).

O método desenvolvido pelo célebre educador possibilita a aprendizagem de homens e mulheres através de uma nova metodologia, construídos na interação do educador e do educando, através dos “círculos de cultura”. Esse novo modo de ensino proporciona uma discussão a respeito do mundo, da realidade vivida pelas comunidades, promovendo a reflexão e a análise para a construção de novos atores sociais. Destaca que um dos pressupostos do método desenvolvido pelo professor está no

diálogo entre educador e educando, onde há sempre partes de cada um no outro, (...) é a idéia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. (...) Não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum (Brandão, 1981, p. 10).

Freire (1992) defende que se a participação educativa for “uma opção progressista, substantivamente democrática, devemos respeitar o direito que tem os educandos de também optar e de aprender a optar” (p. 7). Acrescenta que “a democracia demanda estruturas democratizantes e não inibidoras da presença significativa da sociedade civil no comando da re – pública” (p. 14).

A perspectiva de educação comunitária que Marques (2009) acredita ser possível construir é a da participação através do diálogo, desenvolvendo “o conhecimento numa relação dialógica, em que todos tenham a liberdade de expor suas idéias, contestar, não

aceitar tudo passivamente”, no sentido de procurar, em conjunto, “as melhores soluções dos problemas apresentados numa sociedade, seja esta carente ou não” (p. 65)

De acordo com o que observa Marques (2009, citando Freire, 1979), o conhecimento “envolve um movimento dialético que vai da ação à reflexão sobre ela e desta a uma nova ação” (p. 65). Enquanto educando, aprender o que não se conhecia implica um processo de comprometimento e de abstração do meio, refletindo sobre a sua totalidade ou nas formas de orientação no mundo.

Desse modo, a prática educativa comunitária dá primazia ao desenvolvimento das pessoas envolvidas, sem imposição de conteúdos, e “o processo ocorre de maneira totalmente situacional, ou seja, as experiências de vida dos participantes são consideradas em alto grau” (Marques, 2009, p. 69). É neste contexto que possíveis soluções para problemas da realidade são desenvolvidos em conjunto, promovendo maior comprometimento e refletindo melhores resultados.

O autor esclarece que a educação nas comunidades pode apresentar nomes variados, como “Educação Popular”, “Educação Social”, no entanto preserva o nome de “educação comunitária para libertação, fundamentada em desestabilizar as organizações onde o poder que lhes rege é autoritário e desvaloriza a dignidade humana” (Marques, 2009, p. 69).

Parte II

Estudo empírico

CAPÍTULO IV

Opções metodológicas

1. Problemática e motivações de estudo

A presente investigação propõe-se analisar a concretização da ASACQVR, considerada como um importante instrumento de auxílio político e de direcionamento comunitário, em cujo desenvolvimento e construção foram utilizadas estratégias e ferramentas educativas que se inserem dentro do paradigma da educação comunitária.

Para Gadotti (s/d), nas experiências bem sucedidas para alcançar o desenvolvimento sustentável e promover a melhoria da qualidade de vida das populações, através da procura de soluções para problemas variados, como a violência, o desemprego, a miséria, a falta de habitação, de transporte, de saneamento, entre outros, está sempre presente uma componente de educação comunitária.

A concepção da ASACQVR, e os seus possíveis impactos sociais e ambientais, motivaram-nos à análise do seu potencial de intervenção levando em consideração o que esse processo trouxe, como resultados, na comunidade em estudo. Sendo assim, o propósito desta investigação consiste em perceber que impactos e resultados puderam ser alcançados através da intervenção do ISA, na comunidade de Morro Seco, bem como a relevância da metodologia empregada nesse trabalho; ainda, apurar se foram criadas condições de continuidade e/ou sustentabilidade dessa intervenção.

De acordo com Quivy (1992), a elaboração da problemática relaciona-se com “a abordagem ou a perspectiva teórica que decidimos adotar para tratar o problema” (p. 91), explorando diversos aspetos ligados a ele. No entanto, o autor ressalta que esses “aspectos dependem frequentemente de pontos de vista ou de orientações metodológicas muito diferentes” (p. 91).

Sousa (2009) observou que o problema é considerado como o próprio objetivo da investigação. Trata-se de concretizar a meta que se pretende atingir, de formular a pergunta que se objetiva responder, sendo a investigação a procura dessa resposta. O autor salienta que a definição do problema se pode prolongar por meses, até que se consiga estabelecer a formulação de uma questão, que defina, com exactidão, o que se pretende descobrir com a investigação.

2. Fundamentação das opções metodológicas

Conforme referimos, o nosso trabalho procura, de modo geral, verificar se a ASACQVR proporcionou algum impacto ou resultado na comunidade de Morro Seco. Nesse sentido, entendemos que o Estudo de Caso é o processo investigativo mais adequado. Do ponto de vista metodológico, a presente investigação insere-se no paradigma qualitativo e interpretativo.

Para Coutinho (2011) “a abordagem interpretativa/qualitativa das questões sociais e educativas procura penetrar no mundo pessoal dos sujeitos” (p.16), com o objetivo de saber como os mesmos interpretam determinadas situações e que significado têm para os mesmos, na tentativa de compreender a sua realidade sob o ponto de vista de quem a vive. Esse desenho de investigação “visa essencialmente a compreensão do comportamento de um sujeito, ou de um grupo de sujeitos ou de uma instituição, considerados como entidade única, diferente de qualquer outra, numa dada situação contextual específica, que é o seu ambiente natural” (Sousa, 2009, p. 138).

Nesse tipo de investigação o investigador recolhe dados no ambiente em que eles acontecem, interessando-lhe compreender todo o processo no qual decorreram os factos e, ainda, perceber o significado dos acontecimentos de acordo com diferentes perspetivas, dos vários participantes da amostra (Bogdan & Biklen, 1994).

De acordo com Fortin (2003), apesar de algumas limitações, os estudos descritivos, como os estudos de caso, pretendem a obtenção de maiores informações do que nos estudos exploratórios, “quer seja sobre as características de uma população, quer seja sobre os fenómenos em que existem poucos trabalhos de investigação” (p. 161). Pretende-se, portanto, a caracterização de um ou mais conceitos de uma população específica, a fim de distinguir os fatores determinantes que possam ser relacionados ao fenómeno em estudo.

O presente estudo explora os possíveis resultados e impactos que a construção e o desenvolvimento da ASACQVR trouxeram, especificamente, à comunidade de Morro Seco. Sob a perspetiva fenomenológica, procuramos descobrir “factos” e “causas”, na tentativa de compreender o significado dos acontecimentos, das interações humanas, importando-nos, nesse sentido, perceber o comportamento dos sujeitos, bem como “o significado que constroem para os acontecimentos da suas vidas quotidianas” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 54).

A nossa análise sobre os possíveis resultados da ASACQVR não visa explicação, mas sim a compreensão dos impactos que essa intervenção possa ter refletido na comunidade de Morro Seco. Nesse sentido, não houve elaboração de hipóteses, nem mesmo qualquer método de experimentação pois, conforme Fortin (2003), os métodos sem experimentação procuram transmitir a complexidade de um determinado assunto de modo narrativo, através de uma análise em profundidade. Entretanto, Bogdan e Biklen (2003, citados por Portela, 2012) observam que delimitar o foco de análise no estudo de caso pode implicar na “fragmentação do todo onde ele está integrado” (p. 66), o que pode conduzir a distorções.

Como forma de obtenção e exploração dos dados, acreditamos que a observação participante se configura como a melhor forma de responder às nossas preocupações, pois “consiste em estudar uma comunidade durante um longo período, participando da sua vida coletiva” (p. 197), e estudando seu modo de vida. Contudo, o investigador deve esforçar-se para perturbar ou influenciar minimamente a sua amostra, pois pode colocar em risco a validade dos dados obtidos (Quivy, 1998).

As possibilidades de generalização configuram-se como uma limitação para essa tipologia de investigação e, segundo Bogdan & Biklen (2003), os estudos de caso encontram dificuldades em replicar a sua pesquisa em cenários semelhante, devido à diversidade relacionada com o comportamento humano. De qualquer modo, os autores observam que “alguns investigadores reclamam o direito à generalização baseando-se nas semelhanças dos seus resultados com outros referidos na literatura” (p. 94).

Com objetivo de perceber e compreender em profundidade os possíveis resultados e impactos da ASACQVR na comunidade de Morro Seco, optámos por desenvolver um estudo de caso segundo a tipologia de organizações numa perspectiva histórica, pois “incidem sobre uma organização específica, ao longo de um período determinado de tempo, relatando seu desenvolvimento” (Bogdan & Biklen, 2003, p. 90).

3. Objeto, Objetivos de Estudo e Questões de Investigação.

Quivy (1992) defende que a elaboração de um trabalho de investigação é determinada, essencialmente, por algo que se objetiva responder; é uma caminhada na procura desse conhecimento sendo, dessa forma, construído e formulado durante um determinado período de tempo. No entanto, o autor ressalva que “o investigador deve obrigar-se a escolher rapidamente um fio condutor tão claro quanto possível, de forma

que o seu trabalho possa estruturar-se sem demora e estruturar-se com coerência” (p. 29).

Ainda para o mesmo autor, o ponto de partida apresenta-se como a base da investigação que se pretende empreender, e é através de uma pergunta de partida que o investigador “tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor” (p. 30).

Diante da problemática exposta no item anterior, elaborámos a seguinte pergunta de partida, que nos vai permitir delinear e explorar o nosso estudo, e servirá de base para o desenvolvimento desse trabalho:

“A Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira e sua metodologia, apresentaram resultados, ou qualquer impacto na comunidade do Morro Seco, possibilitando condições para a continuidade e/ou sustentabilidade desse projeto?”

O nosso objeto de estudo é a Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira e a sua metodologia, e o nosso objetivo geral é avaliar os resultados dessa intervenção na comunidade de Morro Seco. Entretanto, e na sequência deste objetivo geral, perseguimos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o cenário socioambiental da comunidade de Morro Seco, após a publicação da ASACQVR;
- Identificar em que medida a comunidade de Morro Seco atingiu os objetivos e cumpriu as exigências propostas pela Agenda Socioambiental;
- Verificar quais as componentes de educação comunitária que foram utilizadas na Agenda, e de que forma esta prática educativa contribuiu, ou ainda contribui, para o desenvolvimento dessa comunidade;
- Compreender de que forma a comunidade tem consciência do eventual desenvolvimento, a nível socioambiental, após a implantação da Agenda Quilombola;
- Verificar se a intervenção promoveu *empowerment* individual ou coletivo nos moradores da comunidade analisada;
- Aferir se as estratégias utilizadas pela Agenda Quilombola propiciaram a Educação e a Formação ao Longo da Vida;

- Identificar a percepção dos atores locais sobre o impacto da Agenda Quilombola;
- Perceber se a Agenda desenvolveu mecanismos para a continuidade e/ou sustentabilidade dessa intervenção realizada pelo ISA.

Para Bogdan e Biklen (1994) as investigações de âmbito qualitativo, devido à flexibilidade dessa tipologia de estudo, por vezes, enfrentam problemas ao descrever previamente os seus objetivos de estudo. Os autores defendem que, nos estudos qualitativos, apenas após o início do trabalho e através da recolha dos dados, é que o investigador tem possibilidades de delinear o seu plano de trabalho, emergindo, desse processo, as questões de investigação. Nesse sentido, e diante do trabalho que efetuámos, num primeiro momento, na comunidade quilombola de Morro Seco, emergiram as seguintes questões de investigação:

- O que motivou o ISA a desenvolver a ASACQVR e, que razões ou interesses levaram a comunidade de Morro Seco a participar desse processo?
- De que modo esse interventivo foi construído e desenvolvido na comunidade?
- Que resultados e/ou impactos podem ser mensurados após esses seis anos de publicação da ASACQVR?

A compreensão detalhada dos acontecimentos é o principal objetivo do investigador qualitativo, e implica que ele “passe, frequentemente, um tempo considerável com os sujeitos no seu ambiente natural” (p.17), pois essa compreensão de comportamentos surge das perspectivas dos sujeitos, não é oriunda de questões prévias, ainda que questões específicas possam ser elaboradas no sentido de orientar o trabalho de investigação (Bogdan & Biklen, 1994). Merriam (1988), citado por Carmo e Ferreira (2008), observam que as questões não devem ser muito específicas acerca de processos e da tentativa de compreensão dos acontecimentos.

4 – Sujeitos do estudo

De acordo com Fortin (2003) a conceptualização do problema de investigação necessita de um quadro de referencial que sirva de base para o estudo, e não considera

apenas o fenômeno mas também as fontes de dados ligados a ele. Dessa forma, algumas decisões devem ser tomadas relativamente à amostragem, que consiste na escolha das pessoas ou elementos que farão parte do estudo como fonte de dados. De acordo com o autor

a amostragem é o procedimento pelo qual um grupo de pessoas ou um subconjunto de uma população é escolhido com vista a obter informações relacionadas com um fenômeno, e de tal forma que a população inteira que nos interessa seja representada (p 202).

Diferente da investigação de âmbito quantitativo, que geralmente utiliza como método de recolha de dados uma amostra representativa da população, o presente estudo objetiva perceber e explorar características e possíveis impactos que a ASACQVR possa ter possibilitado à população de Morro Seco. Para Bogdan e Biklen (2003), uma população é um conjunto de elementos ou de sujeitos que possuem características em comum, e devem ser consideradas através de um conjunto de critérios. Esses critérios são vistos como importantes guias para a escolha do elemento de amostragem. Nesse sentido, selecionámos, para esse estudo, e como principal critério, sujeitos que tivessem participado, de modo diferente, na construção e no desenvolvimento da ASACQVR.

Era fundamental compreender de que modo a comunidade interpretava esse trabalho, mas igualmente importante compreender de que modo o ISA entende essa intervenção, e de que modo verifica possíveis resultados na comunidade, o que nos possibilita relacionar a compreensão de ambas as partes. À semelhança dos estudos sociológicos, interessava-nos perceber modificações para um conjunto social, “enquanto totalidades diferentes da soma das suas partes” (p. 161). Desse modo, procurámos relacionar a visão diferentes sujeitos, que foram divididos em grupos de análise, onde cada conjunto é representado por, pelo menos, dois sujeitos. São eles: a coordenação do ISA, a liderança Quilombola e agente socioambiental, e população Quilombola que, por sua vez, optámos por re-dividir em dois grupos: os homens e as mulheres da comunidade de Morro Seco. Acreditámos que desse modo teríamos uma amostra de sujeitos que nos permitia compreender, globalmente, os possíveis resultados da ASACQVR. Na Tabela 2 apresentamos e resumimos a caracterização dos quinze sujeitos que participaram do nosso estudo, e que foram divididos em quatro grupos de análise.

Tabela 2

Caracterização dos sujeitos

| Grupos de sujeitos | COD. | Sexo | Idade | Profissão |
|-------------------------------|-------------|-------------|--------------|------------------------------------|
| Coordenadoria do ISA | CISAM | F | 36 | Coordenador de Projetos |
| | CISAH | M | 50 | Coordenador de Projetos |
| Liderança Quilombola | LC1 | M | 59 | Agricultor e Líder Comunitário |
| | LC2 | M | 89 | Agricultor e Líder Comunitário |
| | ASA | M | 72 | Agricultor e Agente Socioambiental |
| <i>Focus grupo - homens</i> | FGH1 | M | 68 | Agricultor |
| | FGH2 | M | 68 | Agricultor |
| | FGH3 | M | 59 | Agente de Saúde |
| | FGH4 | M | 48 | Agricultor |
| <i>Focus grupo - mulheres</i> | FGM1 | F | 50 | Dona de Casa |
| | FGM2 | F | 48 | Dona de Casa |
| | FGM3 | F | 78 | Dona de Casa |
| | FGM4 | F | 73 | Dona de Casa |
| | FGM5 | F | 51 | Dona de Casa |
| | FGM6 | F | 47 | Dona de Casa |

5. – Técnicas e instrumentos de recolha de dados

5.1 - Entrevistas

Entre as muitas técnicas de recolha de dados utilizadas nas metodologias qualitativas, as entrevistas são geralmente utilizadas por permitirem o levantamento de “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados [e] caracterizam-se por um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores” (Quivy, 1992, p. 192).

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), as entrevistas em investigações qualitativas podem ser utilizadas de duas formas: “como estratégia dominante para recolha de dados”, ou “em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas” (p. 134).

No nosso trabalho, embora as entrevistas tenham tido um papel dominante, elas fizeram parte do conjunto da investigação, pois procurámos conhecer os sujeitos antes da recolha dos dados, procurámos criar laços e construir um relacionamento com eles, de forma a deixá-los à vontade, na tentativa de estabelecer um ambiente propício para a recolha de informações. No entanto, também determinámos momentos específicos, de modo a conduzir uma entrevista mais formal (Bogdan & Biklen, 1994).

Uma das vantagens desta técnica deve-se ao facto do investigador poder questionar directamente os sujeitos, de modo a que eles possam detalhar as suas respostas (Souza, 2009). Para Quivy (1992), a principal vantagem dessa técnica está na “profundidade dos elementos de análise recolhidos” (p. 195).

Entre as desvantagens da entrevista como técnica de recolha de dados, e de acordo com (Souza, 2009), encontra-se o risco de distorção, pois a qualidade dos dados recolhidos depende da característica do investigador e da sua capacidade para colocar as perguntas certas, no momento oportuno, a cada entrevistado. Além disso, Quivy (1992) observa que as informações e elementos recolhidos através dessa técnica não se apresentam de modo a possibilitar uma análise imediata e particular como, por exemplo, nos inquéritos por questionário.

Fortin (2003) refere que existem vários tipos de entrevista; não estruturadas, onde o participante possui o controlo do conteúdo; estruturadas, nas quais o investigador exerce esse controlo; e a entrevista semi-estruturada, uma combinação das duas abordagens anteriores. Quivy (1992) observa que nas entrevistas semi-estruturadas o investigador utiliza perguntas-guias, relativamente abertas, e o seu interesse é que o entrevistado possa falar abertamente, com as palavras que desejar e que melhor lhe convierem. Desse modo, as perguntas não seguem necessariamente uma ordem, o investigador procura apenas orientar a recolha de dados da melhor forma, colocando as questões de modo oportuno.

Para o nosso estudo entendemos que a entrevista semi-estruturada se configurava como a melhor forma de recolher os dados de que necessitávamos pois, de acordo com Souza (2009), possui flexibilidade, podendo ser adaptada às necessidades de cada situação e de cada sujeito. Recolhe ainda a vantagem de poder ser aplicada a sujeitos que não sabem ler, situação que poderíamos encontrar na comunidade em estudo. Fortin (2003) acrescenta que nas “entrevistas semi-estruturadas fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre vários sujeitos” (p. 135), e que as boas entrevistas são aquelas que permitem que os sujeitos estejam à vontade para falarem abertamente sobre os seus pontos de vista.

Foram utilizados dois formatos de entrevistas: entrevistas individuais, realizadas à coordenação do Instituto Socioambiental e à liderança comunitária e agente socioambiental e, ainda, entrevistas coletivas, denominadas *focus grupo*, com o objetivo de possibilitar o diálogo e a discussão conjunta, por sexo, sobre o entendimento desses indivíduos no que se refere à intervenção do ISA.

A técnica *focus* grupo tem como objetivo central a identificação das “percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade” (Dias, s/d, p. 3). O seu propósito, no caso de investigações fenomenológicas na qual se enquadra nosso trabalho, está em “aprender como os participantes interpretam a realidade, seus conhecimentos e experiências” (p. 3). Esses grupos focais de discussão dialogam sobre um determinado tema, debatendo ideias através de estímulos apropriados. Essa técnica distingue-se principalmente pela interação do grupo, favorecendo a descontração, e permite ao investigador explorar de que forma certos factos são articulados, confrontados e alterados pelo grupo em estudo por meio da interação dos sujeitos (Ressel et al., 2008)

No total, neste estudo foram realizadas sete entrevistas, nas quais participaram quinze sujeitos, referidos por códigos (conforme observamos na Tabela 2), a fim de salvaguardar as suas identidades. Foram realizadas cinco entrevistas individuais e dois *focus* grupo, participando, nestes últimos, dez sujeitos, habitantes da comunidade do Morro Seco, quatro mulheres e seis homens.

5.2 – Procedimentos de recolha de dados

A recolha dos dados necessários para posterior análise, foi realizada através das entrevistas semi-estruturadas, como descrito no ponto anterior. Para isso construímos um guião de entrevistas, baseado nos objetivos e questões que queríamos investigar neste estudo.

Para a aplicação das entrevistas não houve pré-testagem. Acreditamos, no entanto, que sendo a entrevista o principal método de recolha de informações, ficaríamos atentos, continuamente, para que nossas “intervenções trouxessem a tona elementos de análise tão fecundos quanto o possível” (p. 193), e que formularíamos as perguntas de acordo com a conversa que seria estabelecida com cada um dos sujeitos ou grupo de sujeitos. As perguntas, em formato mais aberto, possibilitariam a definição dos caminhos a percorrer e, desse modo, o guião serviu-nos como uma base de exploração dos possíveis impactos e resultados da ASACQVR (Quivy, 1992).

O guião de entrevista foi elaborado para cada um dos três grupos de sujeitos que objetivamos inquirir, nomeadamente, a coordenação do ISA, a liderança Quilombola e agente socioambiental e a comunidade de Morro Seco. No entanto, todas as perguntas realizadas para um grupo foram igualmente realizadas para outro, mas de modo

diferente, com objetivo de relacionar as opiniões sobre um mesmo questionamento, o que nos permitiria comparar as visões de cada entrevistado e do seu grupo com as da restante amostra.

Dessa forma dividimos o guião em três blocos. Primeiramente as motivações iniciais, que pretendia compreender que razões levaram o ISA a intervir nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, mas também a razão que levou a comunidade de Morro Seco a participar desse processo. O segundo bloco refere-se ao processo propriamente dito, e visa perceber de que modo o ISA e a comunidade vêem a construção e o desenvolvimento desse processo e de que modo os sujeitos verificam o processo interventivo. Finalmente o terceiro bloco procura identificar possíveis mudanças, alterações, resultados e impactos proporcionados pela ASACQVR. A Tabela 3 que se apresenta a seguir, mostra de que forma organizámos o nosso guião de entrevistas, nomeadamente os blocos de questões que foram definidos, os seus objetivos e os tópicos a explorar.

Tabela 3.

Guião da estrutura das entrevistas.

| Blocos | Objetivos | Tópicos a questionar |
|--|---|---|
| Motivações de intervenção e participação na ASACQVR. | Identificar as razões, fatores e motivações que levaram o ISA e a comunidade de Morro Seco a contruírem uma Agenda Socioambiental | Quais razões levaram o ISA a desenvolverem uma Agenda Socioambiental para as comunidades Quilombolas no Vale do Ribeira? Que motivos ou interesses levaram a comunidade de Morro Seco e sua associação a permitirem e a participarem da Agenda? |
| | Perceber a importância desse trabalho para o ISA e para a comunidade de Morro Seco | O que representa essa intervenção para o ISA, e qual a importância desse trabalho para a comunidade? |
| | Compreender as ameaças e oportunidades que levaram ao desenvolvimento da ASACQVR | Qual o cenário das comunidades, mais especificamente a do Morro Seco, antes da publicação da Agenda, antes da intervenção do ISA? |
| Desenvolvimento da ASACQVR | Perceber de que forma o ISA e a comunidade entendem o fortalecimento e sustentabilidade comunitária | Qual o significado e o que compreende fortalecimento comunitário e gestão sustentável de territórios? |

| | |
|--|--|
| Compreender de que modo a educação comunitária foi componente nesse processo e qual sua importância nesse trabalho | A educação comunitária foi uma importante componente do processo, qual o grau de importância desse constructo na internalização dos valores e necessidades expostos pela agenda nas comunidades em estudo? |
| Identificar se o processo possibilitou a educação e formação ao longo da vida | O ISA entende ter possibilitado a educação e formação ao longo da vida dos sujeitos da comunidade Morro Seco? |
| Compreender qual a relevância da metodologia aplicada nesse trabalho e de que modo esse processo se desenvolveu | A agenda baseou-se em metodologia e formato específico, participativo. Pode-se dizer que a educação comunitária (entendida como aprendizagem e conhecimentos que promovem e ampliam a consciência dos indivíduos, nesse caso, fora do ambiente escolar), foi parte integrante nesse processo? De que forma isso ocorreu? |
| Perceber se a ASACQVR contribuiu para o desenvolvimento da comunidade e, a internalização dos conteúdos desse processo | É possível identificarmos o desenvolvimento e a sustentabilidade dos valores e conceitos socioambientais da comunidade do Morro Seco após publicação da Agenda? |
| Compreender o alcance e atendimento dos objetivos da ASACQVR para o ISA e para a comunidade | Dentro dos diversos interesses da Agenda, encontramos seu principal objetivo: o fortalecimento das comunidades e a gestão sustentável de seus territórios. Pode-se dizer que esses objetivos foram alcançados? Em que medida? |
| Perceber se a ASACQVR pode ser entendida como instrumento de desenvolvimento | A ASACQVR pode ser entendida como um instrumento de desenvolvimento pessoal e comunitário? |
| Identificar se a Agenda possibilitou empowerment dos sujeitos da comunidade | É possível identificar de alguma forma empoderamento dos valores e conceitos expostos pela agenda de forma individual e/ou coletiva? |
| Identificar possíveis mudanças sociais e ambientais | Após anos de intervenção, como enxerga-se o cenário atual da comunidade de Morro Seco? Identifica-se qualquer alteração nas suas condições de vida? Quais? |
| Verificar possíveis impactos e resultados sociais e ambientais | Acredita que a ASACQVR resultou algum impacto social e/ou ambiental, especialmente a comunidade de Morro Seco? Podemos relacionar os principais impactos? |
| Perceber se as demandas elencadas na Agenda Socioambiental da comunidade de Morro Seco foram atendidas | Diversos temas foram tratados pela agenda em cada comunidade. Na comunidade do Morro Seco que objetivos puderam ser alcançados? Foram atendidas as demandas? Que percentual considera ter sido atingido? |

| | |
|---|--|
| Perceber quais dificuldades a comunidade ainda enfrenta para o atendimento de suas demandas | O que faltou ou, o que ainda precisa ser feito para o atendimento total das demandas levantadas pelo instituto e sua comunidade? |
| Compreender se fora construído alguma forma de manutenção desse trabalho | Foi desenvolvido algum mecanismo ou modelo que promovesse a continuidade e/ou sustentabilidade desse trabalho após sua publicação? |

Os sujeitos do estudo foram convidados a participar nas entrevistas. Primeiramente fizemos um contato telefónico com a coordenação do ISA, em São Paulo, com objetivo de saber se era possível o desenvolvimento dessa investigação e qual a comunidade, das 14 que participaram da ASACQVR, que teria disponibilidade para participar deste estudo.

Num segundo momento, em agosto de 2012, dirigimo-nos para a cidade de Eldorado, onde acontece uma feira anual que reúne as comunidades tradicionais do Vale do Ribira: A Feira de Troca de Sementes. O nosso interesse era conhecer e estreitar relações com os possíveis sujeitos desse estudo.

Finalmente, em abril deste ano (2014), seguimos para o trabalho de campo e estabelecemo-nos na comunidade de Morro Seco, onde ficámos cerca de cinco dias, convivendo, observando, conversando, e onde realizámos as nossas entrevistas.

A coordenação do ISA foi, por sua vez, entrevistada em dois momentos. Primeiramente em Eldorado, onde o instituto possui uma delegação e, seguidamente, em São Paulo, onde fica a sede da entidade. Para o registo dos dados utilizámos um telemóvel com grande capacidade de armazenamento de dados, e gravámos cada entrevista concedida pelos sujeitos ou grupo de sujeitos, de modo a nos permitir analisar, posteriormente, os dados levantados no terreno.

5.3 – A técnica da análise de conteúdo

A análise de conteúdo configura-se como uma forma de tratar, de uma forma metódica, dados que apresentam certa profundidade e complexidade. Para isso é fundamental a “aplicação de processos técnicos relativamente precisos” (Quivy, 1992, p. 224), e que permitam ao investigador a interpretação dos dados no sentido de excluir as suas representações e valores. Utilizada nesta investigação, a análise de conteúdo permitir-nos-ia descrever as tendências dos testemunhos recolhidos, relacionar características e, ainda, comparar os conteúdos obtidos pelos diferentes sujeitos, bem como os seus pontos de vista (Sousa, 2009).

Quivy (1992) refere variantes desta técnica de análise de dados que se agrupam em duas categorias: procedimentos quantitativos e procedimentos qualitativos. Relativamente ao primeiro, objetiva-se a análise das frequências encontradas no conteúdo analisado; quanto ao segundos, procura-se aferir a presença ou a ausência de uma característica. No entanto, o autor aponta que as diferenças entre os dois procedimentos não são muito nítidas, e que, por vezes, os investigadores recorrem a ambos.

Bardin (1977, citado por Portela, 2012) afirma que a análise de conteúdo, utilizada geralmente em investigações de âmbito qualitativo, objetiva enriquecer a interpretação dos dados, e a descoberta dos conteúdos irá confirmar ou infirmar o que se procura demonstrar.

Paradoxalmente, uma das vantagens desta técnica - que também pode ser considerada uma desvantagem - é que ela permite inferências do investigador na sua interpretação e explicação, não estando confinado a um cenário teórico referencial pré-definido (Sousa, 2009).

Quivy (1992) defende que a técnica da análise de conteúdo pode ser efetuada de três formas: as análises estruturais, que enfatizam a forma como os elementos das mensagens são dispostos; as análises formais, que incidem sobre a forma e o encadeamento do discurso; e as análises temáticas, que revelam as representações a partir do exame de elementos constitutivos do discurso. A nossa análise assentou nesta última forma, a temática, que, segundo o autor, é “a mais antiga e mais corrente” (p. 226), nela podemos distinguir dois métodos: a análise de avaliação e a análise categorial, que foi a que escolhemos para o presente trabalho. Segundo o autor, ela “consiste em calcular e comparar frequências de certas características (na maior parte das vezes, os temas evocados) previamente agrupadas em categorias significativas” (p. 226)

6. – Procedimento de análise de dados

Após a recolha dos dados e a transcrição do modo de áudio para um documento digital, seguimos com a análise, qualitativa e quantitativa. Convém, no entanto, ressaltar que apesar de termos recorrido a processos de quantificação, este estudo não se configura como misto. É, sim, e tão somente, uma investigação qualitativa, na qual os

dados quantificáveis se relacionam com as unidades de significado ou de registro identificadas em cada entrevista.

Interessava-nos saber os resultados e os impactos da ASACQVR na comunidade de Morro Seco, mas não apenas os resultados relativos às propostas que foram levantadas pelo ISA para a comunidade; esses ficaram em segundo plano. Pretendíamos compreender outros resultados, relacionados com o processo de intervenção, a metodologia, a internalização do conteúdo e a instrumentalização dos sujeitos. Interessava-nos perceber de que modo a comunidade se posicionou, dadas as suas dificuldades, se houve alteração na sua capacidade de se auto-gerir, frente às suas possibilidades organizacionais, e, ainda, de que modo uma intervenção baseada numa metodologia participativa, que utilizou instrumentos próprios do paradigma da educação comunitária, refletiu novas possibilidades e renovadas oportunidades para a comunidade de Morro Seco, tanto de forma coletiva ou individualmente.

Nesse sentido, cruzámos as respostas de cada grupo frente às categorias de análise desse estudo, na procura de diferentes visões dos atores envolvidos na construção e desenvolvimento da Agenda Socioambiental da comunidade de Morro Seco.

Procedemos da seguinte forma à análise dos dados recolhidos: primeiramente transcrevemos as entrevistas; a seguir fizemos diversas leituras do material, a fim de percebermos, em profundidade, os detalhes de cada entrevista; depois categorizámos o material em categorias e subcategorias de análise; por fim reconhecemos e explicitámos os indicadores emergentes, que ilustram o sentido de cada entrevista sob o olhar do grupo de sujeitos.

Este processo de análise conduziu à construção de uma grelha de categorização que está dividida em três categorias: 1 – Motivações iniciais; 2 – Construção e desenvolvimento; e 3 – Impactos e resultados.

As categorias de análise foram, por sua vez, subcategorizadas, conforme se apresenta na Tabela 4. Através dos testemunhos dos sujeitos também identificámos os indicadores que emergiram de cada entrevista, e que davam sentido a nossa análise, conforme se apresenta a seguir.

Tabela 4

Grelha de categorização

| Categoria | Subcategoria | Indicadores |
|---|--|---|
| Motivações de intervenção e participação no desenvolvimento da ASACQVR. | Finalidade da intervenção para o ISA e, os interesses na participação da comunidade na ASACQVR | Necessidade de apoio e orientação para autogestão Partilha de informações e ampliação de conhecimentos |
| | Fragilidade e vulnerabilidade | Social Ambiental Económica Geográfica |
| | Manutenção, Valorização e Preservação | Histórico e raízes etnoculturais Patrimônio Territorial Modo de vida e tradições Biodiversidade |
| | Outros fatores | Intervenções anteriores |
| Construção e desenvolvimento da ASACQVR | Diagnóstico socioambiental | Levantamento de dados Definição de prioridades |
| | Processo de intervenção | Metodologia Ferramentas |
| | Educação e Formação | Internalização e apropriação de conhecimentos Desenvolvimento de capacidades Educação e formação ao longo da vida |
| | Outros Fatores | Abrangência do projeto |
| Impactos e resultados da ASACQVR | <i>Empowerment</i> individual e coletivo | Conscientização e instrumentalização Fortalecimento comunitário Gestão organizacional |
| | Ambiente, legislação e políticas | Políticas públicas e legislação Práticas agrícolas |
| | Sustentabilidade do programa | Acompanhamento e direcionamento Instrumento de consulta comunitária |
| | Perceção ou senso comum | Atendimento de demandas Dificuldades para atendimento de demandas |

Após o reconhecimento dos indicadores seguimos com uma nova leitura das entrevistas transcritas e iniciámos a seleção dos excertos que refletissem o sentido de cada indicador. A decomposição em unidades de sentido (ou de significação) dos excertos das entrevistas pode ser representada por uma palavra, ou um conjunto de palavras, uma frase, ou um conjunto de frases, sendo a sua função refletir uma ideia que será codificada (Fortin, 2003). Bogdan e Biklen (1994) observam que para o desenvolvimento dos códigos o investigador deve procurar frases e palavras que os sujeitos utilizam, e que possam indicar aspetos importantes a explorar.

Fortin (2003) ressalta que essa etapa pode ser extremamente longa e laboriosa, e que o reconhecimento das unidades de significado pode ser realizado através do apoio informático. Contudo, no nosso estudo preferimos segregar os excertos sem a ajuda de programas ou instrumentos, pois acreditámos que através do trabalho manual conseguiríamos extrair das entrevistas as unidades que melhor representassem o sentido exato de cada indicador.

Após a identificação e reconhecimento dos excertos seguimos com a sua redução, mas mantendo sua significação. Essa etapa procurou facilitar a análise quantitativa dos dados, para que pudéssemos compreender e apresentar, de modo mais objetivo, os dados recolhidos. De acordo com Quivy (1992), na análise categorial o investigador deve “calcular e comparar as frequências de certas características (...) procedimento essencialmente quantitativo” (p.226)

Quintas (2006, citada por Portela, 2012) considera que as abordagens qualitativas e quantitativas, quando utilizadas de modo harmónico, se complementam, produzindo “um conhecimento mais válido e mais completo” (p. 78).

Após a segregação das unidades de sentido, de onde extraímos os excertos, e da sua redução, que nos possibilitou a contabilização das frequências obtidas quantitativamente tornando possível a elaboração de gráficos ilustrativos, seguimos com a apresentação e com a discussão. As grelhas de categorização dos excertos e de unidades de registo que foram elaboradas, encontram-se nos anexos deste trabalho, e são, respetivamente, o Anexo 1 e o Anexo 2.

Parte II

Resultados

Capítulo V

Apresentação e discussão dos resultados

Introdução

Da análise de conteúdo efetuada às entrevistas resultou um *corpus* com diversas possibilidades de análise. Considerando os objetivos a que nos propusemos, tivemos que tomar algumas decisões relativamente a este ponto da dissertação, que melhor refletisse a visão dos protagonistas da investigação acerca da intervenção socioeducativa a que estão sujeitos. Decidimo-nos, então, apresentar e discutir os resultados de acordo com a lógica que passamos a explicitar.

Considerámos que, num primeiro momento, era fundamental apresentar e caracterizar os sujeitos com base nas entrevistas realizadas. Embora no capítulo da metodologia da presente investigação os protagonistas já tenham sido caracterizados segundo algumas variáveis (Tabela 4), julgámos que para uma melhor compreensão das suas perceções fazia sentido detalhar as suas características.

Num segundo momento, e para cada uma das categorias de análise que apurámos na análise de conteúdo que efetuámos, procedemos à verificação da distribuição das unidades de registo das respetivas subcategorias e, de seguida, analisámos, de modo descritivo, a visão dos sujeitos sobre a problemática em estudo. Verificámos, ainda, a distribuição das unidades de registo por indicadores, e, finalmente, elaborámos uma síntese conclusiva à luz da literatura da categoria em apresso.

A Tabela 5 abaixo ilustra as categorias e subcategorias (já apresentadas de modo detalhado no capítulo da metodologia), e que nos permite uma visão simplificada, servindo-nos de base para a apresentação e discussão dos resultados.

Tabela 5.

Grelha de Categorias e Subcategorias

| Categorias | Subcategorias |
|---------------------------------|--|
| 1. Motivações iniciais | 1.1. Finalidade da intervenção para o ISA e, os interesses na participação da comunidade na ASACQVR 1.2. Fragilidade e vulnerabilidade 1.3. Manutenção, valorização e preservação 1.4. Outros fatores |
| 2. Construção e desenvolvimento | 2.1. Diagnóstico comunitário 2.2. Processo de intervenção 2.3. Educação e formação 2.4. Outros fatores |
| 3. Impactos e resultados | 3.1. Desenvolvimento comunitário 3.2. Ambiente, legislação e políticas 3.3. Sustentabilidade do programa 3.4. Percepção ou senso comum |

1. Apresentação dos sujeitos

Os sujeitos desse estudo estão divididos em grupos, conforme destacámos no capítulo da metodologia (p. 54). Recordamos que a investigação recolheu dados junto da coordenação do ISA, da liderança comunitária do Morro Seco, e também da comunidade. Neste último grupo de sujeitos, e usando a técnica do *focus grup*, entrevistámos sujeitos do sexo masculino e do sexo feminino, pois pretendíamos analisar a variável género na percepção dos sujeitos sobre a intervenção do ISA na comunidade.

O ISA desenvolve diversos programas e projetos no Brasil, e participa em ações também fora do país. Cada atividade possui uma coordenação responsável pela gestão dessas atividades. A ASACQVR contou com uma extensa equipa que desenvolveu o trabalho ao longo de dois anos. Neste trabalho aferimos a visão de dois coordenadores desse projeto, um homem e uma mulher. O sujeito CISAH do sexo masculino possui 51 anos de idade e, ao longo de mais de 30 anos de experiência na luta pelos direitos humanos e do meio ambiente, atuou com povos tradicionais, indígenas e quilombolas, e trabalhou em áreas tão diversas como o manejo florestal, a recuperação de mananciais, a planeamento e reconhecimento territorial, a geração de trabalho e de rendimentos e a agricultura familiar e sustentável. Graduado em estudos sociais, estudou Economia na

Puc-SP²⁰ e especializou-se em administração para organizações da sociedade civil na FGV-SP²¹.

O sujeito do sexo feminino, a CISAM que integra a coordenação do projeto, tem 36 anos de idade, é graduada em Ciências Biológicas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e Mestre em Ecologia de Agroecossistemas pela ESALQ²² – Piracicaba. Possui uma vasta experiência na coordenação de projetos socioambientais em UCs e com povos tradicionais, e faz parte da equipa do ISA desde 2005.

O grupo de sujeitos que representa as liderança quilombola é constituído por 3 sujeitos: os LC1 e LC2, que são líderes locais, e o Agente Socioambiental (ASA).

O papel de liderança quilombola na comunidade de Morro Seco tem uma forte relação com a Associação Quilombola da mesma comunidade, criada em 1999 e reconhecida em 2003, conforme já explicámos anteriormente. De acordo com a informação recolhida, há sempre um responsável direto pelas questões relativas à comunidade. No entanto, ficou claro que as decisões são tomadas em conjunto, o que implica responsabilidades e compromissos coletivos. Eventualmente devido ao facto da comunidade de Morro Seco ser formada, na sua maioria, por familiares, são as pessoas mais velhas e mais experientes que assumem (e são aceites) como líderes locais.

O LQ1 possui 59 anos, é agricultor, e preside à Associação Quilombola do Morro Seco. Já o LQ2 têm 89 anos, possui vasta atuação nas lutas sociais e territorial no Vale do Ribeira, e a sua experiência de liderança não se restringe apenas à comunidade do Morro Seco. Também intervém no território que abrange todo o Vale do Ribeira, bem como em lutas sindicais.

O Agente Socioambiental (ASA) foi outro dos nossos sujeitos de investigação. Este participou ativamente da construção da ASACQVR, teve um papel importante no desenvolvimento desse trabalho junto ao ISA e da sua comunidade e, inclusive, já presidiu à Associação de Morro Seco. Por este conjunto de razões consideramos que a sua visão e informações são fundamentais. Assim como LQ1 e LQ2, o ASA também é natural de Morro Seco, possui 72 anos, e foi, como os outros, agricultor durante toda sua vida.

No que se refere à formação escolar, nenhum destes sujeitos chegou ao Ensino Universitário; pelo contrário, o grau de escolarização de qualquer deles é bastante baixo.

²⁰ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

²¹ Fundação Getúlio Vargas – São Paulo

²² Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz”

Passemos à apresentação dos entrevistados que representam a coletividade. A comunidade quilombola de Morro Seco teve seu quadro populacional alterado ao longo dos últimos oito anos. Um dos fatores apontados é o êxodo rural, que se verifica na população mais jovem e que procura melhores condições de vida fora do seu território. Sendo assim, grande parte da população da comunidade encontra-se na faixa etária acima dos 30 anos de idade. Conforme referimos no capítulo da metodologia, subdividimos este grupo de sujeitos em “homens” (4 sujeitos) e “mulheres” (6 sujeitos). Relativamente ao grupo formado pelos homens, os FGH1 e o FGH2 têm, ambos, 68 anos, são naturais do Morro Seco, e a sua atividade principal é a agricultura. O sujeito FGH3 tem 59 anos, também é natural de Morro Seco, mas ao contrário dos outros é funcionário público e trabalha como agente de saúde municipal. O último participante desse grupo é o FGH4. Com 48 anos é o único que não nasceu em Morro Seco, mas à semelhança dos dois primeiros, também vive da agricultura.

No que se refere às mulheres (6 sujeitos), a maioria é casada e todas possuem como ofício o trabalho do lar. O sujeito FGM3 e FGM4, com 78 e 73 anos, respetivamente, estão reformadas ou aposentadas e são naturais de Morro Seco. O FGM2, com 47 anos, e FGM6, com 48 anos, são irmãs, e não nasceram na comunidade. Ambas são casadas com naturais de Morro Seco e residem na comunidade há mais de 20 anos. Por fim, os sujeitos FGM1 e FGM5, também naturais de Morro Seco, possuem, respetivamente, 50 e 51 anos.

Em situação de *focus grup*, tanto os homens como as mulheres mostraram ter opiniões convergentes acerca da intervenção do ISA, muito embora o discurso tenha sido assumido com mais intensidade pelos mais extrovertidos e desinibidos, e que talvez tivessem maior facilidade de comunicação.

2. Motivações Iniciais

Interessava-nos perceber o que levou o ISA a intervir nas comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, e qual o interesse da comunidade do Morro Seco, em específico, em participar - e a permitir - a construção e o desenvolvimento de uma Agenda Socioambiental comunitária. Compreender a motivação para construção desse trabalho era fundamental para percebermos como se desenvolveu o processo e que resultados emergiram.

Na categoria motivações iniciais foram identificadas 146 unidades de registro. Foi dividida em quatro subcategorias, com um total onze indicadores.

A primeira subcategoria refere-se à “finalidade da intervenção para o ISA e aos interesses na participação da comunidade na ASACQVR”. Permite-nos compreender, de modo objetivo, as razões que motivaram as partes para o desenvolvimento conjunto desse trabalho. As subcategorias “fragilidade e vulnerabilidade”, assim como “manutenção, valorização e preservação” possibilitam-nos olhar amplamente para algumas das necessidades primordiais dessas comunidades, assim como obter a visão do instituto e o seu entendimento acerca das mais variadas dificuldades enfrentadas pelo Morro Seco. Através dessas duas subcategorias é possível entendermos de que modo o ISA e a comunidade interpretavam o cenário comunitário antes da publicação, e também apreciarmos quaisquer mudanças no desenvolvimento da comunidade, após seis anos de publicação desse trabalho. A última categoria identificada sinaliza “outros fatores” que podem ter colaborado com a intervenção do ISA e com a participação da comunidade na construção da ASACQVR.

A Figura 2 ilustra a distribuição das unidades de sentido identificadas nessa categoria de análise, e oferece-nos uma visão da distribuição percentual de cada subcategoria.

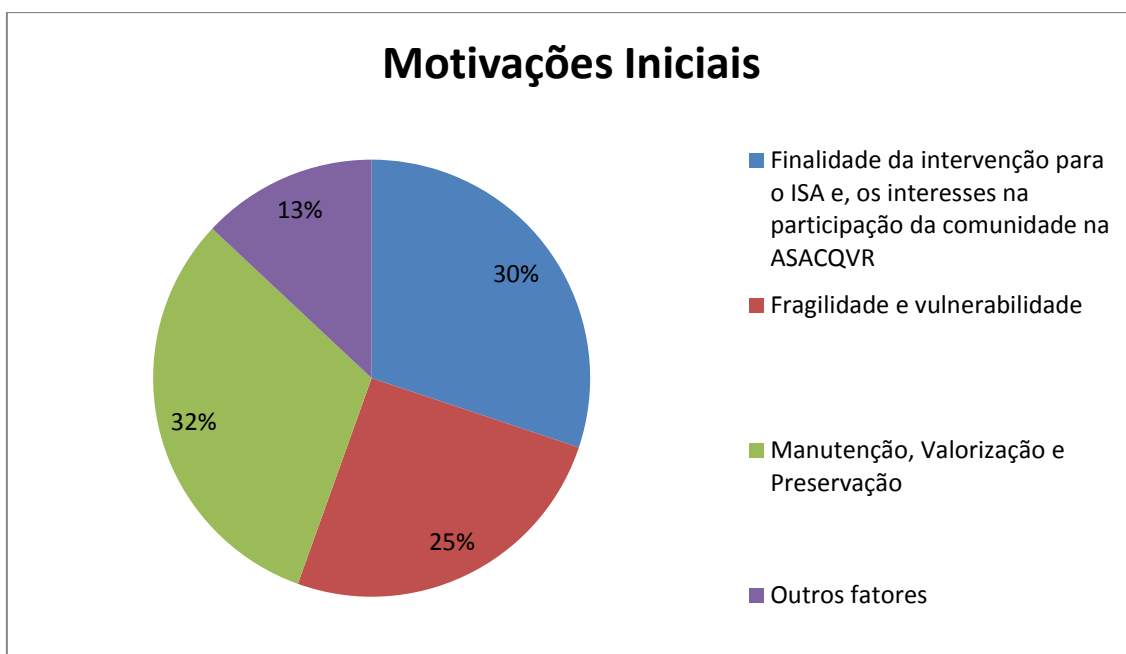


Figura 2: distribuição dos percentuais das unidades de registro de cada subcategoria de análise da categoria “motivações iniciais”

Conforme podemos visualizar na figura, a subcategoria “manutenção, valorização e preservação”, foi a que mais se destacou, apresentando 32% das referências da categoria de motivações iniciais. Não distante, a subcategoria “finalidade de intervenção para o ISA e os interesses de participação da comunidade na ASACQVR”, registra 30% das referências, enquanto a subcategoria “fragilidade e vulnerabilidade” reúne 25% das unidades de registo identificadas. Essas três subcategorias apresentam-se de modo equilibrado, sendo a subcategoria que se refere a “outros fatores” motivacionais a que menos se destaca, com apenas 13% dos registros.

2.1 – Apresentação descritiva da subcategoria: Finalidade da intervenção para o ISA e os interesses de participação da comunidade na ASACQVR.

Coordenação do ISA

Na visão do CISAH, a finalidade principal que o motivou a desenvolver a intervenção que resultou na publicação da ASACQVR *“é que essas comunidades pouca gente conhecia (...) opinião pública de forma geral, não sabia da existência ou tinha pouca informação sobre os Quilombos do Vale do Ribeira”*. Logo, era importante ter essa experiência *“conhecer o cotidiano, conhecer como é que funcionam essas comunidades, e aprender com eles, na medida em que eles têm um conhecimento tradicional muito rico e que sempre conviveram com aquela realidade, com aquele ambiente, ao longo de séculos”*. Para além disso, foi a construção de *“um processo com eles, pra se conhecer também os direitos que eles têm assegurados na legislação, na constituição, como, por exemplo, o direito ao território.”*

A percepção da CISAM é semelhante, pois segundo ela a principal finalidade de uma intervenção para construção da ASACQVR *“foi, justamente, ter também um panorama mais real, mais das demandas das comunidades para depois que isso, em cima dessas demandas também se pudesse, não só o ISA, mas que os órgãos públicos, que constróem as políticas públicas, conseguissem direcioná-las de acordo com a demanda local”*. Desta forma, era crucial ter condições para construir um material informativo, baseado no conhecimento dos habitantes sobre as suas próprias práticas. Ainda, era necessário *“fomentar nas comunidades tanto essa questão dos direitos territoriais e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento, mas um desenvolvimento não de qualquer jeito, mas que considere a realidade local, considere essa relação com meio*

ambiente” com objetivo de criar “alternativas de renda para aquelas famílias, para que elas saiam da extração ilegal e de repente façam o manejo sustentável”.

Liderança Quilombola e Agente Sociambiental

De acordo com liderança quilombola, uma das principais finalidades e interesses no desenvolvimento da ASACQVR prende-se com o apoio, a ajuda e a formação que a Agenda proporcionaria para a comunidade. O LQ2 afirma que *“o ISA tinha a proposta de colaborar e contribuir com esse trabalho. Então aí nós achámos por bem oferecer essa tarefa para que eles nos encaminhassem todo o pensamento de projeto, de preparação da comunidade, de dever da comunidade, a fim de que nós pudesse chegar até onde estamos”*. O seu lado, o LQ1 destaca que foi a *“divulgação desse trabalho (...) Isso foi a importância, quando eles deram a proposta e nós aceitamos a Agenda Quilombola”*. O LQ2 vai mais além, pois para ele *“na Agenda não ta apenas fazer ser conhecido; na Agenda também ta uma motividade de conhecimento, de coisas que foi preciso mudar para melhor”*.

Para ambos a ausência de informações e conhecimentos configurava-se como um entrave. O LQ1 observa que quando ele *“era mais novo, não sabia como lutar (...) não tinha essa informação que tem hoje, um plano, então chegavam ali e paravam ali”*. O LQ2 completa que foi *“depois de ser reconhecido, aí começou a aparecer o compromisso de cada quilombola, de cada comunidade, sobre o que devia fazer para que se obtesse esses recursos que o Estado prometia. Para isso deveria haver uma tecnologia que pudesse esclarecer como que nós íamos fazer, visto que nós não éramos técnicos, evidentemente nós procuramos uma entidade que tivesse condição para isso”*. Desse modo, o LQ1 afirma que a intervenção do ISA foi uma mais-valia, porque possibilitou integrar conhecimentos e partilhá-los. Segundo ele, a *“Agenda veio pra integrar o restante que a gente não sabia [e] não foi só bom pra nós, foi pra que os outros também conhecessem a situação daqui, e com isso a gente aprendeu muita coisa”*. Para o LQ2 era necessária a expansão das informações sobre a realidade quilombola, ampliar conhecimentos, seja por parte da comunidade, seja para quem é de fora, e observa que se a Agenda não existisse, *“se você não tivesse lendo essa Agenda, você não vinha tirar informação, porque não chegou a seu conhecimento nada, então*

foi esse que perdurou anos e anos, anos e anos, neste quilombo e outros, faltava expandir o conhecimento.

No opinião do ASA os principais motivos que os fizeram participar do projeto com o ISA foi a possibilidade de apoio e o formato de trabalho, que incluía a participação ativa da comunidade. Segundo ele, os colaboradores do ISA *“informaram o que tinham em função dos trabalhadores, e o que eles trabalhavam, que era um tipo de apoio nas comunidades, principalmente das comunidades quilombola, [por esse motivo] nós aceitamos o ISA como parceiro, um parceiro de informação, de colaboração, de um trabalho em conjunto”*. Uma outra finalidade, de acordo com ASA e também semelhante a visão da liderança quilombola, era a oportunidade de ampliar os conhecimentos. Neste sentido considera que a equipe do ISA *“eram pessoas muito habilitadas, tinham muitos conhecimentos das coisas dos quilombos, (...) era uma ONG que fazia com que a gente tomasse conhecimento de várias coisas que as comunidades, inclusive nós, não tinham esse conhecimento”*. O LQ1 refere que, entre os desafios encontrados pela comunidade, estão questões organizacionais, pois o Morro Seco *“já trabalhava em comunidade, só que talvez a gente não sabia se organizar direito”*

Focus Grup

Esse grupo de sujeitos formado por habitantes da comunidade de Morro Seco, também considera que entre as principais finalidades e interesses em participar da ASACQVR foi a ajuda e o apoio que a entidade oferecia ao Morro Seco. O sujeito FGH4 destaca que a comunidade *“gostou da proposta, o que eles iam fazer pra nós, nos ajudar e a gente aceitou [portanto] o ISA entrou pela proposta de nos ajudar, eles estão nos ajudando”*. Conforme destaca FGH2, a ampliação de conhecimentos foi um dos ganhos mais significativos. Segundo ele *“antes desse povo nos dar assistência a gente não tinha conhecimento, e hoje a gente já tem pouca coisa, mas já muito mais valoroso do que antes”*. E cita alguns exemplos, como *“trabalho, informações e, coisas públicas que a gente não tinha conhecimento. Com eles a gente está descobrindo novas oportunidades pra nossa comunidade”*. Essa expansão de conhecimentos foi igualmente destacada pelo sujeito FGH1 e, de acordo com ele, *“organização e quilombo, então, isso foi depois daí uns 7, 8 anos pra trás, a gente ficou descobrindo essas coisas, e esse desenvolvimento que começou naquele tempo, foi uma abertura pra*

nós". O FGH2 complementa, *"pra nós foi um grande passo, que a gente não tinha conhecimento do que hoje a gente tem"*.

Em síntese, e relativamente a essa categoria de análise, percebemos que a maior motivação para as mulheres e para os homens da comunidade do Morro Seco em ter interesse e participar da ASACQVR, relaciona-se, principalmente, com a proposta da entidade. Esta tinha como principais propósitos colaborar, propondo soluções para os problemas da comunidade e apoiando-os na melhoria na gestão organizacional comunitária, pois a proposta consistia no levantamento das necessidades locais. O sujeito FGM5 relata que *"logo que o ISA chegou aqui na comunidade, a proposta deles era realmente saber as demandas que a gente tinha pra eles poderem colaborar, e acho que foi isso que levou a gente a aceitar que eles viessem fazer essa pesquisa, através dessa Agenda."* Para FGM6 a luta da associação é antiga, anterior à ASACQVR, e lembra que *"em 2003 a gente registou a associação, CNPJ, tudo legal, tudo OK, e daí pra cá começou as tarefas e a luta da associação."* Contudo, o facto de o ISA desenvolver esse trabalho foi importante para o direcionamento da comunidade, e o FGM5 observa que *"as demandas daquela época, hoje a gente ainda tem, porque o ISA não veio pra solucionar o problema, mas pra colaborar com a solução, levantar os problemas e colaborar com a solução"*.

2.1.1. Indicadores e análise quantitativa da subcategoria: Finalidade da intervenção para o ISA e os interesses de participação da comunidade na ASACQVR.

Nessa subcategoria importava-nos compreender as principais razões que levaram o ISA e a comunidade de Morro Seco a desenvolverem uma Agenda Socioambiental para a comunidade. Foram identificados apenas dois indicadores, nomeadamente, *"necessidade de apoio e orientação para autogestão"* e *"partilha de informações e ampliação dos conhecimentos"* (Tabela 5).

A distribuição das unidades de registo (ou de sentido) verificada por cada grupo em relação aos indicadores está representada no Figura 3, e permite-nos perceber qual dos grupos valoriza mais cada indicador dessa subcategoria.

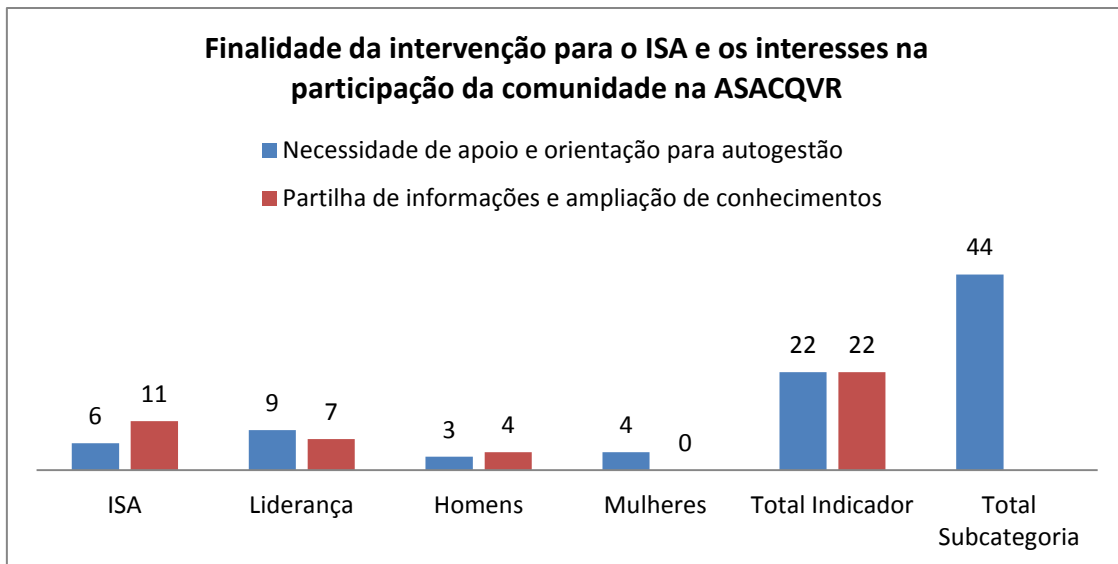


Figura 3: Indicadores da subcategoria de análise “Finalidade da intervenção para o ISA e os interesses na participação da comunidade na ASACQVR”.
Unidades de registo observadas nos vários participantes

Podemos perceber que há uma distribuição igualitária para os indicadores, pois cada um deles regista, exatamente, metade das unidades de registo apuradas nesta subcategoria. No entanto, os grupos identificam-se de modo diferente com cada indicador.

Relativamente ao indicador “necessidade de apoio e orientação para autogestão”, este agrega as unidades de registo que se relacionam com a ajuda, a parceria e a colaboração. Pela Figura 3 podemos notar que a liderança Quilombola é o grupo que faz mais referência a esse fator. Para eles, a comunidade do Morro Seco e sua associação precisavam de uma assistência externa, dadas as suas dificuldades para se desenvolverem sozinhos, devido a falta de informações, de direcionamento, de esclarecimentos e de recursos. Acreditaram que a ASACQVR poderia contribuir com a gestão organizacional da comunidade e da associação.

O ISA também refere essa necessidade, mas com menor ênfase do que a liderança quilombola. Para a coordenação do ISA era necessário ampliar o conhecimento sobre as comunidades, no sentido de perceber sua realidade e o seu “cenário”. Através do levantamento das necessidades era, possível procurar alternativas para a inclusão social, para a criação de trabalho e de rendimento e para a compatibilização da gestão sustentável com a conservação ambiental.

A comunidade, que nesse trabalho foi dividida em dois grupos, homens e mulheres de Morro Seco, a semelhança dos outros grupos também sentiu a necessidade

de assistência externa, de acompanhamento para melhoria na gestão da associação, colaborando com as soluções dos problemas que a comunidade enfrentava. Contudo, esse grupo é o que menos faz referência a esse aspecto.

O grupo representado pela coordenação do ISA verifica que o indicador “partilha de informações e ampliação dos conhecimentos” representa a principal finalidade da intervenção. Nesse sentido, era fundamental a divulgação da realidade quilombola, a publicitação da sua situação e das condições de vida dos seus habitantes. Segundo os coordenadores, era necessário o entendimento prático, com vistas a ampliar, expandir e partilhar os conhecimentos sobre suas técnicas tradicionais, tanto agrícolas como da gestão da floresta, e sublinham que a ASACQVR poderia ser um instrumento para a implementação de políticas públicas e privadas que fomentassem o fortalecimento comunitário e um desenvolvimento socioambiental equilibrado. Com menor número de referências, a liderança quilombola também identifica que a ampliação, ou mesmo aquisição de novos conhecimentos, assim como a possibilidade de avaliar tecnicamente suas principais necessidades, se configuravam como vantagens, e indicavam que a ausência de informações prejudicava seu desenvolvimento comunitário.

O grupo formado pelas mulheres da comunidade de Morro Seco não faz nenhuma referência nesse sentido, mas os homens entendem que era preciso ampliar e expandir as suas informações, os seus conhecimentos, e verificaram na intervenção do ISA essa oportunidade.

2.1.2. Discussão dos resultados da subcategoria: Finalidade da intervenção para o ISA e, os interesses na participação da comunidade na ASACQVR

A constituição brasileira assegura o direito territorial aos povos tradicionais, entre eles os quilombolas. No entanto, esse reconhecimento territorial tem relação direta com a identificação desses povos, e também se refere à organização dessas sociedades através da constituição de associações que os representem (Schimitt, et al., 2002). Desse modo, alavancar e possibilitar o fortalecimento e o desenvolvimento dos povos tradicionais Brasileiros deve configurar-se como uma responsabilidade, tanto das entidades públicas como das privadas. Arruda (1999) observa que as populações tradicionais enfrentam “cada vez menos condições objetivas de manter os padrões usuais de reprodução sociocultural ou são assimiladas pela sociedade dominante, dissolvendo-se como comunidades e abrindo espaço para a disseminação do modelo

hegemônico de exploração e uso dos recursos naturais” (p. 88). Entende-se, nesse sentido, que uma das razões que motivou o ISA e a comunidade - seja ela formada pela liderança Quilombola, ou pelos grupos de homens e mulheres de Morro Seco - a privilegiarem a colaboração, o apoio e a ajuda, foi para que houvesse um fortalecimento e um desenvolvimento da comunidade e de sua associação.

De acordo com o que aponta a ASACQVR (2008), mesmo com os avanços legais ou outras intervenções nas comunidades quilombolas, esses povos tradicionais enfrentam diversos problemas, entre eles territoriais. O Morro Seco não é diferente. O seu território encontra-se em processo de reconhecimento há quase uma década e, vinculado a isso, a legislação ambiental, cada vez mais rígida, prejudica o seu sistema agrícola tradicional, podendo colocar as comunidades na criminalidade (Júnior et al., 2008). Para além disso, de acordo com o que a ASACQVR (2008) aponta, “a falta de políticas públicas que promovam alternativas económicas compatíveis com a diversidade cultural e ambiental capazes de proporcionar o desenvolvimento sustentável das comunidades e de seus territórios” (p. 13), ainda se configura como uma das principais dificuldades das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Sendo assim, colaborar para o fortalecimento das comunidades possibilitando instrumentos para sua autogestão, apresenta-se como um dos fatores que motivaram o ISA a desenvolver esse trabalho, pois, conforme afirma Marques (2007), os índices de desenvolvimento dessas comunidades são baixos, assim como os parâmetros socioeconómicos e demográficos, quando comparados ao resto do Estado de São Paulo. Esse foi o mesmo entendimento da comunidade como um todo, que vivia dificuldades como estas. O desenvolvimento da ASACQVR através da intervenção do ISA foi, por eles, identificado como uma possibilidade de parceria para se fortalecerem e para autogerirem com maior eficiência.

Oliveira (1999) sugere que cada sujeito desenvolve a sua aprendizagem de acordo com condicionalismos. Esse conhecimento adaptativo, evolutivo e biológico que a autora denomina de “orgânico”, tem origem nas informações do meio e em determinações de ordem social e cultural de onde esses sujeitos vivem. Nesse sentido, entendemos que os conhecimentos tradicionais da agricultura quilombola, assim como a gestão da floresta, configuraram uma das razões para que o ISA desenvolvesse a ASACQVR. Para Azevedo (2007), o importante na aprendizagem é aprender a valorizar o conhecimento do outro, das relações interpessoais, da história de cada um. Também por isso entendemos que houve identificação com o projeto pela comunidade de Morro Seco, ao sentirem-se valorizados. O autor aponta que ações socioeducativas que contam

com a participação ativa dos sujeitos nos processos podem instrumentalizar os participantes. No entanto, também lembra que cada sujeito é responsável por sua aprendizagem.

O nosso entendimento é que a partilha da aprendizagem foi um fator motivacional importante, não apenas para a coordenação do ISA, mas também para a liderança quilombola e para os homens e mulheres da comunidade de Morro Seco, dada a possibilidade que lhes foi dada de participarem no processo de construção e de desenvolvimento desse trabalho, e também pela possibilidade de ampliarem e expandirem os seus conhecimentos e informações.

2.2. Apresentação descritiva da subcategoria: Fragilidade e vulnerabilidade.

Coordenação do ISA

Para CISAH a fragilidade e a vulnerabilidade foram fatores de muita importância. Dão como exemplo *“a migração dos jovens, que saem da comunidade, que vão querer ganhar a vida na cidade, às vezes sem preparo necessário pra enfrentar o mercado de trabalho nos centros urbanos”*, ou, ainda, questões relativas ao preconceito que ele considera duplo, devido ao facto *“de serem uma comunidade rural e ser uma comunidade negra”*. De acordo com CISAH, relacionamento entre as comunidades e o meio ambiente também influenciou, pois *“essas comunidades tradicionais, pelo menos aquilo que vêm demonstrando, por aquilo que a gente conhece, elas tem uma relação adequada, que ajuda a conservar a biodiversidade, ajuda a conservar os recursos naturais”*. Referem ainda fatores relacionados ao território, porque para o entrevistado na comunidade de Morro Seco *“era pouca terra que eles tinham para uso, pela quantidade de famílias na comunidade”*.

Para CISAM, entre as comunidades que habitam o Vale do Ribeira *“a população tradicional identificada como mais fragilizada e com menos apoio, também na questão territorial, eram as comunidades quilombolas”*. Ainda considera, entre outras questões, o preconceito como fator muito relevante, uma vez que *“quem tá lá fora, quem não conhece, criticar, dizer que essas comunidades não trabalham, que são vagabundos, que não plantam, a gente escuta muito isso, [portanto] dessa luta toda, das comunidades quilombolas pela terra, a discriminação racial, social, a exclusão, que*

“você passa a entender, quando você passa a viver isso”. No entanto, de acordo com CISAM, o ISA *“acredita que pode dar certo essa relação homem-natureza, é justamente quando você consegue fazer essas atividades de sobrevivência compatíveis, ou minimamente compatíveis com a questão ambiental [sabemos que] as comunidades têm uma relação com a mata atlântica que, em algumas coisas, ela é totalmente sustentável, e algumas coisas também têm os impactos negativos”*. Para CISAM é muito importante *“manter lá o jovem, manter as pessoas dentro do território, evitar o êxodo rural quem (...) fazer com que a pessoa consiga se manter dentro do próprio território, mesmo que ela saia pra estudar, ela possa voltar e ter alternativas ali”*. Ressalta, também, que *“por ter então essa questão da terra, que é pouca terra para trabalhar, na época da agenda você ainda tinha alguns jovens lá, jovens que até participaram do processo”*. Completa com a referência à importância desse território *“como fornecedor de recursos hídricos, uma região que encontra-se entre duas grandes metrópoles, São Paulo e Curitiba”*

Liderança Quilombola e Agente Socioambiental

A liderança quilombola expôs diversos fatores que causaram a fragilidade e vulnerabilidade da comunidade. Para o LQ2 o preconceito e a discriminação configuraram-se como instrumentos de exclusão, e afirma que *“o negro, ele não tinha vez nem voz; ele era um negócio, rebaixado. Esse nome, negro, era como coisa que não prestasse, isso significa a mentalidade que toma conta antes da informação”*. Segundo o LQ2, a ausência de informações e de conhecimento levou-os a não admitirem, ou a (re)conhecerem sua origem, pois *“quando se falou de quilombo, nós não somos quilombo, a primeira coisa que nós dissemos foi isso, porque quilombo tinha um adágio costume de dizer que quilombo eram os negros e que eram figurados bichos”*. Sobre os aspectos ambientais, por exemplo, a comunidade *“sabia que reserva era uma parte de mata, mas pra que serve aquela reserva? A gente pensava que reserva era só pra deixar a mata lá, pra não mexer.”*

Outro fator apontado é a relação entre essas dificuldades e a procura de de soluções para esses problemas. O LQ1 relembra que *“pra você falar com um advogado, você rodava dez, doze vezes, porque pensavam que, como o estudo era acima, você não tinha condição de chegar lá”*. Desse modo, podemos perceber que os muitos obstáculos

vividos pela comunidade de Morro Seco, criou condições que permitiram o desenvolvimento da ASACQVR.

A ASA também identifica que a falta de (re)conhecimentos étnicos era uma das fragilidades encontradas na comunidade, e ressalta: *“nós não sabia o valor do quilombo, nós não sabia o que era quilombo. Nós nem sabia se nós era quilombo. Sabia que era de uma família de negros, mas de fato não era quilombo”*. Neste sentido, uma das motivações para a sua participação na Agenda relaciona-se com essa compreensão. A comunidade enfrentava uma condição vulnerável, principalmente em relação à legislação ambiental. De acordo com a ASA, o sistema agrícola tradicional sofreu impactos pois, *“pra derrubar agora tem que ter ordem. Essa hora tem que derrubar de acordo com o que eles disserem. Só que a derrubada, naquele tempo, que era das comunidades, era derrubada controlada, uma derrubada que tinha um limite”*. Refere também que *“no Estado de São Paulo a maior Mata Atlântica ta no Vale do Ribeira, (...) 98% está aqui. Desses 98%, 97% está nas mãos dos quilombos”*, e destaca que *“a poluição que tem hoje, esses grandes problemas relacionados a natureza, 99% não foram os quilombos que fizeram. Só que eles pagam por isso”*

Focus Group

Para o grupo, em especial para o sujeito FCH1, as questões da fragilidade e da vulnerabilidade, sejam elas sociais, ambientais, ou mesmo económicas, não foram muito evidenciadas em comparação com a questão do isolamento geográfico. De qualquer dos modos, esse isolamento pode representar uma gama de dificuldades de cunho socio ambiental e económico. O FGH1 lembra que só teve contacto com *“padres e professores, e médicos, de quando nós já era barbado. Aí que nós chegamos a conhecer essas pessoas, antes disso nós não conhecia nada, e quando eu tinha barba eu tinha o que? 20 anos. Um pouco antes nós conhecemos os padres, mas professor, médico, e isso a gente conheceu depois de muito tempo”*. Mesmo estando próximos de grandes capitais brasileiras, o FGH1 refere que *“quando se falava em cidade, pra nós era uma novidade, São Paulo, Santos, era uma novidade”*. O mesmo entrevistado acrescenta que o fomento de recursos externos contribuiu para a minimização do modo de vida da comunidade: *“no decorrer do tempo, quando foi chegando alguma coisa que começou a dar recurso, então esse jeito de trabalho ele foi amortecendo um pouquinho, (...) esse nosso trabalho que é do dia-a-dia, na cultura, do jeito de trabalhar, no jeito de*

se ajudar, ele foi diminuindo um pouco, mas, ainda de acordo com ele “no correr do tempo a gente foi se mobilizando, entendendo e se unindo, e a gente então foi melhorando.

O grupo formado pelas mulheres da comunidade de Morro Seco também identifica que a vulnerabilidade e a fragilidade as motivou a se interessarem pela ASACQVR, pois para elas importava que as pessoas de fora conhecessem a sua realidade e os desafios com que se confrontavam. A FGM6 exemplifica uma dessas dificuldades e refere-se à falta de infraestruturas. Segundo esse sujeito, o médico comunitário *“atendia na casa das agentes de saúde, e agora, ultimamente, ele está atendendo aqui, na sede, ali na secretaria”*, o que demonstra a falta de condições de saúde adequadas para a comunidade, que conta com um posto de atendimento médico desativado.

2.2.1. Indicadores e análise quantitativa da subcategoria: Fragilidade e vulnerabilidade

A subcategoria “fragilidade e vulnerabilidade” foi identificada no discurso de quase todos os grupos. Nela observamos fatores vinculados a diversas dificuldades encontradas na comunidade de Morro Seco e que se constituíram como fatores motivais importantes. As dificuldades vão desde a discriminação e preconceito, passando pelo entendimento da legislação ambiental, a ausência de alternativas económicas, o isolamento geográfico, entre outros. Os indicadores reconhecidos nesta subcategoria estão representados na Figura 4, assim como os registos identificados por cada grupo de análise.

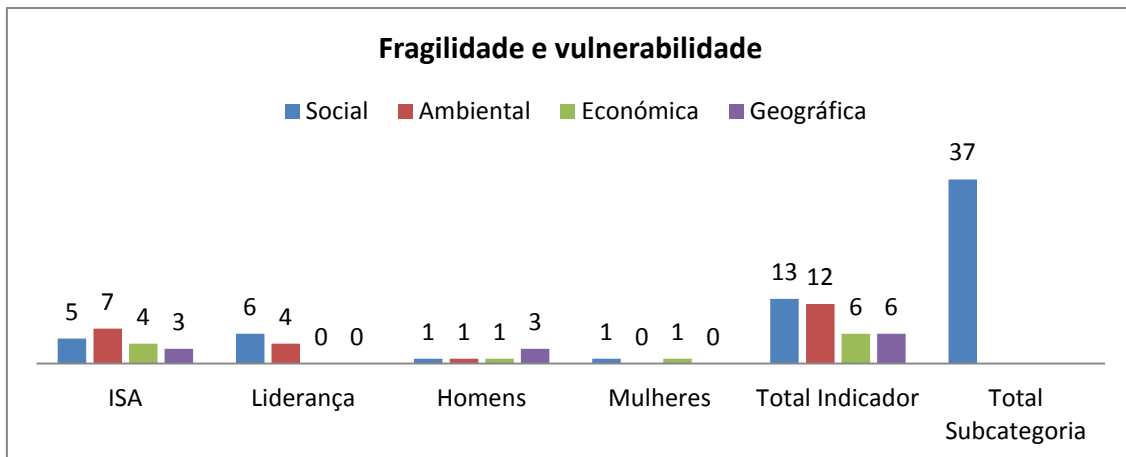


Figura 4: distribuição dos valores das unidades de registo da subcategoria de análise “Fragilidade e vulnerabilidade”

Como podemos observar, do total de registos identificados nessa subcategoria de análise (37 registos) o ISA é quem verificou e clarificou grande parte dos exemplos quanto aos desafios da comunidade de Morro Seco. No entanto, relativamente ao indicador “social”, podemos notar que a liderança Quilombola é o grupo que mais evidencia essa dificuldade. Ela identifica as unidades de sentido que se relacionam com as dificuldades sociais, entre eles, o preconceito, a exclusão, a discriminação, o êxodo rural, e a falta de conhecimentos que contribuíssem para a ascensão social da comunidade de Morro Seco. O ISA, apesar de apresentar menos unidades de registo do que a liderança, também considera que as dificuldades sociais são grandes e que a comunidade necessitava de auxílio frente a esses problemas. A comunidade em si faz pouca menção a essas dificuldades, tanto os homens, quanto as mulheres de Morro Seco, conforme podemos reparar na Figura acima.

No que se refere ao indicador “ambiental”, verificamos, na figura ilustrativa, que o grupo formado pela coordenação do ISA é o que contabiliza a maior parte dos registos, seguidos da liderança Quilombola. Relacionam-se com este indicador questões como a compreensão ambiental dos sujeitos, tais como a legislação ambiental, a gestão florestal, a importância da biodiversidade para essas comunidades e, ainda, a (in)compatibilidade. No entanto, a comunidade, quando representada pelas mulheres do Morro Seco, não refere as dificuldades ambientais; apenas os homens o fazem, ainda que tenhamos apontado apenas uma unidade de registo.

A fragilidade e vulnerabilidade “económica” é um indicador que nos oferece informação sobre a perceção dos sujeitos acerca do estabelecimento de alternativas para criação de trabalho e de rendimento para a comunidade. Neste caso, também foi a coordenação do ISA que regista a maior parte das unidades de sentido identificadas, seguido dos homens e das mulheres da comunidade. A liderança Quilombola não refere esta dificuldade.

O último indicador dessa subcategoria refere-se às dificuldades “geográficas” da comunidade de Morro Seco, e reúne as unidades de sentido que se referem aos constrangimentos geográficos, principalmente no que se refere ao isolamento. Sobre este aspeto, tanto a coordenação do ISA como o grupo formado pelos homens da comunidade apresentam a mesma quantidade de registos, enquanto que a liderança Quilombola e o grupo formado pelas mulheres de Morro Seco não referem qualquer apreciação sobre o tema.

Ainda que nem todos os grupos tenham feito referência a alguns indicadores desta subcategoria, entendemos que, seja através da literatura que discutiremos no ponto a seguir, seja pelo facto de termos vivenciado, durante alguns dias, o seu quotidiano, a fragilidade e a vulnerabilidade da comunidade Quilombola de Morro Seco configuram-se como um tema importante para esse trabalho.

2.2.2. Discussão dos resultados da subcategoria: Fragilidade e vulnerabilidade.

No discurso dos sujeitos notamos que as questões relativas ao preconceito, à exclusão e à discriminação foram evidenciadas. Arruda (1999) destaca essa realidade e observa que a identidade sociocultural está relacionada com estas dificuldades. O autor ainda afirma que o processo de desenvolvimento agrícola no Brasil, degradante por natureza, resulta em impactos e conflitos significativos com as comunidades tradicionais, causando impedimentos ao seu modo de vida.

Júnior et al. (2008) refere os intensos conflitos fundiários no Vale do Ribeira, e destaca que nas últimas décadas as comunidades vêm lutando contra a pressão de forças externas, como fazendeiros, grileiros e especuladores imobiliários, inclusive contra a construção de barragens ao longo do rio Ribeira do Iguape.

A legislação também oferece impactos significativos e é um entrave para Morro Seco, e os sujeitos que estudámos apontam a questão da reduzida área de que dispõem

para uso agrícola. Carril (2006) observou que a criação das unidades de conservação, que visavam exclusivamente a conservação e a preservação da floresta atlântica, impediu a utilização de cerca de 75% do território que compreende o Vale do Ribeira. Júnior et al. (2008) referem que para emissão de licenças ambientais torna necessário o título de propriedade da área em questão, e que essa não é a realidade para a maioria das comunidades tradicionais da região.

Os sujeitos também fazem referência à ausência de certos conhecimentos e informações que possibilitassem um melhor entendimento sobre as questões legislativas, no sentido de se desenvolverem legalmente, de modo compatível e equilibrado, através de novas alternativas de gestão territorial. Relativamente à exploração e utilização do solo, as comunidades Quilombolas possuem, de acordo com o que observa Júnior et al. (2008), um sistema que imita processos naturais – denominado de corte-queima ou coivara – portanto, pode-se associar a sustentabilidade a esse processo.

Arruda (1999) também refere que o sistema de exploração territorial quilombola é de base sustentável, mas observa que esse fator pode ter ligação com o isolamento dessas comunidades. Lembra que por residirem em locais de difícil acesso possuem pouca articulação com o mercado, o que implica impactos sociais e económicos. Arruda (1999) também apontou que o isolamento se apresenta-se como uma dificuldade para as comunidades (assim como os nossos entrevistados), mas observa que a invisibilidade, a criminalização e o êxodo rural para o meio urbano (também referido pelos sujeitos desse estudo), são as principais preocupações e ameaças das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

2.3. Apresentação descritiva da subcategoria: Manutenção, valorização e preservação.

Coordenação do ISA

Na opinião do CISAH, *“a comunidade tem um histórico e que ela sobreviveu até lá porque ela tinha algum grau de organização, tinha uma relação comunitária, (...) essas comunidades também vinham já num bom tempo se organizando, lutando principalmente pela terra, e contra a construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape, que se construída pode inundar alguns desses territórios Quilombolas”*.

Portanto, a manutenção, a valorização e a preservação foram aspectos que motivaram para desenvolver este trabalho. Para ele, *“é fundamental pro ISA conhecer nessa relação pra atuação que o ISA faz no âmbito de política pública, no âmbito regional, nacional e até internacional [e] que está na intersecção entre o meio ambiente e populações tradicionais, (...) até porque sempre tiveram o entendimento de que é necessário ter esses recursos para uso, para sobrevivência, e então, pra gente, essa parceria: comunidades tradicionais e meio ambiente, ela é fundamental não só pra sobrevivência dessas comunidades, como também pra biodiversidade”*.

De acordo com o CISAM, a manutenção, a preservação e a valorização são pontos extremamente relevantes, e fazem parte do estímulo motivacional para o desenvolvimento da ASACQVR. Cita, entre outros fatores, que *“a roça de coivara é praticada no mundo inteiro, como na África, em países e por esses povos da floresta, tradicionais. Tem indígenas que também fazem isso, que é esse sistema: um ciclo, e é um ciclo que ele renova a semente, (...) um modo de vida, que não é, e já foi provado, inclusive que essa questão das roças não prejudica a biodiversidade, acaba sendo compatível, (portanto), manter esse sistema de roças é fundamental, porque gera alimento, além de gerar alimento saudável também o que sobra dá pra vender, e fortalecer essas outras atividades”*. Nesse sentido, as questões relativas aos territórios Quilombolas são fundamentais, pois *“essa história do território ser coletivo não é muito antiga, ela é meio recente. Porque antes de ser território quilombola, eles já estavam lá, antes de ser identificado, de se autoidentificar como quilombola, já estavam lá, cada família tinha seu pedaço, (...) eles tinham os documentos dessas terras, tudo. Eles iriam então transformar essa área em uma área coletiva, para ser das outras famílias também, dos netos”*. Conforme afirma o CISAM, *“quando a gente pensa na gestão territorial a gente precisa fazer, criar alternativas sustentáveis dentro do território, mas compatíveis com a floresta, (...) eles estão em um ambiente de mata atlântica, a gente precisa também conservar essa mata atlântica, mas a gente precisa também dar alternativas para as populações que estão aqui viverem (...) de repente é possível construir uma sociedade, construir um estado brasileiro, que incorpore na sua estratégia de nação, a diversidade social e ambiental, que o Brasil é muito rico em termos de diversidade*.

Liderança Quilombola e Agente Sociambiental

É certo que as questões que privilegiam a manutenção, a valorização e a preservação foram pontos que motivaram a liderança quilombola a apoiar e se interessar em fazer parte da ASACQVR. O LQ2 refere que na sua visão, e na da comunidade, *“a Agenda representa o testemunho de que nós aqui estivemos, donde viemos e como que nós estamos, a fim de que não haja dúvida a respeito do que se fala da comunidade (...) do que se passa aqui e de como é aqui, coisa que não tinha, sem a Agenda não tinha. Tinha mas não era conhecido. No que se prende com os direitos territoriais, o LQ2 afirma que “desde que nós ingressámos no conhecimento do Quilombo, lá por volta de 2002, a orientação dada foi com referência à lei, que o Estado dava para essa etnia, ser reconhecido e conhecer qual era a maneira como funcionava e obter, por exemplo, o reconhecimento de uma área que não era quilombo a ser quilombo”*. Este facto representou um estímulo motivacional para participação na Agenda. O mesmo entrevistado também explicita que o modo de vida e suas tradições quilombolas devem ser mantidos e valorizados, pois, de acordo com ele, a comunidade de Morro Seco é *“um quilombo que não é de hoje, nós somos quilombolas por costume, por isso que o exame da antropologia só teve condições de nos colocar nessa condição por causa de ver a cultura, o costume, o modo de falar, conviver, a questão por exemplo de coisa comum, o mutirão.”*

Para o ASA, assim como para liderança Quilombola, a manutenção, valorização e a preservação também se enquadram como um estímulo motivacional. O seu histórico e as raízes etnoculturais de trabalho em conjunto e do modo de viver devem ser conservados pois, segundo ele, *“o bairro do Morro Seco, já tem pra uns 300 anos (...), de acordo com que nossos pais nos falavam, de acordo com as histórias, sempre foi assim, trabalho junto, mas assim, a minha roça todo mundo ia me ajudar, um mutirão e 30 pessoas iam me ajudar [portanto] trabalho em conjunto, aqui sempre existiu, sempre, não como associação, mas como trabalho individual, o chamado Ajutório. Entretanto, atualmente “também existe mutirão, só que de uma maneira diferente. Nós fazemos no mutirão, mas na nossa roça da associação, naquele tempo o mutirão era só seu”*. No que diz respeito ao território, o ASA afirma que o Morro Seco *“não tinha necessidade de ser quilombo (...) porque nossas terras é particular, com escritura, com documento, com tudo, mas como a questão de quilombo nos trouxe uma ideia diferente, na maneira de atuar na comunidade e nas comunidades vizinhas”*, acabou por despertar

o interesse e a abertura para novas possibilidades. A proteção à biodiversidade tem igual importância, considerando a sua intensa degradação. O ASA refere que *“nessas áreas de tradicionalismo das pessoas não tem gente rica, tem gente que vive daquilo, e quem vive daquilo faz o que pode. Além de fazer o que pode ele cuida. Então ele sabe o que vai usar, sabe o que vai fazer pra não prejudicar aquilo, então tem uma medida pra trabalhar. Isso tanto na questão mata, questão caça, questão peixe, questão tudo. No seu modo ver, se o território estivesse sob o poder de um fazendeiro seria o contrário, pois “ele derruba, tira a mata, põe fogo e põe capim, solta o boi e aí acabou. Então é totalmente diferente do povo da roça, [portanto], na realidade, as comunidades tradicionais, que são os quilombos e outras pessoas são os que seguraram isso.”*

Focus Group

O grupo de sujeitos representados pelos homens da comunidade importa-se com as questões de manutenção e valorização do seu modo de vida e com as suas tradições. O FGH1, um dos mais velhos desse grupo, esclareceu-nos essa relação, em concordância com o restante dos sujeitos. Para ele, entre as motivações que os levaram a se interessar pela Agenda Quilombola encontra-se o *“valor que eles nos deram, no nosso trabalho, porque nós temos aqui um trabalho que já vem se desenvolvendo há muitos e muitos anos (...) nossas roças tradicionais, nossos costumes tradicionais”*.

As mulheres de Morro Seco também fazem referência as questões de manutenção, valorização e preservação, seja no que se refere à história da comunidade, como às suas raízes, o seu patrimônio territorial, modo de vida e tradições. Segundo a FGM6, o ISA foi fundamental na construção da identificação e reconhecimento da comunidade, assim como outros órgãos. De acordo com ela, a comunidade *“se organizou, a partir de 2001, 2002, a gente começou a associação, em 2002 formou-se a associação, a gente já estava entendendo o que era quilombola, a nossa descendência”*. Contudo, para a FGM3 *“nós, também, da comunidade, não tinha tanto conhecimento dos quilombolas como eles explicavam, quer dizer, não tinha tanto conhecimento do que significava ser quilombola”*. Em relação ao modo de vida quilombola, baseado na agricultura de subsistência, interdependente e colaborativa, esta deve ser preservada e estimulada. Nesse sentido a FGM6 lembra que *“de vez em quando fazia uns mutirões, o auxílio que eles chamavam, todas famílias juntos, que era o costume de antigamente”*.

2.3.1. Indicadores e análise quantitativa da subcategoria: Manutenção, valorização e preservação.

Essa subcategoria, “Manutenção, valorização e preservação”, identificada no discurso dos nossos entrevistados, complementa-se e interrelaciona-se com a subcategoria anterior “Fragilidade e vulnerabilidade”, conforme referimos na introdução desta terceira parte do nosso trabalho. Esta conexão deve-se ao facto de ambas estarem vinculadas às dificuldades e aos desafios da comunidade de Morro Seco. Esta relação é tanto mais estabelecida quanto mais pensarmos na fragilidade ambiental. Por exemplo, poderemos vinculá-la à manutenção da biodiversidade, no entanto, os sentidos extraídos das entrevistas são diferentes, apesar de complementares.

Constatámos que para a comunidade e para o ISA importava a “Manutenção, a valorização e a preservação” de fatores tais como o histórico e as raízes etnoculturais o modo de vida e as tradições, o património territorial e a biodiversidade. Qualquer destes temas foi recorrente nos discursos dos nossos entrevistados.

A Figura 5 ilustra a distribuição das unidades de registo da subcategoria e dos seus indicadores, permitindo-nos verificar o interesse de cada do grupo por cada um indicador de análise que apurámos.

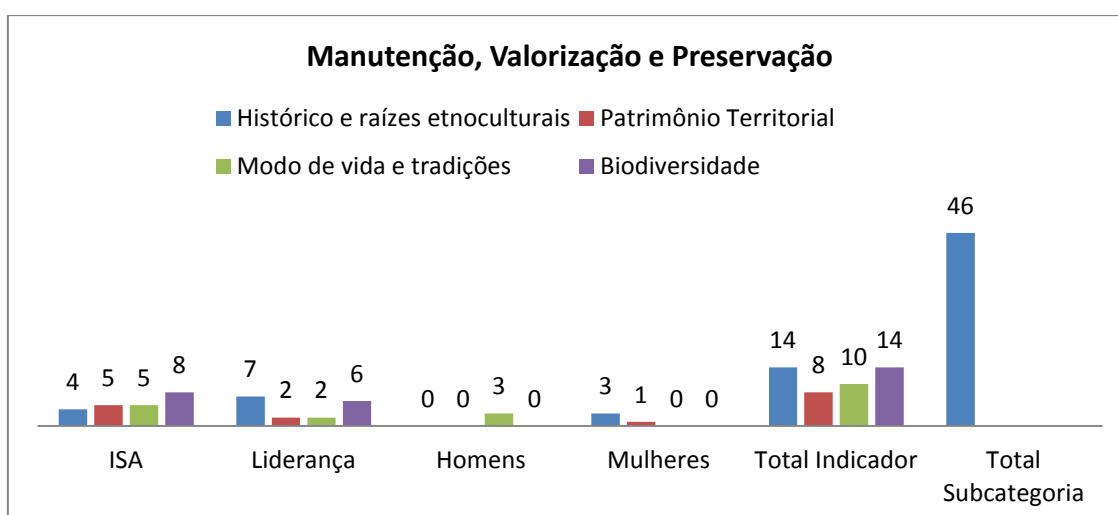


Figura 5: distribuição dos valores das unidades de registo da subcategoria de análise “Manutenção, valorização e preservação”.

Das 46 unidades de registo verificadas nessa subcategoria, a manutenção, valorização do histórico e raízes étnoculturais e a preservação da biodiversidade

apresentaram-se como os principais fatores motivacionais, com 14 registos cada. Na sequência encontram-se os indicadores: modo de vida e as tradições quilombolas, com 10 registos, seguidos do património territorial, com 8, que também se configuraram como fatores motivacionais relevantes para o ISA e para a comunidade de Morro Seco.

Relativamente ao histórico e raízes etnoculturais, que se refere a questões como a relação e organização comunitária e o testemunho e registo de vida, podemos perceber que a liderança Quilombola é quem mais se posiciona frente ao tema. O ISA também identifica essa questão, assim como o grupo formado pelas mulheres da comunidade, no entanto, os homens não fizeram referências nesse sentido.

O grupo formado pela coordenação do ISA é que alude a este assunto mais frequentemente, fazendo referência à biodiversidade, a fatores como o desenvolvimento sustentável e a geração de alternativas de trabalho e de rendimento, à conservação e compatibilização dos recursos naturais e da biodiversidade. Estes aspetos foram igualmente ressaltados pela liderança Quilombola, contudo nenhum dos grupos formado pelos homens ou mulheres de Morro Seco lhes fez referência.

No plano do modo de vida e das tradições, que se refere principalmente ao tema de manutenção e valorização do sistema agrícola, também foi o grupo do ISA quem mais referenciou a necessidade de preservação desse elemento, seguido do grupo formado pelos homens da comunidade e da liderança quilombola. Já as mulheres não se referiram a esse tema.

Por fim o fator relativo ao património territorial, indicador com menor registo referencial. Relaciona-se com fatores como as lutas e as reivindicações fundiárias, e com o reconhecimento territorial. Foi o grupo formado pela coordenação do ISA que entendeu que esse tema tinha grande relevância e se configurou como um estímulo para o desenvolvimento da ASACQVR. A liderança quilombola e o grupo formado pelas mulheres de Morro Seco também fazem referência a essa questão.

2.3.2. Discussão dos resultados da subcategoria: Manutenção, valorização e preservação.

Para Schmitt (2002), o termo remanescente de quilombo deve ser utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material. A liderança quilombola identifica esse aspeto como um fator motivacional importante, pois veem na Agenda a possibilidade de registarem e divulgarem a sua história, o seu passado, e seu formato de

trabalho em conjunto. Carril (2006), inclusive, aponta que essas comunidades ocupam esse território há mais de um século. Já Júnior et al. (2008) ressalta que a questão do trabalho coletivo é uma característica das comunidades quilombolas, pois existe uma relação solidária, o que demonstra a sociabilidade intrínseca desses povos. Para a coordenação do ISA essa temática foi relevante, mas num outro sentido, ainda mais abrangente. Relacionam a questão com o entendimento sobre a permanência e a sobrevivência dessas populações nesse território, bem como quanto ao equilíbrio nas suas formas tradicionais de exploração e organização, como forma de possibilitar alternativas melhores adaptadas a esses povos. Hanazaki (2010) observa que essas populações desenvolvem práticas produtivas tradicionais, e o seu conhecimento ecológico, relacionado com a gestão e a conservação ambiental bem como as informações de cunho socioeconômico, apresentam-se como instrumentos importantes para o processo de elaboração de estratégias que “podem resultar em planos de desenvolvimento melhor adaptados às condições locais” (p. 518). Para o grupo formado pelas mulheres de Morro Seco, a sua motivação nesse sentido era conhecer mais sobre o significado de ser e pertencer à etnia quilombola. De modo objetivo, Arruda (1999) sintetizou que se trata de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania destas populações.

Tanto para o ISA quanto para liderança o tema biodiversidade possui muita relevância. Para o instituto configura como uma forma de compreender melhor a relação entre as comunidades e a natureza e, em concordância com Júnior et al. (2008), o ISA demonstrou perceber que há nos quilombolas do Vale do Ribeira uma relação específica com a natureza e com o território, tornando esse relacionamento o principal meio de sobrevivência dessas comunidades, desde o período escravocrata brasileiro.

No entendimento da liderança quilombola, o fator biodiversidade relaciona-se diretamente com o facto da comunidade depender dos recursos naturais para a manutenção e sobrevivência do seu povo, pois, de acordo com Arruda (1999), para garantir a perenidade dos povos tradicionais, a conservação da fauna e da flora são fundamentais.

Quanto ao indicador modo de vida e tradições, o ISA entende, assim como Diégues (1996b, citado por Arruda, 1999), que há necessidade do estabelecimento de relações mais adequadas entre o homem e o ambiente, e aponta para as condições e “os enfoques tradicionais de manejo do mundo natural sejam valorizados, renovados e até reinterpretados, para torná-los mais adaptados a novas situações emergentes” (p. 97).

Neste sentido, reforça a necessidade de conhecer para intervir. Para a o grupo formado pelos homens e para a liderança quilombola a valorização que o ISA proporcionou sobre suas tradições foi uma mais valia, motivando-os a participarem no desenvolvimento da ASACQVR, pois, de acordo com Carril (2006), raramente se contempla nas políticas públicas brasileiras a possibilidade de “construir *junto* com as populações locais (...), valorizando seu padrão de uso dos recursos naturais (p. 89)”

Os aspectos relativos ao indicador patrimônio territorial foram indicados pela coordenação do ISA que, à semelhança de Litthe (2002), entende que identidade desses povos considerados tradicionais, possui relação direta com a questão fundiária no Brasil. Assim também visualiza a liderança, que mesmo sem necessidade de transformar a área em território coletivo, identificou uma nova oportunidade para a comunidade de reafirmar sua identidade territorial através do reconhecimento. Conforme é apontado pelo ISA (*web page*) “as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira estão buscando o crescimento económico a partir da combinação de diversas ações que valorizem os recursos naturais de suas terras”.

2.4. Outros fatores.

Coordenação do ISA

Um outro ponto importante que o CISAM afirma estar relacionado com as motivações para o desenvolvimento da ASACQVR é que “*o trabalho do ISA aqui, começou ainda por volta dos anos 90 na região do Vale do Ribeira, começou com um grande diagnóstico que o ISA fez da região do Vale do Ribeira, da situação das comunidades, da situação da mata atlântica*”. Entretanto, a CISAM também acrescenta que outras entidades trabalharam com as comunidades, o que pode ter contribuído para o processo interventivo: “*muito motivados pela ação da igreja católica, da EAACONE*”. Ressalta, inclusive, que o Morro Seco possui um “*processo com o INCRA para indenizar esse pessoal*”, que eles chamam de “terceiros”. Segundo ela, esse processo é anterior ao desenvolvimento da ASACQVR.

Liderança Quilombola e Agente Socioambiental.

Intervenções anteriores também colaboraram com o interesse por parte da liderança quilombola. Segundo o LQ1, *“outras pessoas vieram pra ajudar nós, e então eles indicaram onde que nós começava, iniciava, ia a frente e chegava no objetivo que a gente quer”*. Ainda de acordo com este entrevistado, Estado foi pioneiro, *“veio dizendo que o nosso estado, onde estávamos, mediante a antropologia do Estado, nós nunca podia deixar de ser quilombola. No entanto, observa que, na verdade, primeiramente “foi a Igreja, e logo depois aí veio o Estado, o Estado através da antropologia, fazer o levantamento para aí levar a consequência de ser reconhecido.”*

Na visão do ASA, assim como do LQ2, a *“informação pra instituir a associação, quem começou mesmo de verdade foram as religiosas (...) e justamente, logo em seguida o ITESP”*. O ASA esclarece que tinha conhecimento do ISA mesmo antes de iniciar esse trabalho com o Morro Seco, pois a entidade já atuava com outras comunidades no Vale do Ribeira: *“outras comunidades que são antes de nós, principalmente Vaporunduva, que é bem anterior a nós. Então, foi assim que nós, em contato com os elementos do ISA”*.

Focus Group

Os Homens concordam que intervenções anteriores colaboraram com o processo e, de certa forma, os motivaram a permitir a intervenção do ISA para construção da ASACQVR. O FGH1 afirma que *“foi melhorando por causa dos encontro que a gente tivemos com outras pessoas que fez nós lembrar, que fez nós conhecer, como é que a gente fala, como é que a gente pede, como é que a gente entra, como é que a gente sai”*. O sujeito FGH4 completa que anteriormente à intervenção do ISA na comunidade do Morro Seco *“quem começou com nós foi o ITESP²³, que começou, aí surgiu o ISA.”*

Esse grupo de sujeitos não discordou em nenhum ponto. Apesar do discurso estar direcionado para os mais velhos do grupo, o que notamos é que diversos fatores os motivaram a se interessar e a participar na construção e no desenvolvimento da ASACQVR.

²³ Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”

Por fim as mulheres concordam que uma das principais motivações para participação desse trabalho com o ISA deve-se às intervenções anteriores, como o governo. A FGM6 diz que *“antes da associação se formar a gente teve um estudo, passou pessoas do governo do Estado, fazendo pesquisa, porque nem nós sabíamos que nós fazia parte de povos quilombolas”* e lembra que a Igreja também teve um importante papel, pois *“as irmãs religiosas, aqui de Eldorado, vieram pra cá pra comunidade pra ajudar a gente a ter conhecimento do que era quilombola, qual a descendência, como a gente deveria se organizar, que deveria montar uma associação pra ter representatividade da comunidade”*. Também referem que o ITESP os influenciou nas suas práticas, fomentando-as: *“começou a incentivar então além do mutirão que eles faziam, que tinha parado um pouco, começar a trabalhar em grupo, (portanto) houve também incentivo do ITESP do trabalho em grupo, porque nessa época a gente trabalhava individual, cada família lá, cada família aqui”*.

2.4.1. Indicadores e análise quantitativa da subcategoria: Outros fatores.

Identificámos a subcategoria “outros fatores” dentro da categoria Motivações iniciais. Ela refere-se, especialmente, às “intervenções anteriores” ao desenvolvimento da ASACQVR, que se configura como seu único indicador de análise, na qual identificamos um total de 19 unidades de significado. A distribuição das unidades de registo, apresentadas na Figura 6, relativamente a cada grupo, indica o entendimento dos sujeitos quanto a essa subcategoria e posiciona-nos sobre a colaboração desse fator como um estímulo motivacional.

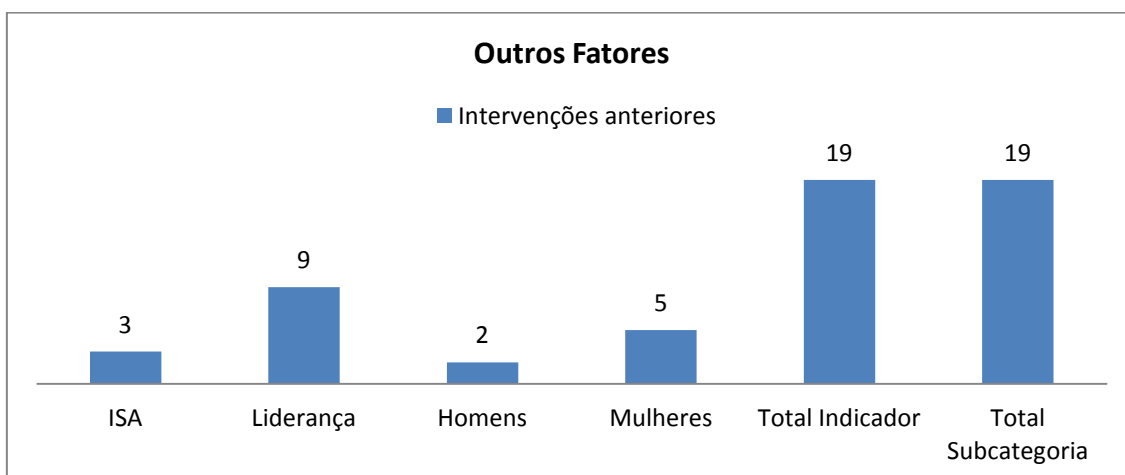


Figura 6: distribuição dos valores das unidades de registo da subcategoria de análise “Outros fatores”.

Esta Figura, que se refere apenas a um indicador, permite-nos observar, claramente, que todos os grupos se referiram a esse aspeto. No entanto, foi a liderança quilombola quem mais referenciou o tema, seguido do grupo formado pelas mulheres, pela coordenação do ISA e pelo grupo formado pelos homens de Morro Seco. Essa subcategoria relaciona-se com o trabalho de outras entidades, e mesmo do ISA, que foram anteriores à ASACQVR, e que contribuíram para a motivação dos grupos em construir e desenvolver esse trabalho.

2.4.2. Discussão dos resultados da subcategoria: Outros fatores.

Schmitt (2002) afirma que o ITESP, entidade governamental, procedeu, anteriormente ao desenvolvimento da ASACQVR, à identificação étnica, através de metodologias antropológicas dos grupos remanescentes de quilombos do Estado de São Paulo, com o objetivo de garantir e justificar o direito constitucional aos territórios reivindicados por esses povos. A própria ASACQVR (2008) admite que o trabalho de base com essas comunidades teve início na década de 80 do séc. XX, um trabalho desenvolvido pela CPT²⁴, que já discutia a organização quilombola com as comunidades do Vale. A década de 90 também representa um marco na intervenção na região, pois a EAACONE²⁵ e a Moab²⁶ surgiram durante esse período, conforme aponta o ISA.

Podemos perceber através das entrevistas realizadas aos sujeitos, que nem todos reconhecem exatamente como se deram essas intervenções anteriores à ASACQVR. No entanto todos concordam que foi um fator que colaborou com a instituição do projeto. O processo de proteção territorial ocorrido na região na década de 60 também pode ser considerado como uma intervenção que colaborou com a motivação dessas comunidades, pois sentiam-se vulneráveis à legislação que passou a restringir seu modo de vida, conforme observou Júnior et.al. (2008).

3. Construção e desenvolvimento

Essa categoria de análise remete para a compreensão do modo como se desenvolveu o processo de intervenção na comunidade do Morro Seco e para o

²⁴ Comissão Pastoral da Terra

²⁵ Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras – Vale do Ribeira

²⁶ Movimento dos Ameaçados por Barragens

entendimento da construção da ASACQVR. Aprender o processo de construção e de desenvolvimento da Agenda Quilombola era essencial para estabelecermos uma relação entre impactos e resultados desse trabalho, e também para os relacionar com as motivações iniciais. A nosso ver, esta categoria de análise permite perceber as principais diretrizes e ferramentas utilizadas pelo ISA, mas, sobretudo, conhecer a percepção da comunidade sobre a construção do processo interventivo.

Esta categoria de análise registou um total de 129 unidades de sentido e desdobra-se em quatro subcategorias, a saber: “diagnóstico comunitário”, “processo de intervenção”, “educação e formação” e “outros fatores”. A subcategoria “diagnóstico comunitário” agrega unidades de significado sobre a forma como foram levantados os dados e de que modo o ISA e a comunidade identificaram as prioridades a serem trabalhadas durante o processo. A subcategoria “processo de intervenção” refere-se à metodologia e às ferramentas de intervenção utilizadas durante o desenvolvimento do trabalho, e possibilita a identificação do modo como os sujeitos se envolveram no processo. A subcategoria “educação e formação” reporta ao processo educativo e formativo organizado a partir dessa intervenção e procura a compreensão do modo como a comunidade do Morro Seco e o ISA entendeu a sua importância. A última subcategoria, “outros fatores”, agrupa as unidades de sentido que se relacionam com a disseminação da informação levantada e a abrangência desse trabalho.

A Figura 7 abaixo ilustra a distribuição percentual das unidades de registo identificadas em cada subcategoria, permitindo-nos uma visualização geral desta categoria de análise.

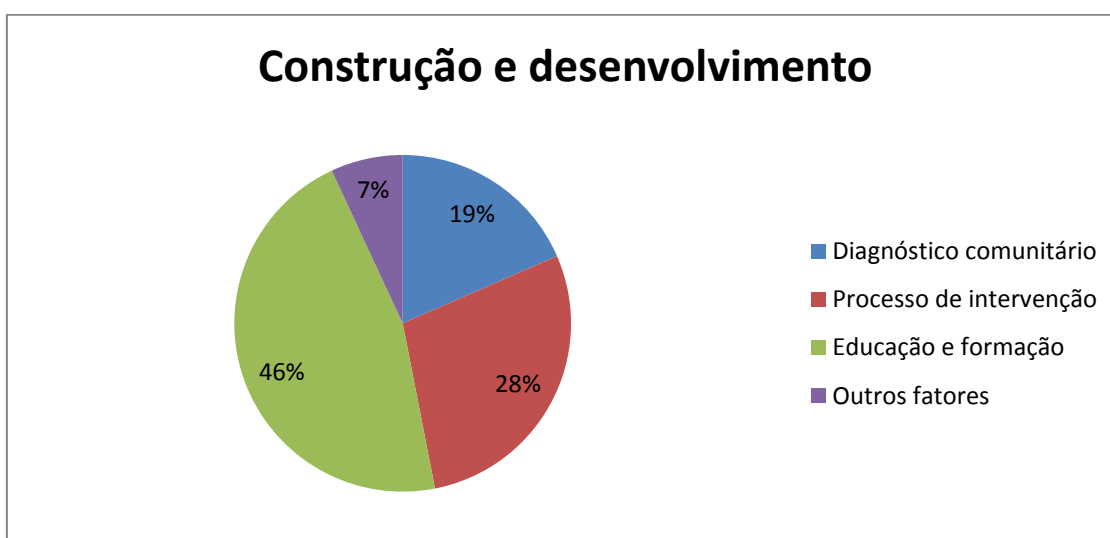


Figura 7: distribuição dos percentuais das unidades de registo de cada subcategoria de análise da categoria “Construção e desenvolvimento”

Pela figura anterior, verificamos que 19% das unidades de sentido refere-se à subcategoria “diagnóstico comunitário”; a subcategoria “processo de intervenção” somou 28% dos registos; a subcategoria “educação e formação” foi a que agregou a percentagem mais elevada de unidades de sentido dessa categoria, com 46% do total; finalmente a subcategoria “outros fatores” acolheu 7% do total de unidades de registo da categoria, o que a coloca como a menos referida pelos entrevistados.

3.1 – Apresentação descritiva da subcategoria: Diagnóstico comunitário.

Coordenação do ISA

De acordo com o CISAH, era fundamental para o ISA fazer um levantamento de dados, como forma de compreender os desafios da comunidade. Para ele *“este levantamento é uma fotografia de momento, então naquele momento, o que é que tinha de oportunidade? o que é que tinha de demanda? o que é que tinha de necessidade? o que tinha de reivindicação naquela comunidade?”*. Era preciso, segundo o CISAH, *“tentar buscar alternativas económicas que pudessem assegurar melhor qualidade de vida pras pessoas da comunidade e uma forma também de você criar perspectiva de geração de renda e de qualidade de vida também pra juventude, para que a juventude também fique na comunidade”*.

Quanto à definição de prioridades, o CISAH ressalta que a Agenda *“definiu regras na relação da comunidade com o território e do convívio, também, da comunidade com as autoridades do ponto de vista da luta pelos direitos, seja no território, seja na assistência técnica rural, seja na saúde, na educação, transporte, em todas as áreas”*.

Para a CISAM, esse levantamento também era essencial, no sentido de mostrar *“pro Brasil, pro mundo, pras políticas públicas, o que as comunidades quilombolas precisam, o que elas entendem por desenvolvimento, que tipo de desenvolvimento elas acreditam ser viável para a região, escutar um pouco as demandas da comunidade, um olhar mais local, [portanto foi] um levantamento geral, a gente não dividiu por área socioambiental, você tem lá saúde, educação, você tem várias coisas, se pegar a lista da agenda, vai encontrar um monte de demanda”*. De acordo com esta entrevistada, *“quando o ISA fez esse grande diagnóstico, entendendo as demandas das*

comunidades, nós passamos também a pensar nossos projetos em cima disso, das prioridades das comunidades”.

Liderança Quilombola e Agente Socioambiental

Os líderes Quilombolas não se manifestaram muito nesse sentido. Sinalizámos apenas 1 unidade de registo, do LQ1, que observa que as prioridades desse levantamento foram definidas através de *“reuniões com eles, detalhando o que a gente queria, no que eles poderiam ajudar”*.

Para o ASA, esse processo foi realizado como uma forma de compreender e retratar a comunidade: *“os recursos naturais, por exemplo, o palmito, o cipó, taquara, taboa, e qual era o valor que tinha pra nós, qual a serventia que tinha pra nós, no que nós usava, se não usava e se usava que produto nós fazia que quantidade que nós fazia, quem sabia fazer”*. Tratou-se de um processo de identificação das necessidades e das oportunidades no Morro Seco, e ressalta que *“o que está escrito na Agenda foi o que nós falámos, e se nós falámos nos que nós iamos fazer, então se hoje nós não fizemos, amanhã nós vamos tentar fazer, porque é a vida da associação que tá em cima daquele papel ali, a vida da associação nossa ela tá baseado na Agenda”*.

Focus Group

O grupo formado pelos homens da comunidade do Morro Seco entendeu o levantamento como uma forma de registo comunitário, como um processo de re-visitatar as suas características. De acordo com o FGH1 *“eles [ISA] foram fazendo nós lembrar do que nós tinha coisa ótima, boa, por exemplo, oração, mutirão, procissão, encontro, educação familiar, tudo isso foi coisa que eles trouxeram e fizeram nós lembrar (...) por meio do encontro deles nós descobrimos e lembramos que nós devia colocar no papel, pra não ficar esquecido, porque é coisa que valoriza muito a nossa comunidade”*.

Para este grupo, sobretudo para o FGH1, as prioridades foram definidas através de reuniões e focadas no interesses de Morro Seco: *“a gente falou no trabalho, e que esse trabalho era um trabalho muito importante. Então a gente começou a descobrir mais de perto que isso não pode acabar, que deve render mais, porque é uma coisa que servia pras família e serve pra nós agora do mesmo jeito”*.

Para o grupo formado pelas mulheres o levantamento das informações permitiu a identificação da comunidade. Segundo a FGM6, “*you note how much you had in percentage, for example, in people of that age, who work with this, who work with that*”, e foi uma mais valia, pois “*the people did not have an idea of the number of people, who are the beneficiaries of this, who are the people who are beneficiaries of that*”. Desse modo, o retrato, ou a “fotografia de momento”, permitiu-lhes um olhar mais abrangente da sua comunidade e do seu povo.

3.1.1. Indicadores e análise quantitativa da subcategoria: Diagnóstico socioambiental.

Nessa subcategoria de análise podemos verificar de que forma o ISA iniciou o trabalho na comunidade após oito anos desde o começo desse trabalho, sob a perspectiva de dois coordenadores. Foi também importante perceber de que modo o Morro Seco absorveu o princípio do processo de intervenção e como a comunidade foi parte integrante na metodologia utilizada. Nesse sentido, identificámos dois indicadores, nomeadamente, “levantamento de dados” e “definição de prioridades”.

A Figura 8 abaixo ilustra de que modo as unidades de sentido se distribuíram, por indicador, nessa subcategoria de análise, e de que forma os grupos se identificam com cada um dos indicadores que emergiram.

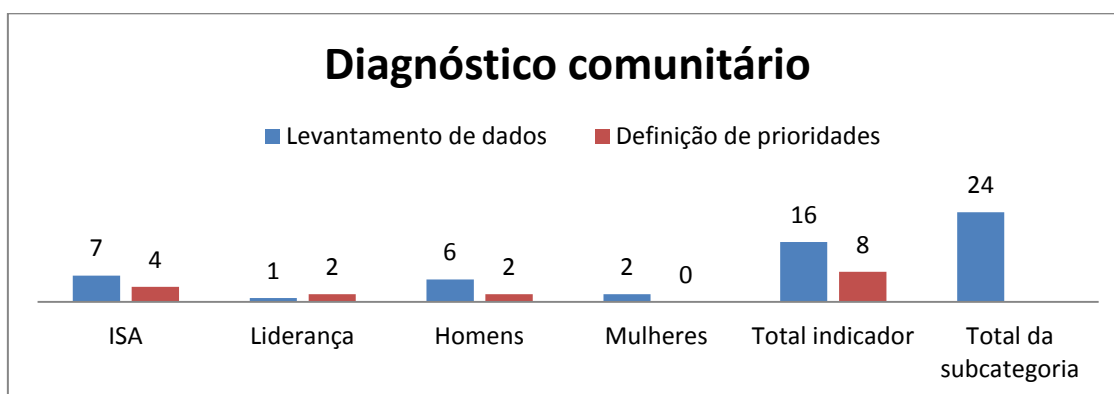


Figura 8: Indicadores da subcategoria de análise “Diagnóstico comunitário”. Unidades de registo observadas nos vários participantes

Notamos, na Figura 8 acima apresentada, que do total de 24 unidades de sentido que registamos nessa subcategoria, 16 referem-se ao indicador “levantamento de dados”. Este indicador agrupa as unidades de sentido que se reportam à perceção dos

sujeitos sobre a necessidade de registo das questões relativas à comunidade do Morro Seco, dificuldades e oportunidades que apresentava naquele momento, e de que modo estabeleceriam o seu relacionamento. Notamos que é o ISA quem mais fez referência a este aspeto (7 unidades de registo), pois, para a sua coordenação, era determinante, conhecer o cenário da comunidade, a sua situação real, para que, posteriormente, a comunidade trabalhasse essas prioridades. O grupo formado pelos homens da comunidade apontou 6 registos quanto a esse indicador. Para eles, a Agenda representou um meio de relembrar as características comunitárias, o seu modo de vida, uma forma de as manter vivas, Valorizam o registo escrito destas práticas quotidianas, como uma meio de as preservar.

Para o grupo formado pelas mulheres (2 registos), o levantamento de dados foi importante para o conhecimento e aprofundamento das características gerais de Morro Seco, pois a comunidade pode “*ver-se*” através da Agenda.

O grupo formado pela liderança Quilombola não se manifestou quanto a esse fator. Apenas o ASA o fez numa unidade registo que identificámos, na qual ressalta que o processo foi realizado com vista à caracterização da comunidade, com o objetivo de entender o que eles possuíam e de que modo trabalhavam.

O outro indicador apurado, “definição de prioridades”, conta com 8 unidades de significado e reporta-se às estratégias utilizadas, principalmente pelo ISA, para definir os focos da intervenção. Pela Figura 8 constata-se que é o instituo quem fez mais referências nesse sentido (4 registos) e, para este organismo, era fundamental equacionar as diretrizes que o trabalho assumiria, com o objetivo de identificar alternativas e prioridades da comunidade. A liderança Quilombola e o Agente Socioambiental, com 2 registos, consideram que essa definição foi conjunta, e que o ISA tinha como objetivo saber o que a comunidade queria, ou seja, não foi uma decisão tomada externamente. Nesse sentido, o que foi definido tornou-se num objetivo, numa meta a ser seguida, e configurou o principal direcionamento comunitário. A visão do grupo formado pelos homens de Morro Seco é semelhante, regista, igualmente, 2 unidades de significado, e estes protagonistas consideram que a definição das prioridades foi estabelecida em conjunto, entre o ISA e a comunidade.

3.1.2. Discussão dos resultados da subcategoria: Diagnóstico socioambiental.

De acordo com o que aponta Schimitt et al. (2002), as comunidades quilombolas ocupam historicamente uma posição desfavorável no que se refere às questões de poder. Especificamente no Vale do Ribeira, essas comunidades ocupam o território há mais de um século, no entanto enfrentam, há décadas, diversos conflitos, de entre os principais está o fundiário (Carril, 2006).

Conforme observa Arruda (1999) o modelo de proteção territorial brasileiro, baseado no norte americano, não considera as populações tradicionais residentes nessas áreas implicando diretamente no seu modo de vida. O mesmo autor ressalta que nos planos de utilização e de proteção territoriais elaborados pelo Estado, não há participação dessas populações, o que, segundo ele, significa “ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam” (p. 90).

É importante referir que a região que compreende o Vale do Ribeira é privilegiada por belezas naturais, e encontra-se numa grande concentração de floresta natural que compreende Áreas de Proteção Ambiental (APA), Parques Estaduais e a Estação Ecológica da Juréia (Marques, 2007).

Nesse sentido, ao colocarmos em causa as ameaças e as oportunidades que as comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira possuem, torna-se essencial o levantamento das necessidades dessas populações, com o objetivo de possibilitar a elaboração de estratégias e de planos de desenvolvimento voltados para a realidade local. Entretanto, e conforme ressalta Hanazaki (2010), é preciso, sobretudo, levar em consideração o conhecimento ecológico e a relação ambientalmente conservadora que essas comunidades possuem, o que permite a definição conjunta das diretrizes a serem estabelecidas.

O que podemos observar nesse caso e através da nossa análise, é que o ISA entendeu ser vital o levantamento de dados dessas comunidades quilombolas, e que o fez de modo conjunto. Foi essa a lógica que foi aplicada ao Morro Seco, tendo-se, por isso, verificado esse levantamento. A valorização dos conhecimentos da comunidade e a definição de prioridades foram, assim, construídos com e pela comunidade, de forma inclusiva e coletiva.

3.2 – Apresentação descritiva da subcategoria: Processo de intervenção.

Coordenação do ISA

De acordo com o CISAH “a metodologia que o ISA trabalha é a metodologia de fazer junto. Então, primeiro parte-se do pressuposto que o ISA não ta indo lá fazer um levantamento, fazer uma pesquisa, fazer um diagnóstico, ou fazer o processo de capacitação simplesmente, a própria metodologia coloca que é construir junto, fazer junto”. Para ele o importante é respeitar “o tempo da comunidade, respeitar para que todos participem do processo, e entenda o processo, e tenha clareza do objetivo que quer, pra onde quer chegar.

Para além disso, os instrumentos utilizados nesse contexto são primordiais, e constituem-se como “uma série de ferramentas para facilitar; ferramentas eu falo da forma de como melhor aproveitar o conhecimento que o ISA tem, que os técnicos do ISA têm, melhor aproveitar o conhecimento que eles têm dentro de um objetivo comum que é trabalhado ali, conjuntamente com eles dentro do processo. A CISAM acrescenta que esse formato de trabalho não foi apenas no Morro Seco, e que “envolveu, de uma forma participativa, todas as comunidades das quatorze que participaram desse processo, com pessoas de dentro”. Aponta, também, que o ISA “avaliou que dentro da metodologia seria importante ter uma pessoa de cada comunidade que fosse o elo de ligação do ISA com a comunidade, que foi o Agente Socioambiental.”. Para ela as ferramentas foram uma alavanca do processo, é a CISAM quem faz mais referências a esse fator, observando que o diálogo, as discussões, o mapeamento, as oficinas, e mesmo a validação das informações se configuram como elementos imprescindíveis ao processo. Conclui que “o jeito que o ISA trabalha é muito particular, de ser o mais participativo possível, envolver mais eles na discussão, criar mecanismos e usar ferramentas nas oficinas que eles se coloquem”.

Liderança Quilombola e Agente Socioambiental

Para o LQ1, um sujeito que faz parte da liderança Quilombola, o processo foi integrado, pois “muitas coisas é da própria comunidade que deu a proposta, então nesse caso da Agenda, não é só do ISA, é do ISA com a comunidade junto”. Outro fator

importante para o LQ1 foi a partilha, a interação e a participação de outras comunidades do Vale do Ribeira: *“com a chegada do ISA, houve esse movimento de todas as comunidades quilombolas adquirirem materiais de outras comunidades: sementes, ramas, mudas, raízes, e isso foi o Isa que organizou, e não só as comunidades, os índios também”*. O LQ1 também considera que o formato de desenvolvimento do processo foi importante, pois, *“discutiu, mostrou como era, dialogou com a gente”*. O ASA, por seu lado, entendeu que o método utilizado pelo instituto foi inteligente e um instrumento facilitador. Na sua opinião, se *“fosse uma pessoa de fora pra fazer isso é um pouco difícil, porque primeiro ele tem que perguntar de tudo, porque ele não sabia de nada, não é verdade? Quem é daqui 90% das coisas ele já sabe que existe, sabe que acontece”*. Conclui que *“o contato nosso, das pessoas da comunidade, é muito melhor do que contato com pessoas estrangeiras, é diferente”*.

Focus Group

O grupo formado pelas mulheres da comunidade afirmou, na generalidade dos testemunhos recolhidos, que integrar a comunidade nesse processo foi um método interessante e que valorizou a comunidade. A FGM5 afirmou que *“pesquisa foi levantada não pelo ISA, que chegou aqui e saiu pesquisando, eles usaram um agente daqui mesmo”*. Entretanto o grupo formado pelos homens da comunidade do Morro Seco não fez qualquer referência a esse aspeto.

3.2.1. Indicadores e análise quantitativa da subcategoria: Processo de intervenção.

Essa subcategoria de análise permite-nos identificar as metodologias utilizadas pelo ISA, entidade que realizou e desenhou a intervenção. Possibilita-nos, ainda, aceder aos conceitos que suportam o projeto, e verificar a transparência na construção do trabalho, ou seja, as ferramentas usadas e que permitiram que a comunidade e a liderança se articularam ao longo do processo.

A Figura 9 a seguir apresenta a distribuição das unidades de sentido em cada um dos indicadores da categoria em análise – metodologias e ferramentas - assim como a distribuição por grupo de estudo.

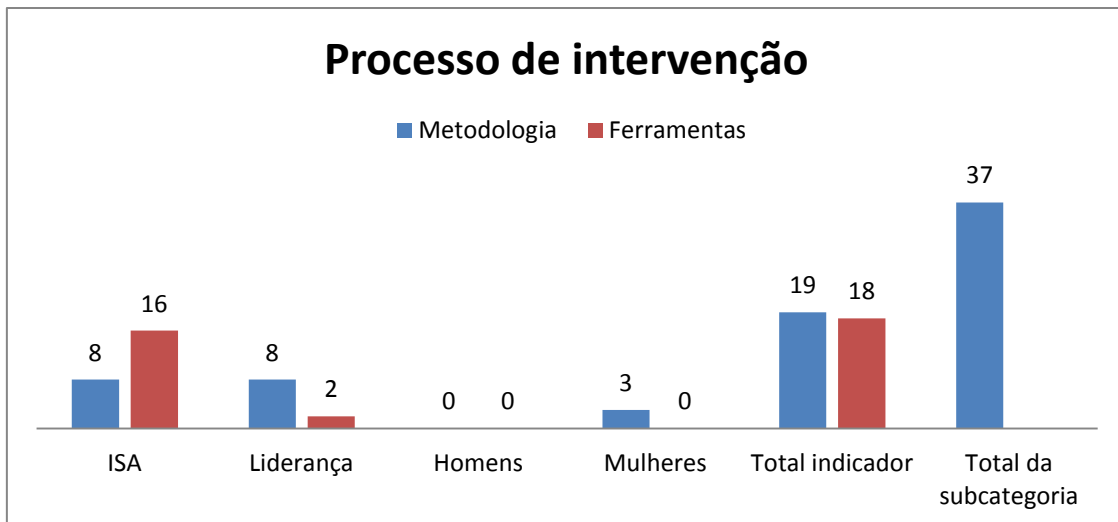


Figura 9: Indicadores da subcategoria de análise “Processo de intervenção”. Unidades de registo observadas nos vários participantes

Observamos uma distribuição muito equilibrada dos dois indicadores desta subcategoria. Entretanto, e apesar do aparente equilíbrio, podemos perceber que o ISA refere mais unidades de sentido que se incluem nesta subcategoria, e é também quem se mostra mais capaz de relacionar ambos os indicadores. Podemos atribuir essa capacidade de relacionamento ao facto de ser a entidade proponente da intervenção e ter sido quem elaborou o projeto de intervenção. Contudo, é possível notarmos que as lideranças locais e os homens da comunidade de Morro Seco também se pronunciaram sobre estes indicadores, o que reflete a sua compreensão sobre o formato de trabalho.

Relativamente ao indicador “metodologia”, que inclui as unidades de sentido que se referem ao formato de construção conjunta do trabalho, a formação, o envolvimento comunitário e o levantamento realizado pelo agente da comunidade, notamos que tanto a coordenação do ISA como a liderança Quilombola (nesse caso especialmente o agente), contabilizam a mesma quantidade de registos, seguidos do grupo formado pelas mulheres de Morro Seco. Quanto ao indicador “ferramentas”, que identifica as unidades de sentido que se reportam às oficinas, ao mapeamento, à validação de dados, ou seja, os instrumentos e as ferramentas e as estratégias utilizadas no processo, observa-se que quase todas as unidades que remetem para este indicador foram proferidas pela coordenação do ISA, não obstante a liderança também tenha ressaltado esse aspeto.

3.2.2. Discussão dos resultados da subcategoria: Processo de intervenção.

Sobre esta subcategoria de análise, o que percebemos no discurso dos sujeitos, particularmente no que se refere aos representantes do ISA, é que o processo de intervenção realizado através da ASACQVR foi essencialmente participativo. Para Jacobi (2003), “as ONGs ambientalistas têm exercido um papel indutivo em diversas iniciativas de formulação e elaboração de Agendas 21 locais com efetiva participação das comunidades” (p.10).

De acordo com Becker et al. (2004), a difusão de conhecimentos através desta metodologia, e o seu estabelecimento e articulação, devem ser desenvolvidos, essencialmente, através de formas de diálogo que valorizem o conhecimento local. Pelo discurso dos sujeitos, concluímos que a ASACQVR foi concebida nesse formato e teve como premissa o diálogo. Conforme observa a própria Agenda, nesse processo, que incluiu 14 comunidades através de um modelo participativo, foi desenvolvida a oportunidade de “partilhar estratégias comuns em busca da melhoria da qualidade de vida das comunidades e da sustentabilidade ambiental” (ASACQVR, 2008, p.5).

De acordo com o que observa Guivant (2002), para implementar processos participativos torna-se necessário levar em consideração os conhecimentos de ambas as partes, seja por parte do técnico ou perito, seja por parte da comunidade alvo, partindo da premissa de que nenhum deles é verdadeiro ou falso mas sim complementares.

O ISA destaca que a concepção para o desenvolvimento da ASACQVR se baseou num processo realizado através de “oficinas temáticas onde foram trabalhados temas como: organização e fortalecimento comunitário, legislação ambiental; cultura, artesanato tradicional quilombola; manejo de recursos florestais, saneamento, manejo de lixo e cuidados com os agrotóxicos” (ASACQVR, 2008, p.7).

Nas últimas décadas diversas análises vêm demonstrando que projetos de desenvolvimento que consideram participativamente as populações alvo são avaliadas positivamente, como elementos para o sucesso interventivo (Guivant, 2002). Conforme afirma Becker et al. (2004), sob perspectiva territorial os planos participativos de ação local, que privilegiam os indivíduos como atores principais do processo, tornam os sujeitos agentes de sua própria história e protagonistas da sua mudança, a partir dos seus próprios recursos.

3.3 – Apresentação descritiva da subcategoria: Educação e formação.

Coordenação do ISA

A coordenação do ISA possui um olhar semelhante quanto a internalização e apropriação dos conhecimentos e dos conteúdos trabalhados com a comunidade. Conforme observa a CISAH, os sujeitos “*se apropriaram do resultado como um produto deles, que de fato foi assim construído. Então eles chegaram no final como se fosse uma coisa deles, que eles produziram nesse tempo, do ponto de vista do produto, daquilo que resultou*”. Refere que começaram a “*organizar melhor as informações, se apropriar melhor das informações, sistematizar, trabalhar como é que isso pode, esse conjunto de informações, esse conjunto de conhecimentos, como é melhor apropriado e utilizado dentro de uma estratégia de futuro da própria comunidade*”. De acordo com a CISAM, eles se apropriaram das ferramentas e, lembra, que “*quando a gente abre um mapa numa comunidade eles já sabem, todo mundo vai em cima. No começo era uma timidez, ninguém queria olhar*”. Para ela, o simples facto de “*discutir os problemas, isso também gerou, despertou nas comunidades, trouxe mais informação, gerou conhecimento*”. Também observa que “*quem participou acabou de alguma forma se empoderando de algum conhecimento, e o que veio de outras comunidades, porque teve muita interação entre eles, ou o que veio de fora, ou que ele aperfeiçoou o que ele já tinha*”. No que se refere ao desenvolvimento das capacidades, individuais e coletivas, durante o desenvolvimento do processo, o CISAH relata que “*toda negociação com o INCRA hoje já é eles que fazem diretamente, então não tem mais essa relação, não precisa da intermediação, de uma assessoria do ISA*”, o que reflete a autonomia dos sujeitos. Para a CISAM, o processo de formação capacitou a comunidade e “*fez com que eles percebam, nós precisamos de um projeto, mas desse jeito. E vamos fazer*”. É sobretudo o agente socioambiental que, no que respeita a este aspeto, refere, por exemplo, a “*formação de lideranças, porque esses agentes, principalmente os que participaram da agenda, muitos depois já se tornaram presidentes das associações*”.

Quanto à educação ao longo da vida, a coordenação o ISA, o CISAH e a CISAM, todos são categóricos ao afirmar que o processo possibilitou novos desdobramentos, novos processos. O CISAH aponta que “*tem outras demanda de políticas públicas pra Morro Seco que não estão na Agenda, mas é fruto do processo que se iniciou lá atrás com a Agenda. Afirma que foi esse o sentido da Agenda: “ela tem que ser uma coisa*

permanente na comunidade, então são valores que foram incorporados no processo de desenvolvimento da comunidade que é fruto do processo de construção da Agenda e que ela é permanente lá na comunidade”. Segundo a CISAM a “discussão que nasceu lá e foi sendo mantida (...) porque você conseguiu com que tudo aquilo que foi discutido não morresse, foi um pontapé inicial pra outros processos que desencadearam”, e completa ao observar que “aquele processo foi bom, mas ele não foi repetido, nem continuado da mesma forma, ele se desdobrou em outros processos.

Liderança Quilombola e Agente Socioambiental.

A liderança Quilombola também se refere à internalização e à apropriação dos conhecimentos. Na questão ambiental, por exemplo, o LQ1 refere que a comunidade *“pensava que reserva era só pra deixar lá, mas não, serve pra arrumar pra outras pessoas que não têm e que quer preservar a Mata Atlântica e já não tem essa mata”*. Outro exemplo refere-se a elaboração de projetos e, a este respeito o LQ1 afirma que *“sabe que um projeto é formado de muitas coisas, pra poder conseguir as coisas, e o ISA nos abriu a mente. A posição do ASA é ainda mais esclarecedora, e a entrevistada destaca: “posso dizer pra você que hoje nós somos um pouco diferente do que lá pra trás, não pela questão financeira que eu já falei, mas pelo fato da mentalidade; entendemos o que é melhor, temos um conhecimento melhor, também saber valorizar melhor”*. O ASA afirma que conseguiu *“um desenvolvimento melhor, então isso é uma coisa a mais. Se não fosse aquilo, que eu fiquei aquele tempo conversando, discutindo, perguntando e tal, eu não teria isso”*. No que se refere ao desenvolvimento de capacidades, tanto o LQ1 como o ASA identificam que a capacitação coletiva e a autonomia dos sujeitos formam dois pontos importantes. Para o LQ1 a Agenda *“abriu a mente da gente pra que a gente conseguisse procurar as coisas melhor, direcionar as coisas”*. Além disso, vê os sujeitos mais autônomos: *“a gente chega no delegado agora, chega no juiz, chega no defensor, chega no promotor, sabe o que fala e tem condições de entender o dever que eles têm de atender a gente. Então a gente tem caminhos para chegar lá também”*. O ASA observa que se tornou mais desinibido *“trabalhando em grupo. Antes, no início, foi como eu falei, meio tapado, queria dizer uma coisa, não queria dizer, mas depois eu me acostumei, então se eu tenho uma coisa pra falar eu falo em qualquer lugar, [e] particularmente, me considerei um cara um*

pouquinho mais adiantado do que o que era. Para ambos os sujeitos a educação ao longo da vida foi como uma manutenção do processo e, com afirma o LQ1, “foi o ISA que nos ofereceu, esse movimento de troca de sementes, e a gente sabe que vai continuar isso”. De acordo com a ASA “um monte de coisa que eu disse ta escrito nesse papel, que eu falei e outros também falaram, então me considereí uma pessoa um pouquinho, um passo na frente, e esse passo na frente não ficou lá, na reunião, eu trouxe pra cá, está aqui”.

Focus Group

O grupo representado pelas mulheres da comunidade de Morro Seco exprime poucas considerações relevantes quanto aos indicadores desta subcategoria. No entanto, os homens relacionaram diversos pontos relativamente aos indicadores em análise. Sobre a internalização e apropriação dos conhecimentos, o único registo do grupo das mulheres foi o da FGM6, que apontou que *“o ISA só veio fortalecendo, a gente começou a entender um pouquinho de quem era beneficiário, quem é uma coisa, quem é outra, aí houve mais um conhecimento”*. As restantes intervenções provieram do grupo formado pelos homens da comunidade, das quais destacamos as seguintes. Para o FGH2, *“antes deles [o ISA] nos visitarem, estarem juntos com nós, em reuniões, em projetos também, a gente não tinha conhecimento”*; segundo o FGH3: *“deveres que a gente tem e não sabia e até estava tentando ir, eles deram uma força, empurraram a gente, pra que a gente pudesse ter os nossos direitos”*. Outros conhecimentos destacados por FGH1 são os seguintes: *“o valor que a gente tem, o valor da cultura, e a gente vai sabendo o que é cultura, a gente ficou sabendo o que é tradição, a gente ficou sabendo o que é costume”*. Relativamente ao desenvolvimento de capacidades, os homens também apontam a autonomia e capacitação comunitária. O FGH2 ressalta que *“pra adquirir uma coisa perante o governo, a gente descobriu que uma pessoa sozinha não é possível, então a gente descobriu que a sociedade, uma associação tem muito mais força do que um sozinho”*. Para o FGH1 *“foi um trabalho muito excelente que o ISA fez com nós porque nos ensinou a fazer planeamento, ensinou a planejar”*. Quanto à educação ao longo da vida destacamos a intervenção do FGH2, que afirmou o seguinte: *“pra nós, por exemplo, como associação, pra nós é uma coisa muito boa, porque a gente continua aprendendo”*.

3.3.1. Indicadores e análise quantitativa da subcategoria: Educação e formação.

Com o maior número de registos identificados (60 unidades de significado), a subcategoria “educação e formação” foi a que obteve maior destaque na nossa análise. Importava-nos perceber se a prática educativa contribuiu com o desenvolvimento da comunidade no decorrer do processo de intervenção; se, de alguma forma, os sujeitos do Morro Seco têm consciência, se a apropriaram, ou, ainda, se mantiveram esse processo educativo e formativo ao longo do tempo. Nesse sentido, apurámos três indicadores nessa subcategoria, nomeadamente: “internalização e apropriação de conhecimentos”; “desenvolvimento de capacidades”; e “educação ao longo da vida”. A distribuição das unidades de sentido identificadas nesta subcategoria está representada na Figura 10 abaixo.

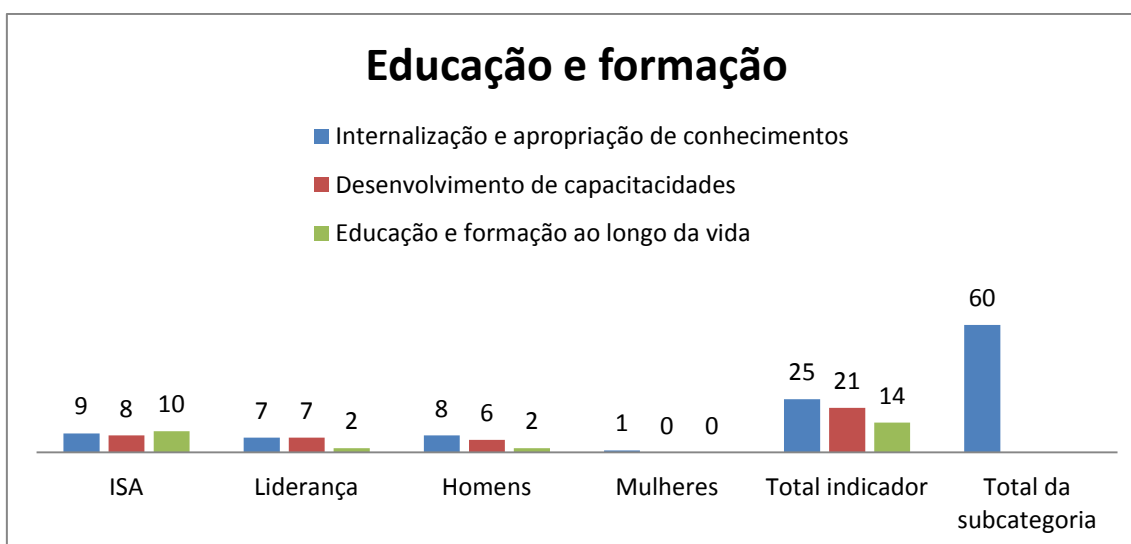


Figura 10: Indicadores da subcategoria de análise “Educação e formação”. Unidades de registo observadas nos vários participantes

Podemos perceber na Figura 10 que o grupo formado pelas mulheres de Morro Seco fez apenas uma referência a esta subcategoria, relacionada com a internalização e apropriação de conhecimentos. Entretanto, os outros grupos de análise referiram-se a todos os indicadores. Em relação à internalização e apropriação de conhecimentos, que integra as unidades de sentido relacionadas com o processo de apropriação e internalização dos conteúdos propostos pelo projeto, verificamos equilíbrio entre os grupos: o ISA com 9 registos, o grupo formado pelos homens com 8, e a liderança Quilombola e Agente Socioambiental com 7 registos.

Relativamente ao desenvolvimento de capacidades, que se reporta às unidades de sentido que fazem referência a capacitação individual e coletiva, à autonomia e à formação dos sujeitos, constatámos, novamente, que há equilíbrio entre os grupos. O grupo formado pela coordenação do ISA apontou 8 registos, seguido da liderança Quilombola e Agente Socioambiental com 7, e o grupo representado pelos homens da comunidade apura 6 registos. Por fim, no indicador educação ao longo da vida, podemos notar que é o grupo de coordenadores do ISA que lhe faz mais referência. Esse indicador alude à manutenção e permanência dos conteúdos, mas também a desencadeamentos posteriores.

3.3.2. Discussão dos resultados da subcategoria: Educação e formação.

De acordo com Becker et al. (2004), os métodos participativos são fundamentais, porque contemplam a capacitação (individual e coletiva), a formação de consensos e a tomada de decisões dos sujeitos. Conforme afirma o Instituto Socioambiental, um dos resultados mais importantes da Agenda foi a conscientização das comunidades sobre as possibilidades estratégicas para “aliar práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais com conservação ambiental, na qual eles mesmos são atores-chave para a proteção ambiental a partir da realização de atividades de baixo impacto ambiental” (ASACQVR, 2008, p. 19).

Através do discurso dos sujeitos podemos perceber que esse processo participativo possibilitou, de facto, a internalização dos conteúdos socioeducativos, o que também resultou em maior autonomia por parte da comunidade de Morro Seco. Por considerar o conhecimento endógeno dessas comunidades, a ASACQVR e o processo educativo e formativo da Agenda possibilitaram a coexistência de diversas formas de aprendizagem, ao contemplar a participação ativa dos sujeitos, permitindo que os indivíduos compreendessem a complexidade do processo, tornando-os mais autónomos, assumindo o seu desenvolvimento, a sua consciência e a sua liberdade (Ramos, 1999).

É importante observarmos que, ao compreendermos a Educação como um elemento em construção social permanente e interrelacionado, estabelecemos uma outra importância educativa ao ensino, conferindo-lhe, como refere Azevedo (2007), “novos significados ao ato de conhecer, contextualizando-o, dando-lhe outros sentidos e atribuindo-lhe um leque diverso de utilidades sociais e humanas” (p. 9).

Diante do contexto socioeducativo da Agenda podemos considerar que esse processo possibilitou a educação ao longo da vida dos sujeitos, por propiciar aos indivíduos da comunidade maior inclusão social, de algum modo a sua realização pessoal, proporcionando “novos ambientes de reapropriação de capital social e de promoção da vida comunitária” (Azevedo, 2007, p. 11). O mesmo autor afirma que o objetivo central do processo de ensino-aprendizagem não está na emissão de diplomas, mas na “construção lenta e cotidiana, responsabilidade de todos, de formas superiores de vida em comum” (p. 8).

Deste modo percebe-se que a Agenda socioambiental de Morro Seco, ao fomentar um trabalho em conjunto, respeitando as individualidades e a liberdade de cada um, pode desenvolver uma rede de cooperação, com maior participação e solidariedade dos sujeitos envolvidos no processo, indo ao encontro da missão da UNESCO. Para além disso, objetivou formar cidadãos conhecedores dos seus direitos e deveres, possibilitando ações participativas capazes de transformar sua realidade (Azevedo, 2007). Podemos, portanto, inferir que o processo educativo e formativo que a Agenda assumiu foi humanizador, e que, na perspectiva de Gadotti (s/d), contribuiu para a centralização do compromisso ético-político, para a transformação social e, principalmente, para a emancipação dos sujeitos.

Entendemos que o processo de educação e formação implementados pela Agenda possui as características de uma educação popular comunitária, pois encontramos nela a educação de jovens e adultos, a formação de líderes, a formação cidadã, a incidência em políticas públicas, a economia solidária, a democracia e a participação local, e o desenvolvimento pensado de modo alternativo (Carrillo, 2010).

Pode-se concluir, nesse sentido, que a ASACQVR assumiu o que Gadotti e Gutiérrez (1993) consideram como uma educação comunitária, pois fundamentou-se “no reconhecimento da diversidade cultural, na economia popular, na multiculturalidade, no desenvolvimento da autonomia das pessoas” (p.8) e do grupo, com o objetivo de promover a cidadania ativa dos sujeitos.

3.4 – Apresentação descritiva da subcategoria: Outros fatores.

Coordenação do ISA

De acordo com o CISAH, um aspecto importante deste processo interventivo foi a abrangência que o trabalho teve. Segundo ele, *“os quilombos do Vale do Ribeira são conhecidos, são conhecidos e são considerados nas políticas públicas do governo federal, do governo estadual, até nos municípios também”*. Por outro lado, e para a CISAM, inclusive *“ela foi sendo empoderada não só pelas comunidades, mas também pelos agentes públicos, outras ONGs, e foi sendo consultada pelas escolas”*.

Liderança Quilombola e Agente Socioambiental

Apenas o LQ1 se referiu a este aspeto e, para ele, a Agenda *“fez com que os outros também soubessem do que se realizava aqui, porque essa agenda não está só aqui entre a comunidade, está entre as comunidades, entre o poder público, está no Brasil”*.

Focus Group

São os homens da comunidade que relevam o contributo da Agenda na divulgação da comunidade e das suas expressões culturais. Reputam este trabalho como uma mais valia, pois lhes ofertou novos horizontes. Conforme aponta o FGH1, *“nós fomos fazer apresentação cultural em São Paulo, nós fomos fazer apresentação cultural no Vale do Ribeira inteirinho, então. Levado por quem? Por meio dessas cultura, o ISA também, que nos levou pra muito lugar”*. O FGH2 complementa: *“e não fosse essas organizações, nós não tinha condições de ir até lá, conhecer como que se trabalha, como se conhece outro povo, outras comunidades, então por intermédio deles a gente chegou até lá”*.

3.4.1. Indicadores e análise quantitativa da subcategoria: Outros fatores

Nesta subcategoria foram incluídas as unidades de sentido que se relacionam com a abrangência do projeto, com a disseminação da sua informação e do seu conteúdo.

Com apenas um indicador, abrangência do projeto, conforme apresentado na Figura 11, esta subcategoria contabilizou a menor quantidade de registos, apenas 9 do total de 131 da categoria “Construção e desenvolvimento”.

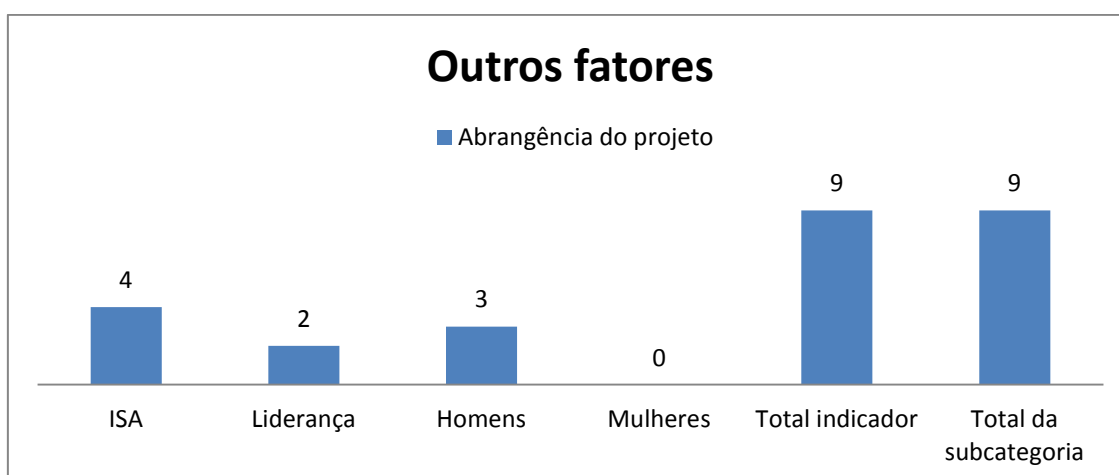


Figura 11: Indicadores da subcategoria de análise “Outros fatores”.
Unidades de registo observadas nos vários participantes

Pela análise da figura verificamos que as unidades de significado se distribuem com relativo equilíbrio entre os grupos de entrevistados, sendo novamente a coordenação do ISA o que se destaca em número de referência (4), seguidos do grupo de homens da comunidade (3) e pela Liderança Quilombola e Agente Socioambiental (2). As mulheres de Morro Seco não fizeram referência a este assunto.

3.4.2. Discussão dos resultados da subcategoria: Outros Fatores.

Para a comunidade de Morro Seco e para o ISA o facto da publicação e das suas informações terem sido disseminadas foi uma mais valia. Levar ao conhecimento público as necessidades das comunidades quilombolas, retirar-as do isolamento e da invisibilidade social em que se encontravam, podendo colocá-las em posição de destaque na luta por seus direitos, contribuindo para a valorização e o reconhecimento identitário e territorial.

Tornar a Agenda um elemento de conhecimento público contribui para a implementação de políticas e projetos voltados para a sua realidade, o que pode contribuir para a manutenção e melhoria das suas condições de vida, de modo estratégico e sustentável, contemplando, simultaneamente, a conservação do território. Para além disso, o contributo mais significativo da divulgação é a preservação do bioma Mata Atlântica, altamente ameaçado, do qual depende a sobrevivência das comunidades que ali se encontram. Nesse sentido, a ASACQVR pode pressionar o Estado quanto ao processo de regularização fundiária e servir como instrumento para seu desenvolvimento. Na nossa opinião, e em concordância com Carrillo (2010), o desenvolvimento de Agendas que se tornam públicas forma uma rede de mobilização social, e “incide na formação de atores coletivos e individuais que participam destes processos; seus posicionamentos, proposições e estilos de trabalho ‘deixam marcas’ (ensinam) na população de base e na opinião pública em geral” (p.24).

4. Impactos e resultados

Um dos objetivos da presente investigação é o de analisar se a ASACQVR, considerada como um importante instrumento de auxílio político e de direcionamento comunitário, tem contribuído para que sejam alcançados resultados ou impactos mensuráveis à comunidade de Morro Seco, após seis anos de publicação desse trabalho. Sabíamos, desde o início, que o desenvolvimento e construção da Agenda Socioambiental foram baseados em processos socioeducativos, com recurso a ferramentas e a estratégias que se inserem num paradigma da educação comunitária, através de metodologias participativas. Por esse motivo, procurámos explorar e analisar o seu potencial de intervenção, levando em consideração os resultados que o processo trouxe para a comunidade em estudo.

Entretanto, e como referimos no capítulo da metodologia, não visamos a explicação, mas sim a compreensão dos impactos e dos resultados. Pretendemos, igualmente, compreender de que modo a comunidade interpretou esse trabalho, mas também perceber de que modo o ISA interpreta essa intervenção e como verificou possíveis resultados em Morro Seco. Mais concretamente, guiou-nos o propósito de estimar resultados relacionados com o processo de intervenção, com a metodologia utilizada, com a internalização do conteúdo e, também, com a instrumentalização dos sujeitos.

Nos dois pontos anteriores de análise e de discussão de resultados observámos as motivações iniciais que impulsionaram o ISA e a comunidade de Morro Seco a desenvolverem este trabalho, e de que modo o processo foi construído. No ponto presente analisaremos os impactos e os resultados, e poderemos, eventualmente, concluir a nossa análise estabelecendo um vínculo com os objetivos a que se propôs a intervenção que tomámos como objeto de estudo nesta investigação.

Essa última categoria de análise, “Impactos e resultados”, é constituída por quatro subcategorias, e constitui-se como a que registou maior número de unidades de significado (207).

As subcategorias apuradas são as seguintes: desenvolvimento comunitário, ambiente, legislação e políticas, sustentabilidade e continuidade do programa e perceção ou senso comum.

A subcategoria “Desenvolvimento comunitário” integra referências sobre os processos de conscientização e a instrumentalização dos sujeitos através desse processo, se houve fortalecimento comunitário e, ainda, de que modo a comunidade de Morro Seco se gere e organiza após a intervenção do instituto. A subcategoria “Ambiente, legislação e políticas” agrega unidades de significado que referem os modos como a comunidade e o ISA entendiam as leis e as políticas públicas que influenciam diretamente essas comunidades e, também evidências de alterações nas práticas agrícolas. Relativamente a subcategoria “Sustentabilidade e continuidade do programa”, reflete os processos de acompanhamento e o direcionamento que ocorreu no projeto, bem como de que modo a Agenda se configurou como um instrumento de consulta comunitária. Por fim, a última subcategoria, “Perceção ou senso comum”, é constituída por unidades de significado que versam sobre o modo como o ISA e a comunidade verificam o atendimento e as dificuldades para a concretização/resolução dos problemas identificados no Morro Seco.

A Figura 12 a seguir apresenta a distribuição percentual dos registos identificados em cada uma das subcategorias que compõem esta categoria de análise.

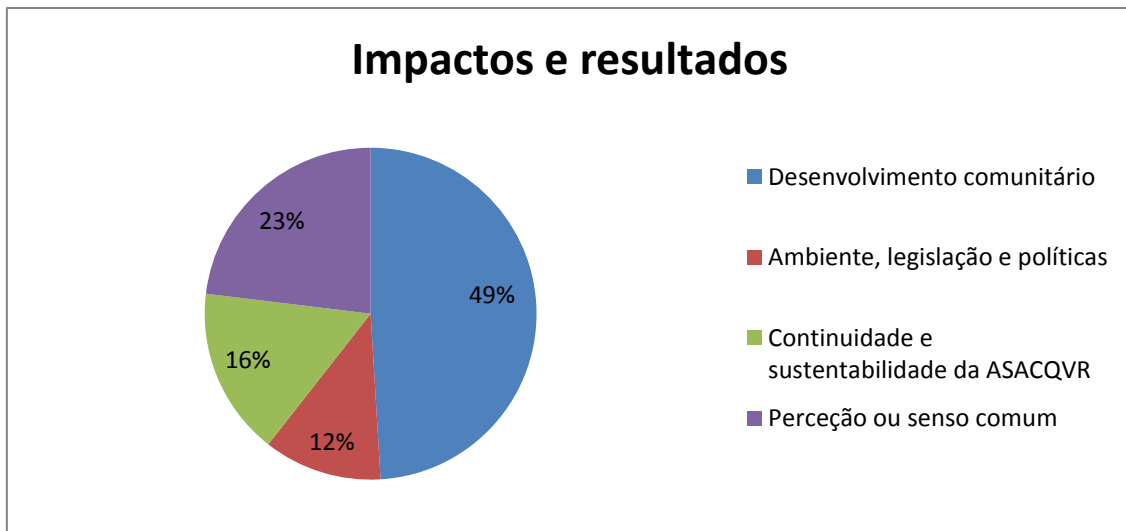


Figura 12: distribuição dos percentuais das unidades de registo de cada subcategoria de análise da categoria “Impactos e resultados”

Conforme podemos verificar na Figura 12 a subcategoria que contabilizou quase metade do total de registos (49%), refere-se ao “desenvolvimento comunitário”; a subcategoria com menor destaque foi “ambiente, legislação e políticas”, com 12% do total; relativamente à subcategoria “sustentabilidade e continuidade do programa” apurámos 16% dos registos; e com 23% do total de registos temos a subcategoria “percepção ou senso comum”. Essas três últimas subcategorias, juntas, somam 51% dos registos identificados na categoria própria, o que reforça a importância que os sujeitos deram à subcategoria “desenvolvimento comunitário”.

4.1 – Apresentação descritiva da subcategoria: Desenvolvimento comunitário.

Coordenação do ISA

Para o CISAH a conscientização e a instrumentalização da comunidade de Morro Seco pode ser verificada em vários aspetos, entre eles o ambiental. De acordo com este entrevistado a comunidade tem “*consciência de quanto é importante preservar as áreas de preservação permanente, água, rio, como uma coisa fundamental pra eles, das áreas que eram importante manter como floresta como recurso pro futuro, como recurso pra coleta, como também pra própria biodiversidade de território*”. Ele observa que

também se verifica *“uma comunidade muito mais unida, pra buscar os objetivos, pra desenvolver a comunidade e, ao mesmo tempo, conservar o território que eles vivem”*.

Para a CISAM não é diferente e, segundo ela, muitos foram os resultados como, por exemplo, *“esse preconceito, dizer que a lei, que o meio ambiente que é o problema está diminuindo [portanto] certas questões mais do ambiental que eu acho que quebra um pouco de tabu também”*. Outro fator a que a CISAM dá destaque é a conscientização do potencial comunitário, *“do território ser coletivo, de que eles precisam trabalhar juntos, porque se não a coisa não anda, que o desenvolvimento tem que ser pensado para todas as famílias. Eu acho que em Morro Seco está totalmente incorporado isso”*. Afirma, assim, que a comunidade tem consciência, e que *“uma coisa ou outra você tem que abrir mão, um pouco do ambiental, um pouco do social, mas pra conseguir um mínimo equilíbrio (...) e isso também decorre desse processo de terem internalizado as discussões que ocorreram na agenda, de terem entendido que dá pra fazer isso e que tem que fazer isso”*.

Outro aspecto referido é o fortalecimento comunitário. No caso da CISAH esta identifica *“outros ganhos desse processo de diálogo e de movimentação na comunidade, e aí, mais recentemente, eles já tiveram, também como fruto desse processo, aprovado um projeto que vai apoiar, principalmente, na área da agricultura deles, da produção, da agricultura quilombola, e com isso poder comercializar o excedente dessa agricultura pro PAA e pro PNAE e com isso começar a gerar renda”*. Prossegue referido que a comunidade *“tem mais orgulho daquilo que é, e com isso supera uma série de barreiras pra poder fazer os enfrentamentos necessários na luta por direitos, ou pra se colocar perante a sociedade envolvente, perante o Estado”*.

Uma visão muito semelhante possui o CISAM. Para ela *“tem um empoderamento coletivo, porque eles conseguem perceber que dentro daquele território é possível fazer uma atividade turística onde a comunidade toda ganhe, geração de renda, melhore as condições [inclusive] a questão da comercialização, eles avançaram com a cooperativa que eles criaram agora”*. A CISAM ainda acrescenta que se verifica o *“empoderamento individual, da pessoa que pegou, aproveitou a oportunidade da informação, da troca, do conhecimento, e conseguiu reverter isso em favor dela e da própria comunidade”*.

Quanto à gestão organizacional de Morro Seco, o CISAH é de opinião que *“teve maior articulação das comunidades, entre elas, então fortaleceu o próprio movimento quilombola, especificamente, no caso de Morro Seco, essa movimentação maior”*.

pressionou para que o INCRA avançasse um pouco mais rápido no processo de indenização dos proprietários não-quilombolas, que tem terra dentro do quilombo”. Ele ressalta que o fortalecimento da organização “está andando pra criar condições que, de repente, pode ser mais favorável do ponto de vista económico para os jovens voltarem para a comunidade do que ficarem trabalhando fora, que é o que acontece hoje com a comunidade de Morro Seco”. Do mesmo modo a CISAM também “observa, num trabalho pós-agenda, é que foi meio que um despertar, pra começar a trabalhar os problemas locais de uma forma mais organizada”. De acordo com ela, a evolução da organização é notória, inclusive “eles fizeram então um projetinho, que é justamente pra fortalecer a agricultura, fazer os mutirões de antigamente, fazer umas roças coletivas, resgatar sementes que eles perderam”; também se trata de “uma comunidade que, pra mim, é um exemplo, até pra outras, como gestão coletiva, e discussão dos problemas, eles tem lá divergências, e todo mundo tem, mas comparado a outras comunidades eles superam isso muito mais fácil.

Liderança Quilombola e Agente Sociambiental

Quanto a conscientização e a instrumentalização, a visão do LQ1 é bastante objetiva politicamente. Para ele, o governo “tem que respeitar, eles tem que fazer o que o povo pede, o que o povo precisa, entender a necessidade. Se a gente não procurar eles tão de braço cruzado e deixa correr o tempo”. Prossegue afirmando ter consciência de que os governantes possuem responsabilidades para com as comunidades: “eles vão trabalhar pra nós, porque nós quem colocamos eles lá, eles não foram simplesmente por querer ir, eles é que são nossos empregados, nós não somos empregados deles”. O LQ1 ainda aponta que atualmente se sente com mais instrumentos, pois “às vezes nós chegava aqui e parava, porque não sabia pra onde ir; agora eu sei como eu tenho que chegar no final”. O ASA ressaltou que “poder é conhecimento. Eu conheço, então vou brigar por uma coisa que eu sei que é assim, o ruim é quando eu não conheço, será que é assim? Aí não dá, é melhor não falar, então quando for brigar, tem que brigar por uma coisa correta.

No que se refere ao fortalecimento comunitário, o LQ1 assegura que a comunidade tem “mais força, mais conhecimento, mais abertura pra gente conseguir as coisas”. De acordo com ele “o ISA nos abriu a mente pra essas coisas, e no contexto

geral... Ela direcionou nós, pra que nós chegasse aonde nós queremos chegar”, e afirma que “até o dia da morte da gente vai lutar, eu estou aqui pra lutar pra isso”.

De acordo com o ASA, a intervenção “mudou a maneira de pensar. Mudou também a maneira de trabalhar. Porque era um trabalho que já vinha acontecendo junto, mas não era um trabalho que tava acontecendo pra nós, juntos, um trabalho nosso”. Na sua visão a comunidade encontra-se mais forte, “não fortes financeiramente, claro que não, mas fortes na interpretação, com raciocínio, e com informações, eu acho que agora nós estamos mais fortes do que nunca, desde que começamos a se informar com o ISA”. Ele reforça que a Agenda fez “com que a comunidade tenha mais coragem, ajuda ter poder pra brigar pelos direitos”.

Quanto à gestão organizacional, tanto o LQ1 como o ASA concordam que a agenda fortaleceu sua organização. O ASA refere que mudou a forma de trabalhar, “porque agora o trabalho é pra associação, quando naquele tempo era um trabalho pra uma pessoa individual”, e acredita que “hoje, como grupo, associação, nós temos bastante força ao exigir nossos direitos”. Também afirma que “depois da Agenda a gente se organizou melhor, isso porque pra nós a Agenda é uma lei”. Este é também o entendimento do LQ1 e, segundo ele, “houve essa mudança e no modo da gente se organizar também, a organização existia (...) mas essa organização agora tem um sentido melhor”.

Focus Group

Para o grupo de sujeitos representado pelos homens da comunidade é o FGH1 quem ressalta que a Agenda Socioambiental deu oportunidades à instrumentalização à conscientização da comunidade. Considera que “já tem autoridade, sabe onde é o meu direito”. Contudo, é o grupo representado pelas mulheres de Morro Seco que proferiu mais referências a este aspecto. Segundo a FGM6, “talvez seja com a ajuda da Agenda, e desses trabalhos que a gente faz, mas de uns 4 anos pra cá a gente vem notando que o povo está mais fortalecido e está mais decidido a ir em busca dos direitos”. De acordo com esta entrevistada, a comunidade vem “buscando novos resultados, devagarinho, buscando mais apoio (...) se envolvendo em projetos”.

Relativamente ao fortalecimento comunitário, o FGH2 afirma identificar que “o coletivo, ele tem muito mais força do que uma pessoa sozinha”, e que a Agenda se configurou como “um grande passo, que a gente não tinha conhecimento do que hoje a

gente tem”. O mesmo entendimento tem o FGH1, e aponta que *“as nossas comunidades era sem conhecimento de muita coisa, não tinha conhecimento. Primeira coisa que a gente não sabia que era quilombo*”. Para o grupo formado pelas mulheres de Morro Seco, de acordo com a FGM4 a comunidade *“trabalha mais de grupo, naqueles tempos não era isso, e trabalhar em grupo é a coisa mais importante*”. Para a FGM2 a Agenda *“veio completar um pouco do conhecimento que a gente tinha [e] hoje, eu pelo menos, eu sinto que qualquer questão, seja pra buscar disto ou aquilo o povo está mais fortalecido*”.

A gestão organizacional também mudou na visão de ambos os grupos. Para o FGH3 *“o pessoal já saiu pra falar com o prefeito, já foi na defensoria pública, já temos alguns projetos em andamento*”, o que, na visão do FGH2, essa alteração se relaciona com o facto da comunidade *“ta se unindo pra poder ter o direito e a força de exigir*”. O grupo representado pelas mulheres de Morro Seco tem uma opinião semelhante, e para a FGM6 a Agenda foi fundamental ao levantar as demandas da comunidade; segundo afirma, *“tem que botar a coisa pra funcionar, porque a gente tem que buscar solução pra acabar com aqueles problemas*”. De acordo com a FGM5 *“na saúde, o que a gente conseguiu foi começar a reformar o postinho, que na época tava abandonado*”.

4.1.1. Indicadores e análise quantitativa da subcategoria: Desenvolvimento comunitário.

Como dissemos anteriormente a subcategoria desenvolvimento comunitário registou a maior parte das referências da categoria em que se insere. Permite-nos perceber se de algum modo a Agenda Socioambiental de Morro Seco possibilitou o desenvolvimento da comunidade e, nesse sentido, identificámos três indicadores: *“conscientização e instrumentalização”*; *“fortalecimento comunitário”*; e *“gestão organizacional”*. Os registos que se observam em cada um destes indicadores, bem como os grupos que os protagonizam, estão apresentados na Figura 13.

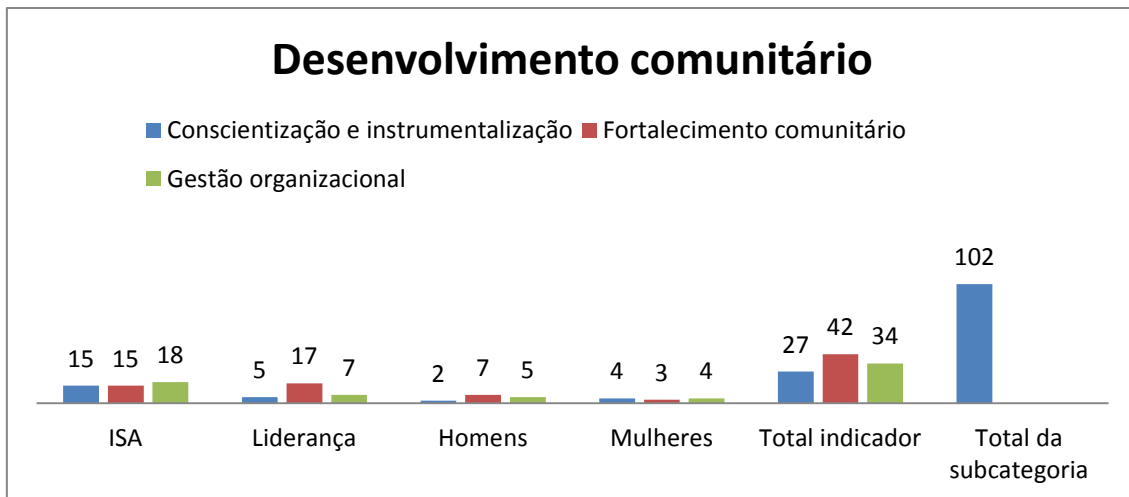


Figura 13: Indicadores da subcategoria de análise “Desenvolvimento comunitário”. Unidades de registo observadas nos vários participantes

Conseguimos verificar que o indicador que contabilizou mais registos foi o “fortalecimento comunitário”, com 42 unidades de significado; em seguida, com 34 registos temos o indicador “gestão organizacional”; por fim, o indicador “conscientização e instrumentalização” somou 27 referências.

Notamos, também, que foi o grupo de coordenadores do ISA quem mais se referiu a esta subcategoria, seguido do grupo formado pela liderança quilombola e o Agente Socioambiental, do grupo representado pelos homens da comunidade e, finalmente, do grupo formado pelas mulheres de Morro Seco.

No que se refere ao indicador “conscientização e instrumentalização”, que agrega as unidades de registo que se reportam à conscientização e instrumentalização ambiental, territorial, política, económica, social e comunitária, foi a coordenação do ISA quem mais referenciou esse aspeto. Conforme podemos observar na apresentação descritiva apresentada anteriormente, para o instituto configurava-se essencial que a comunidade se conscientizasse sobre os mais variados temas e que possuísse diversos instrumentos, no sentido de se desenvolver de modo sustentável, na procura de melhorias de qualidade de vida.

O grupo formado pela liderança Quilombola e pelo Agente Socioambiental opinam que sua Agenda Socioambiental se constituiu como um instrumento de conscientização política e como uma alavanca na procura de soluções para os problemas enfrentados pela comunidade. Para os grupos que representam a comunidade, tanto os homens como as mulheres de Morro Seco identificam a Agenda como um elemento

fundamental, por lhes ter proporcionado conhecimentos e informações essenciais que concorrem para o fortalecimento e para a gestão organizacional da comunidade.

Relativamente ao indicador “fortalecimento comunitário”, que reuniu o maior número de registos da subcategoria e que agrega as unidades de sentido que se relacionam ao empoderamento individual e coletivo e com o fortalecimento económico, político, cultural e com a valorização étnica, é o grupo da Liderança Quilombola e do Agente Socioambiental quem mais o refere. Para eles, a intervenção realizada pelo ISA de facto fortaleceu a comunidade, proporcionou-lhes novas oportunidades, e direcionou-os na luta pelos seus direitos.

Para a coordenação do ISA a Agenda foi fundamental, constituindo-se como um instrumento de empoderamento, individual e coletivo. Possibilitou que a comunidade percecionasse novas oportunidades, se reconhecesse e se, valorizasse, dando-lhe alternativas viáveis, nas quais a própria comunidade era o principal ator do seu processo evolutivo. A visão da comunidade, representada pelos grupos de homens e mulheres de Morro Seco, é semelhante. Eles reconhecem que a Agenda, através do seu conteúdo e da sua metodologia, fez com que os sujeitos se valorizassem, tivessem mais força e mais conhecimento, aspetos fundamentais, tanto para a procura de direitos, como de soluções para suas dificuldades.

Quanto à gestão organizacional, é o grupo de coordenadores do ISA que se pronuncia mais abundantemente (mais da metade das unidades de significado apuradas). Para a coordenação, a Agenda possibilitou maior articulação para o movimento Quilombola, colaborou no Morro Seco para uma regularização territorial, e melhorou o processo organizacional tendo em vista a gestão coletiva. Neste sentido, e para fomentar sua agricultura tradicional, a comunidade teve, inclusive, um projeto com recursos externos aprovado,

Para os grupos que representam a comunidade do Morro Seco, a sua identificação é semelhante com os restantes grupos de entrevistados. Acreditam que a Agenda contribuiu para que passassem a conhecer os seus direitos enquanto comunidade, procurassem alternativas de modo coletivo, com maior união, e buscassem recursos de modo objetivo. Quanto à liderança e ao Agente Socioambiental, ambos concordam que a organização da sua associação melhorou, que passaram a reconhecer-se enquanto grupo, agindo de modo coletivo, inclusive na forma de trabalhar a agricultura tradicional.

4.1.2. Discussão dos resultados da subcategoria: Desenvolvimento comunitário.

A subcategoria desenvolvimento comunitário e seus indicadores nos permite perceber que resultados o processo interventivo proporcionou a comunidade de Morro Seco. É notório no discurso dos sujeitos que esse processo aumentou sua conscientização em diversos aspectos, fortaleceu a comunidade e melhorou sua gestão organizacional. Martins (2007) sugere que a articulação das ONGs, possui como objetivo, superar problemas que fazem da sobrevivência de grandes camadas sociais oprimidas um desafio praticamente diário e que sua metodologia distinta vai desde a promoção social, ao atendimento, treinamento e a educação.

Nesse sentido a intervenção do ISA foi fator fundamental e essencial para a construção, lenta e paulatina do desenvolvimento da comunidade de Morro Seco, pois, conforme observa Litthe (2002) os movimentos socioambientais possuem desde o seu surgimento uma posição de destaque na luta pelos direitos das minorias étnicas e dos povos tradicionais em busca do desenvolvimento sustentável, equilibrado e minimamente compatível com a preservação e a conservação natural.

Mas esse desenvolvimento teve como premissa, conforme pudemos observar, uma formação socioeducativa participativa e principalmente comunitária, social e popular, que assim como Carrillo (2010) observa os movimentos sociais representam o âmago central de uma educação popular, social e comunitária, são eles capazes de transformar cenários, quando, por exemplo, evidenciam a desigualdade social e os limites do sistema no sentido de transformá-lo, ou quando colocam “em circulação outros sentidos acerca do político, do social, da vida digna e da resistência, assim como sua contribuição para fortalecer o tecido social e fazer surgir novas formas de solidariedade e participação social” (p.21).

Nesse sentido a educação entendida como comunitária configura-se como uma importante ferramenta de mudança dos contextos sociais, principalmente da classe carente da sociedade, pois encara a aprendizagem e o conhecimento como instrumentos que promovem e que ampliam a consciência dos indivíduos, sendo adquirida na vida e durante a mesma.

Portanto à semelhança de Ramos (1999) entendemos que esse desenvolvimento coletivo e o crescimento individual dos sujeitos que teve como componente a participação foi indispensável conduzindo os sujeitos a condição de cidadão,

contrariando nosso modelo económico capitalista que como Martins (2007) observa é gerador não de desigualdade social, mas de exclusão social.

Assim como Gutiérrez (1993), verificamos que a educação comunitária, que consideramos presente na ASACQVR, possibilitou o desenvolvimento sócio-político da comunidade de Morro Seco, no sentido de “promover potenciais, político, produtivo e organizativo” (p.24), pois conforme propôs o autor a “educação socialmente produtiva” supõe que ela permita integrar e agregar os processos produtivos, os seus indivíduos ou grupos, possibilitando a construção de “atores reais e conscientes dos processos sociais” (p.26).

Assim, de acordo com Carrillo (2010) encarando a educação como uma prática política, pedagógica e emancipadora verificaremos a sua capacidade de transformação do conjunto social, o que de fato percebemos que ocorreu em Morro Seco. Nesse sentido Gadotti (1993), observa que a “

educação comunitária, como conceito elaborado na prática da educação popular, traz uma nova maneira de entender a associação entre educação e produção: antes, tratava-se de educar para o trabalho (profissionalização); agora trata de educar para produzir autonomamente (cooperativas, microempresas) (p. 20).

Desse modo, entendemos que a Agenda, ao privilegiar a prática educativa comunitária deu primazia ao desenvolvimento das pessoas envolvidas, sem imposição de conteúdos, mas sim trabalhando coletivamente como um processo em que “as experiências de vida dos participantes são consideradas em alto grau” (Marques, 2009, p. 69). Portanto é neste contexto que entendemos que foram oportunizadas soluções para os problemas da comunidade, por ter-se desenvolvido um processo em conjunto, o que promoveu o maior comprometimento e refletiu melhores resultados a comunidade de Morro Seco.

4.2 – Apresentação descritiva da subcategoria: Ambiente, legislação e políticas.

Coordenação do ISA

No que se refere as políticas públicas e à legislação, de acordo com o que aponta o CISAH podemos observar que, mesmo de forma incipiente, a comunidade começou a

ter mais acesse. Nesse sentido ele cita exemplos: a *“política de compra da produção agrícola, com o comércio institucional, principalmente o da merenda escolar, e na compra direta da agricultura familiar pra rede de assistências sociais das prefeituras, o PAA, o PNAE”*. No entanto, observa que as políticas públicas privilegiam o meio urbano, e não há *“essa mesma preocupação do ponto de vista central de governo pra essas comunidades, que também são milhões no Brasil inteiro e que não têm o mesmo volume de investimento. Então, o volume de investimento ele dá o tamanho do reconhecimento que a sociedade tem, que o Estado tem”*. A CISAM destaca que é possível *“observar que melhorou um pouco a questão da renda, também pelo acesso dessas pessoas as políticas públicas do governo, o bolsa família, bolsa escola, aposentadoria”*. Para ela *“a informação que a agenda trouxe eu acho que ajudou eles a acessarem algumas políticas”*. Quanto às práticas agrícolas, o CISAM ressalta que as comunidades *“têm restrição, por exemplo, pra fazer novas roças, pra poder manter viva essa diversidade de variedades agrícolas. Então, ao mesmo tempo, que se reconhece que elas ajudam a conservar, mas por outro lado se cria barreiras pra elas poderem conservar”*. Nesse sentido, a CISAM observa que *“é uma vocação deles ser agricultor, todas as comunidades, só que daí tem as condições pra trabalhar, então precisa melhorar às vezes uma técnica, uma prática, incrementar isso”*. Ressalta, igualmente, que *“Tinha no Morro Seco uma demanda de planejamento e uso sustentável do território, essa demanda foi contemplada”*.

Liderança Quilombola e Agente Socioambiental

É o ASA quem faz referência aos aspetos relacionados com o ambiente, legislação e políticas. Quanto às políticas públicas e legislação, o ASA considera que *“pra nós agricultores, a gente entende que foi um pouco prejudicial o meio ambiente de hoje. Isso pelo fato de que a questão do prejuízo do meio ambiente; não fomos nós que fizemos, e nós estamos pagando o meio ambiente por outros que prejudicou”*. E frisa que é mau executada, pois privilegia grandes latifundiários, com condições de pagar eventuais multas ambientais relacionadas ao desmatamento. Nesse sentido conclui que a lei *“é boa, é, mas é mal executada, porque ai não é lei, ai é dinheiro, então sendo assim pobre não faz nada, porque não tem dinheiro”*. Relativamente às práticas agrícolas, para o ASA *“a maneira de trabalhar no meio ambiente, anteriormente, era bem*

diferente de agora. Não só pelo fato do trabalho, mas da área de trabalho”, e ressalta que é “o ISA que está nos mostrando como é que se deve fazer roça, não roça como a gente fazia, a roça continua igual, só que o modo de fazer a roça, o modo de respeitar o limite, o limite, é o ISA que está nos mostrando, nos ajudando nisso”.

Focus Group

Relativamente à subcategoria ambiente, legislação e políticas, apenas o grupo representado pelos homens da comunidade fez referência a esse aspeto, com um único registo. Quanto às suas práticas agrícolas, para o FCH1 a Agenda pode ter colaborado com a valorização do plantio Quilombola, pois, afirma, ter visto “ *bastante rama plantada, vai ter bastante farinha. Então quer dizer que essas coisas fez a gente lembrar o valor que tem*”.

4.2.1. Indicadores e análise quantitativa da subcategoria: Ambiente, legislação e políticas.

Nessa subcategoria de análise podemos identificar de que modo o ambiente, ou a forma de utilização do ambiente, a legislação ambiental e as políticas públicas implicam no quotidiano da vida da comunidade do Morro Seco. Distinguimos, nesse sentido, dois indicadores: “políticas públicas e legislação” e “práticas agrícolas”, que nos permitiram perceber a inter-relação entre eles. A Figura 14 que apresentamos abaixo demonstra a distribuição das unidades de sentido por indicador, e a distribuição dos registos por grupo de análise.

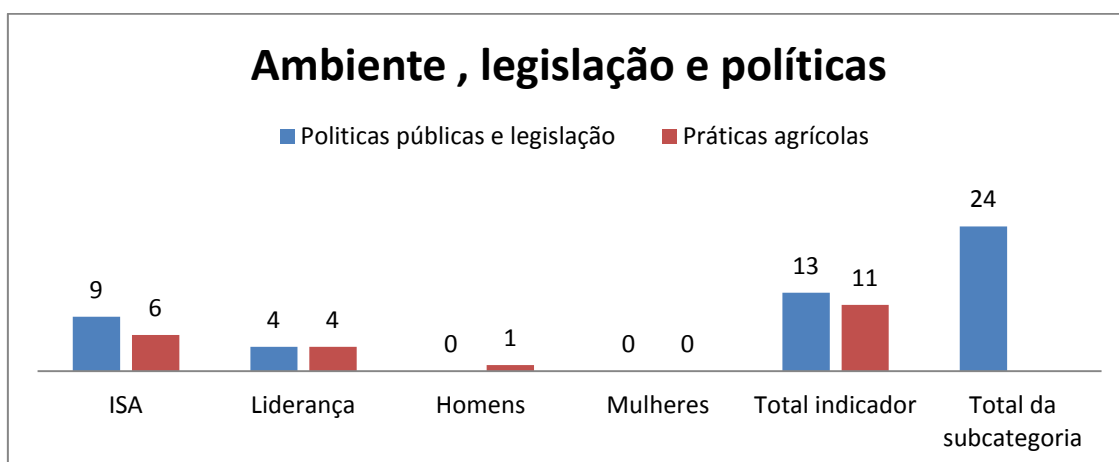


Figura 14: distribuição das unidades de registo da subcategoria de análise “Ambiente, legislação e políticas”. Unidades de registo observadas nos vários participantes

Verificamos, claramente, na Figura 14, que os grupos que representam a comunidade de Morro Seco praticamente não fazem referência a esse aspeto, apenas os homens, com 1 registo. Contudo, os grupos formados pela coordenação do ISA e pela liderança Quilombola e Agente Socioambiental trazem-nos considerações importantes.

Relativamente ao indicador políticas públicas e legislação, com 13 registos, observamos que o grupo de coordenadores do ISA foi quem nos apontou a maior quantidade de referências, seguido da liderança Quilombola e Agente Socioambiental. Esse indicador reporta-se às unidades de sentido em que são estabelecidos vínculos com o acesso às políticas públicas e à legislação ambiental, bem como aos entraves relacionados a elas. Percebemos que para o grupo de coordenação do ISA as comunidades Quilombolas, especialmente o Morro Seco, têm mais acesso a algumas políticas públicas do governo, entretanto falta investimento público e recursos financeiros que, de facto, apoiem essas comunidades, colaborando com seu desenvolvimento. Já para a liderança Quilombola e para o Agente Socioambiental, a legislação ambiental trouxe impactos negativos, implicando diretamente o seu modo de vida, legislação que segundo esse grupo privilegia o grande produtor rural e prejudica o pequeno agricultor tradicional.

Quanto ao indicador “práticas agrícolas”, que se reporta às unidades de sentido relacionadas com os processos Quilombolas, observamos que é novamente o grupo de coordenação do ISA quem mais se pronuncia sobre este aspeto, seguido do grupo formado pela liderança Quilombola e Agente Socioambiental e do grupo formado pelos homens de Morro Seco, que apresentou apenas 1 registo. O grupo de coordenadores do ISA considera que a legislação, focada na conservação e preservação da biodiversidade, restringe a agricultura tradicional Quilombola, o que se reflete em implicações significativas para o seu modo de vida, já que a agricultura se configura como um meio de subsistência. De acordo com eles, torna-se imprescindível o estabelecimento de condições que favoreçam essas comunidades, levando em consideração o facto da sua agricultura ser ambientalmente compatível e muitas vezes sustentável. Para a liderança e para o Agente, a restrição da área de plantio configura-se como um grande entrave. Contudo, e de acordo com o FGH1, do grupo formado pelos homens de Morro Seco, o ISA tem direccionado a comunidade no sentido de mostrar formas de utilização legalmente corretas do território.

4.2.2. *Discussão dos resultados da subcategoria: Ambiente e manejo.*

Arruda (1999) considera que entre as consequências da política conservacionista dos recursos naturais surge o agravamento das condições de vida das populações tradicionais, que enfrentam o crescimento de conflitos rurais. impedimento para exploração de recursos, mesmo que de forma sustentável. Refere ainda a falta de garantia de sua reprodução sociocultural, entre outros. Na perspectiva do autor, tais políticas ambientais apresentam-se como repressivas “e contra os interesses e necessidades das populações locais” (p. 86).

Conforme já referimos anteriormente, restrições legais que têm como objetivo a conservação da Mata Atlântica, tornam obrigatória, para utilização e ocupação do solo, a obtenção de licenças ambientais. Passou a ser necessário um título de propriedade, tarefa praticamente impossível, uma vez que a maioria das comunidades do Vale do Ribeira ainda não possui titulação (Júnior et al., 2008).

Nesse sentido, podemos perceber a razão pela qual a comunidade em estudo conclui que a política Brasileira e a sua legislação têm um efeito prejudicial, não identificam benefícios para sua comunidade. O ISA aponta que entre os fatores que tornam o Vale do Ribeira uma região singular é o facto de existirem áreas preservadas que não estão apenas nas UCs, mas nos territórios da populações tradicionais, onde predomina a pequena agricultura de subsistência. Portanto, a preservação ambiental é a vocação natural do Vale do Ribeira, e é a razão pela qual, tanto o governo como as organizações não-governamentais, vêm apostando em projetos de desenvolvimento sustentável na região (ISA *web page*). Portanto, a legislação e as políticas podem ser entendidas como paradoxais, ou, como aponta o Agente Socioambiental, mal executadas.

Mas devemos considerar, à semelhança de Oliveira (1999), que, em consequência de perturbações ou interações, internas ou externas, ou ainda pela “flexibilização das regras auto-organizacionais de um estado para outro da existência do sistema” (p. 39), os sujeitos, as populações, as comunidades aprendem e transformam seu comportamento, com o objetivo de “garantir sua sobrevivência organizacional (...) o organismo aprende a criar outros mecanismos e ou componentes que garantam a manutenção da sua lógica organizacional, logo, sua sobrevivência” (pp. 39-40).

Essas perturbações - no caso, externas - as quais nos referimos, fazem com que a comunidade, pelo que podemos perceber no discurso dos sujeitos, reestabeçam sua

agricultura tradicional, primeiramente pelos impedimentos legais a que foram submetidos e, em segundo lugar, pelo apoio do ISA e da sua intervenção que lhes trouxe um outro modo de ver as suas práticas agrícolas.

Ao se encontrarem ambientalmente condicionados, o seu conhecimento orgânico evoluiu e adaptou-se, o que nos leva a entender, como sugere Oliveira (1999), que esses sujeitos - ao observarem e agregarem novos conhecimentos ou impedimentos – estabeleceram, no sentido de garantir sua sobrevivência organizacional, uma nova forma de convivência com o meio, na medida em que foram construindo, continuamente, o seu conhecimento orgânico à medida em que foram aprendendo.

4.3 – Apresentação descritiva da subcategoria: Sustentabilidade e continuidade do programa.

Coordenação do ISA

Conforme afirma o CISAH, *“a publicação, ela é um registro que esta ali de momento, mas o mais importante é que o processo continua, quer dizer, ele não está terminado, ele é contínuo, da comunidade, esse é o valor principal, esse é o produto principal, o resultado principal do processo da Agenda”*. Portanto, a própria publicação tornou-se um elemento de acompanhamento e de direcionamento da comunidade. Nesse sentido, a CISAM observa que *“cerca de 2010, 2011, o ISA conseguiu mais um apoio do FNMA pra continuar esse processo da agenda, nesse sentido de aprofundar o planejamento do território”*, e que o ISA, *“a partir da Agenda nós começamos a fomentar a feira de sementes todo ano”*. Para o CISAH a Agenda representa um instrumento de consulta comunitária, pois *“a Agenda ela não é uma coisa, ela não ficou só aquela fotografia de momento, ela virou uma coisa permanente”*. Ele ressalta que *“registrar de forma impressa aquilo que vinha sendo passado de forma oral, então é uma segurança melhor pro futuro da comunidade pra não se perder determinadas informações, na medida que vai se perdendo, que os velhos vão morrendo”*. De acordo com a CISAM, a maior parte das comunidades, não apenas Morro Seco, *“incorporou como um documento que é deles e que se alguém vier e quiser fazer um projeto, as demandas estão ali”*. Considera que esse processo se sustenta a si próprio, *“porque daí você não deixou aquilo morrer e é muito usado ainda, pelo Estado, pelas organizações que vem aqui trabalhar”*.

Liderança Quilombola e Agente Socioambiental.

Para a liderança Quilombola e para o ASA existe, por parte do ISA e de outras entidades, o acompanhamento e o direcionamento à comunidade. Segundo o LQ1 “o ISA é um que vem, nos ensina, direciona, conta como é que é, conta como é que nós podemos chegar lá, como que podemos conseguir isso que nós estamos querendo”. Do mesmo modo entende o ASA. De acordo com ele, “o ISA é um parceiro 100%, porque todas as dúvidas que a gente nem tem eles passam pra gente. E se não fossem essas informações a gente podia ter caído numa pior, porque a gente não sabia. Então por isso que eu digo, o ISA pra nós é um companheiro”. Quanto à Agenda se ter tornado num instrumento de consulta comunitária, para o LQ1 a comunidade possui “além do estatuto nós temos a Agenda”, e o ASA afirma que “enquanto nós não chegar a resolver esses problemas a nossa agenda continua viva, porque nós estamos tentando realizar aquilo que está lá, nunca abandonar ela, porque ela é uma lei”.

Focus Group

O grupo formado pelas mulheres da comunidade de Morro Seco também verifica que há acompanhamento e direcionamento por parte do ISA e de outras entidades, e isso fica muito claro no discurso da FGM6. Segundo ela, “vem ISA e fala, vem ITESP e fala, vem CAT e fala, e a gente tem que se organizar e buscar, porque o ITESP, o ISA, a EAACONE, todas essas organizações que trabalham com a gente eles não vem aqui pra fazer pra gente, mas vem pra informar a gente, pra gente buscar”. Para o grupo formado pelos homens da comunidade, o FGH1 afirma que o ISA os direciona, e oferece diretrizes à comunidade, através de informação. De acordo com este entrevistado, “é uma mudança de informação, informação de que como a gente pode agir, de como a gente pode chegar lá, das beiradas que a gente tem que tomar pra chegar onde a gente quer”. Para o FGH2, a comunidade dá continuidade à Agenda: “a gente trabalha as demandas e tem muita coisa pra fazer” e a FGM6 afirma que “é baseando-se nessas demandas que a gente vai em busca, e mais conhecimento”.

4.3.1. Indicadores e análise quantitativa da subcategoria: Sustentabilidade e continuidade do programa.

O fio condutor desta investigação é identificar se a ASACQVR estabeleceu estratégias que possibilitassem a continuidade ou a sustentabilidade desse projeto. Nesta subcategoria de análise procurámos perceber se a Agenda desenvolveu algum dispositivo nesse sentido. Na análise de conteúdo efetuada foram identificados dois indicadores que nos permitem perceber se tal ocorreu. São eles: “acompanhamento e direcionamento” e “instrumento de consulta comunitária”. A seguir, a Figura 15 ilustra de que modo as unidades de sentido se distribuem, e como os grupos em estudo se pronunciam relativamente aos indicadores da subcategoria.

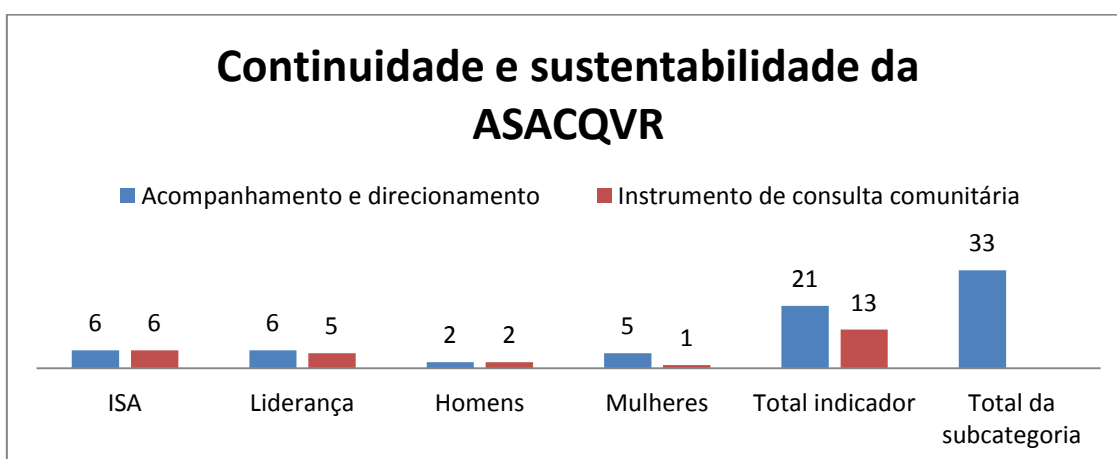


Figura 15: Indicadores da subcategoria de análise “Continuidade e sustentabilidade da ASACQVR”. Unidades de registo observadas nos vários participantes

Através da figura é possível percebermos que em todos os grupos foram apuradas unidades de significado que se relacionam com ambos indicadores, sendo a coordenação do ISA o grupo que mais apontamentos fez nesse sentido, seguido da liderança, do grupo formado pelas mulheres de Morro Seco e, finalmente, pelo grupo de homens.

“Acompanhamento e direcionamento” foi o indicador que mais registos contabilizou, 21 dos 33 recolhidos nesta subcategoria. Este indicador reporta-se ao direcionamento e ao acompanhamento à comunidade de Morro Seco. O grupo de coordenação do ISA acredita que a Agenda, apesar de ter sido uma “fotografia de momento”, estabeleceu, com a comunidade de Morro Seco, uma relação de continuidade. Ou seja, enquanto as necessidades identificadas não forem satisfeitas, o processo continuará. Além disso, o instituto aponta que outros recursos e fomentos

externos foram adquiridos para que se aprofundassem determinadas questões da comunidade, entre eles o planeamento territorial. Para esse grupo foi também importante a oportunidade de registar a “memória comunitária”, de modo a que as informações não se perdessem com o correr do tempo. Para a liderança Quilombola e para o Agente Socioambiental, tanto o ISA como outras instituições estão sempre dispostas a colaborar com a comunidade de Morro Seco, o que demonstra que esse acompanhamento é permanente. O mesmo é verificado pelo grupo formado pelas mulheres e pelos homens da comunidade de Morro Seco.

Relativamente ao indicador “instrumento de consulta comunitária”, que inclui as unidades de sentido que se reportam à utilização da Agenda como um elemento de apoio comunitário, podemos constatar que o grupo formado pelo ISA foi quem mais se pronunciou (mais da metade do total de 11 registos desse indicador). Para esse grupo, a Agenda, em si, pelo seu formato e conteúdo, configura-se como um instrumento de consulta, pois as informações que ali constam são um retrato da comunidade, das suas necessidades, mas também das suas oportunidades. Concluem que não apenas o ISA e a comunidade utilizam esse instrumento, mas outras organizações também a consultam.

O grupo formado pela liderança Quilombola e Agente Socioambiental entendem e interpretam a Agenda do Morro Seco como uma “lei”, e internalizaram-na como um segundo estatuto, que rege sua associação comunitária. Para este grupo, enquanto as necessidades que foram identificadas não forem atendidas, a Agenda da comunidade será sempre consultada e utilizada. De igual modo, os grupos representados pelos homens e pelas mulheres de Morro Seco afirmam trabalhar, constantemente, na satisfação dessas necessidades, sendo, a partir delas, que a comunidade vai à procura de suas soluções.

4.3.2. Discussão dos resultados da subcategoria: Sustentabilidade e continuidade do programa.

Como podemos perceber na análise descritiva e quantitativa desta subcategoria, a Agenda, tanto do ponto de vista formal como na sua substância, é um elemento que acompanha e direciona a comunidade, oferecendo diretrizes contínuas para o seu desenvolvimento, tanto para o ISA como para outras entidades que acompanham e direcionam, constantemente, a comunidade de Morro Seco. O facto da Agenda incluir problemas a serem trabalhados pela comunidade, é a principal razão dela ser

permanente; constitui-se, portanto, como o principal instrumento de continuidade e de sustentabilidade desse projeto. No entanto, a comunidade teve que entender e internalizar esse produto dessa forma, caso contrário a Agenda tornava-se, apenas, numa publicação votada ao esquecimento. Entretanto a comunidade e sua liderança fizeram desse documento uma lei interna, um registo a ser seguido e trabalhado continuamente. De facto notamos que a presença do ISA e de outras instituições fazem com que a comunidade dê prioridade para a solução de seus problemas, das suas necessidades e, para tal, o uso da Agenda e o auxílio que ela presta são fundamentais.

Para o ISA, a Agenda, que foi publicada em 2008, denuncia desafios importantes que as comunidades enfrentam, tais como a gestão integrada dos seus territórios, pelo que o respeito que deve ser dado ao que ela refere pode garantir a sustentabilidade socioambiental. Dessa forma, é necessário que cada comunidade dê continuidade a esse processo, a partir das prioridades estabelecidas, facto que foi comprovado na comunidade quilombola de Morro Seco após os seis anos de publicação do projeto.

3.4 – Apresentação descritiva da subcategoria: Percepção ou senso comum.

Coordenação do ISA

A CISAM afirma que a Agenda de Morro Seco trouxe algumas transformações para a comunidade De acordo com ela, *“isso é a sementinha que foi plantada lá atrás e que só veio isso pra comunidade porque teve um projeto direcionado, em cima das demandas da agenda, e aí trouxe essa transformação”*. A procura em dar resposta às prioridades, na sua opinião, foi cerca de *“uns 50% deu pra conseguir começar a atender, não em todas as comunidades, mas em Morro Seco por exemplo, e ainda tem muito pra fazer”*. No que concerne ao não atendimento (ou as dificuldades para cumprir com as prioridades reveladas pela Agenda), o CISAM afirma que *“falta é ser levado a sério, que vai até do ponto de vista de orçamento, seja no orçamento do município, do Estado, do governo federal”*. E ressalta que *“ainda está longe, falo assim deles irem pro centro da preocupação também na política do país. Isso eu to falando no âmbito nacional, mas isso é no âmbito estadual e também no próprio município, que no município também as vezes tem uma relação de preconceito muito grande ainda com essas comunidades tradicionais. Na visão da CISAM, “precisa dar o segundo passo, e*

esse segundo passo, volto naquela questão que te falei, é aprofundar esse planejamento de uso em cada comunidade”. Segundo ela, é preciso “trabalhar ali no dia-a-dia, do fortalecimento local da associação, do entendimento do que é o território coletivo, que é um trabalho que a gente conseguiu afunilar em São Pedro e Morro Seco.

Liderança Quilombola e Agente Socioambiental

A percepção do LQ1 é que *“falta vontade pública, não é dos órgãos que nos ajudam, não é do ISA, e nós estamos falando do ISA, é dos órgãos públicos, que não sei, negócio de processo, burocracia do processo”*. Contudo, o ASA admite que *“talvez seja falha nossa. De não ir no tempo certo, de atrasar, ou ainda não termos ido, porque você sabe que quando a gente quer as coisas a gente tem que correr atrás, e acho que alguma demanda dessa que atrasou quer dizer que entraves de alguns foi problema nosso mesmo. Ele admite, no entanto, perceber que “o meio ambiente mudou totalmente, da maneira que nós vinha e da maneira que nós estamos vivendo hoje, a partir do quilombo pra cá”, e LQ1 ressalta que “agora o resultado é melhor ainda. A gente está vendo o fruto”*.

Focus Group

De acordo com o grupo dos homens de Morro Seco, percebem-se alterações no cenário da comunidade. Para o FGH1 *“o desenvolvimento foi isso aí, que de 7 anos pra cá começou a melhorar muito, habitação, educação, religião”*. Por seu lado, o FGH2 afirma que essa mudança não se restringem ao Morro Seco: *“a gente tem muito encontro com essas outras comunidades também, que eu acredito que, no modo que eles vivem, eles eram que nem nós, e hoje eles também estão bem desenvolvido”*. E, de um modo geral, o FGH4 aponta que *“mudou bastante, mudou pra melhor”*.

Entretanto a visão do grupo formado pelas mulheres da comunidade é diferente, e para elas nenhuma mudança ou alteração foi percebida. Segundo afirma a FGM5, *“na visão da gente continua a mesma coisa, porque é nossa história, o que a gente conhece, o que a gente vive, agora na prática tá um pouco devagar ainda, pouco não, bastante”*. Opinião idêntica possui a FGHS, ao afirmar que, na sua visão, nenhuma necessidade foi satisfeita: *“Problema de estrada continua a mesma coisa, saúde continua a mesma*

coisa, educação também”, e completa “não mudou, porque nós vivemos no Brasil”. Elas explicam as dificuldades para resolver estes problemas pela “falta de vontade por parte do governo”. A FGHS exemplifica, ao dizer que a comunidade “vai lá, corre, fala, fala, não tem resposta, diz que o material vai essa semana, na semana que vem, essa semana que vem sempre vem, sempre vem, e continua a mesma coisa, não tem jeito” Esta opinião é partilhada pela FGM5, ao considerar que “prefeito nenhum nos apoiou aqui”.

4.4.1. Indicadores e análise quantitativa da subcategoria: Percepção ou senso comum.

Como dissemos no capítulo da metodologia, o propósito desta investigação não é o de aferir a capacidade de resposta às necessidades identificadas pela comunidade em estudo. No entanto, não podíamos deixar de tentar perceber se foi ou não atendida alguma delas, após os seis anos de publicação da ASACQVR, inclusive porque compreender o modo como a comunidade vem trabalhando esse processo nos permite identificar o atual cenário de Morro Seco. Nesse sentido, procurámos perceber de que forma o ISA e a comunidade percebem esse aspeto. É neste contexto que surge a subcategoria “percepção ou senso comum”, na qual emergiram dois indicadores, nomeadamente “atendimento das demandas” e “dificuldades para o atendimento das demandas”. A distribuição das unidades de registo da subcategoria está representada na Figura 16.

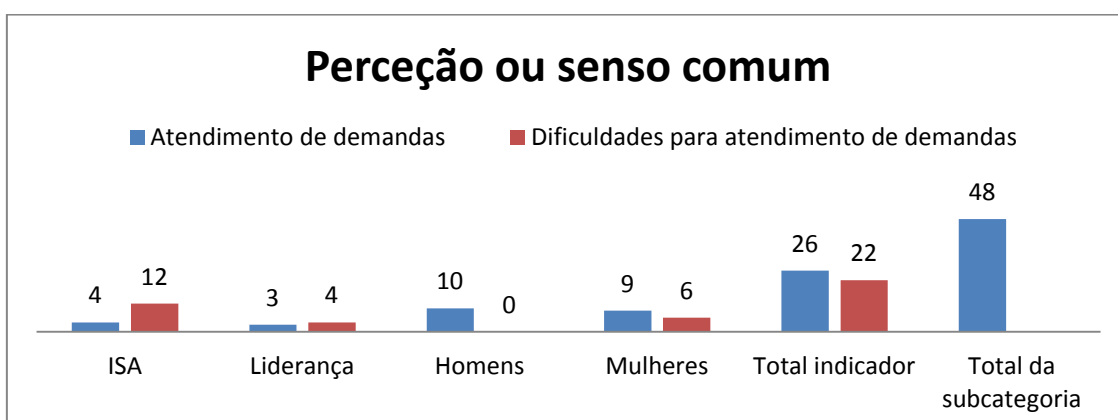


Figura 16: Indicadores da subcategoria de análise “Percepção ou senso comum”. Unidades de registo observadas nos vários participantes

Podemos observar na Figura 16 acima que o indicador “atendimento das demandas” foi o que mais registou mais unidades de significado, a maior parte delas referenciada pelos grupos que representam a comunidade de Morro Seco. Do total de 26 registros, 19 são provenientes desses dois grupos. Quanto ao indicador “dificuldades para o atendimento das demandas”, notamos que foi o grupo de coordenação do ISA quem mais fez referências a este aspecto, e que o grupo formado pelos homens da comunidade não lhe fez nenhuma referência.

Relativamente ao indicador “atendimento das demandas”, que engloba as unidades de sentido que se reportam ao cumprimento, e ao não cumprimento, das metas estabelecidas na Agenda de Morro Seco, podemos notar, na análise descritiva, que o olhar do grupo das mulheres da comunidade é muito divergente dos demais grupos, podemos dizer, inclusive, que é contrário. Para elas o Morro Seco encontra-se estagnado, sem nenhuma alteração de cenário, ou seja, continua a mesma comunidade de sempre. Entretanto a visão do grupo formado pelos homens é completamente diferente; verificam diversas mudanças em Morro Seco e até em outras comunidades. Para a liderança Quilombola e para o Agente Socioambiental a principal transformação foi no modo de trabalhar no ambiente que, segundo eles, mudou completamente. O grupo formado pela coordenação do ISA identifica pequenas transformações, e arrisca dizer que acredita terem iniciado o atendimento de cerca de 50% das demandas levantadas na Agenda.

Entre as dificuldades para o não atendimento das demandas um fator foi unanimemente referido pelos grupos em estudo: a falta de apoio por parte dos líderes do governo. Para o grupo de coordenadores do ISA a questão do direcionamento do orçamento público, que contemple e inclua essas comunidades, é o principal entrave para seu desenvolvimento e, para além disso, referem a falta de proximidade e de aprofundamento das questões Quilombolas. A liderança e o agente citam que a burocracia se configura como uma dificuldade, mas alegam que, de certo modo, a comunidade precisa interessar-se mais, empenhar-se na procura das próprias soluções. O grupo dos homens não referencia qualquer dificuldade, entretanto as mulheres de Morro Seco ressaltam não ter qualquer apoio por parte das prefeituras municipais das cidades do Vale do Ribeira.

4.4.2. Discussão dos resultados da subcategoria: Percepção ou senso comum.

Mesmo divergente entre os grupos, a percepção da maior parte dos sujeitos é que, após a intervenção do ISA, muita coisa mudou em Morro Seco. Podemos citar que houve um aprofundamento, por parte do ISA, que efetuou um projeto com vista ao planejamento territorial da comunidade, e que hoje se verificam novas possibilidades de uso do seu território, como o turismo sustentável, por exemplo. A relação com o ambiente também se alterou e, com mais e melhores informações, a comunidade não corre mais o risco de cair na criminalidade, pois, conforme observa Arruda (1999), a sobrevivência desses povos se fundamenta na caça, na pesca, na extração de produtos da floresta e na implementação de roças tradicionais, transformaram-se, muitas vezes, em crimes ambientais que se refletem em perseguições e penas jurídicas. Outro fator relaciona-se com a instrumentalização da comunidade, que constrói projetos por si e, inclusive, já teve um projeto aprovado que vai apoiar a agricultura tradicional quilombola.

Entretanto, e como percebemos na análise descritiva e quantitativa, o principal entrave para a concretização da intervenção proposta pela Agenda é o apoio público. A exemplo, a titulação territorial é um processo muito lento e esta tramitação burocrática prejudica, diretamente, o modo de vida destas comunidades.

Avaliar a percepção dos sujeitos ou grupos de sujeitos sobre a problemática em estudo é uma tarefa difícil. No entanto, se analisarmos as motivações iniciais que influenciaram a construção e desenvolvimento da Agenda quilombola de Morro Seco, as diversas subcategorias que o nosso trabalho explorou permitem-nos concluir que, de facto, aconteceram transformações na comunidade, seja pelo seu modo de trabalhar, pelo processo de construção de novos conhecimentos, pela internalização dos conteúdos trabalhados, pelo desenvolvimento de suas capacidades (individuais e coletivas), pelo fortalecimento comunitário, pela melhoria da sua gestão organizacional. Estes - entre outros fatores que não analisámos na presente investigação mas que também podem ter dado algum contributo - colaboram para que Morro Seco continue a evoluir, continuamente, ainda que nem todos os sujeitos percebam este fenómeno da mesma forma.

Conclusões

Com esta investigação procurámos explorar os possíveis impactos e resultados da ASACQVR, especificamente na comunidade de Morro Seco. Pretendemos perceber de que modo o ISA – que realizou a intervenção – e a comunidade - a destinatária -, percecionavam esse trabalho após seis anos de publicação da Agenda Quilombola.

Neste ponto das conclusões, de acordo com os nossos objetivos, e já na posse dos resultados que apurámos, tentaremos responder às seguintes questões de investigação a que nos propusemos:

1. O que motivou o ISA a desenvolver a ASACQVR, e que razões ou interesses levaram a comunidade de Morro Seco a participar desse processo?
2. De que modo essa intervenção foi construída e desenvolvida na comunidade?
3. Que resultados e/ou impactos podem ser mensurados após esses seis anos de publicação da ASACQVR?

Relativamente ao primeiro ponto, que nomeámos de Motivações iniciais, esta categoria de análise fez-nos refletir sobre aos estímulos motivacionais que levaram o ISA e as comunidades, em especial a de Morro Seco, a desenvolverem a ASACQVR.

Ao analisarmos as subcategorias desta categoria de análise é possível percebermos o seu inter-relacionamento e complementaridade, pois cada uma delas nos remete para motivações inerentes a cada grupo em estudo. Evidenciámos que nem todos os sujeitos fazem referência às questões e aos temas abordados no nosso estudo, mas cada fator e aspeto representou uma fatia motivacional, na qual a literatura demonstra relações entre os indicadores e os nossos resultados.

Com a análise da categoria “Motivações iniciais”, concluímos que as dificuldades das comunidades do Vale do Ribeira são enormes, e há décadas que os povos tradicionais da região vêm lutando para manter o seu modo de vida e as suas tradições. Batalham pela sobrevivência dos seus povos, pela preservação das suas raízes etnoculturais e pela conservação territorial e do ambiente.

No entanto, também entendemos que as comunidades do Vale do Ribeira não estão sozinhas. O próprio governo Brasileiro, Federal e Estadual, com uma legislação paradoxal quando pensamos em unidades de conservação e povos tradicionais, procura reconhecer e identificar, ainda que de forma lenta e burocrática, o direito dessas

comunidades ao território. Entretanto, deixa de viabilizar políticas públicas que contribuam para o seu desenvolvimento, ainda que ele seja considerado, por diversos autores, sustentável em muitos aspetos.

Os movimentos sociais e ambientais, assim como as entidades não-governamentais, também têm tido um papel relevante quando o assunto é a proteção dos povos e conservação florestal. Configuram-se como instrumentos importantes para o país na defesa dessas causas, seja pelo seu conhecimento técnico, pela sua notoriedade mediática ou, ainda, pelo simples acolhimento e colaboração para a construção de alternativas de desenvolvimento que contemplem essas comunidades.

O ISA atua no Vale do Ribeira desde a década de 90, e entendeu que era necessário uma intervenção na região, que abriga, para além das comunidades tradicionais – índios, caiçaras, quilombolas – a maior área remanescente de mata atlântica de todo o país. Desse modo, a partir de 2004 iniciou o processo de elaboração de uma Agenda para região (nos moldes da Agenda 21), e estabeleceu que, para esse trabalho, as comunidades quilombolas representariam a população tradicional que faria parte desse projeto, por entender que, naquele momento, essa era a população mais fragilizada no Vale do Ribeira.

Esse processo incluiu 14 das 51 comunidades quilombolas do Vale, e foi concebido através de um modelo participativo. Este permitiu “partilhar estratégias comuns em busca da melhoria da qualidade de vida das comunidades e da sustentabilidade ambiental” (ASACQVR, 2008, p. 5), o que evidencia a necessidade e o estímulo motivacional que levou a entidade e a comunidade a empreenderem conjuntamente nesse projeto.

A conceção da Agenda Quilombola corresponde ao nosso segundo ponto de análise, nomeadamente a sua forma de construção e o desenvolvimento da Agenda. O nosso principal interesse foi identificar o processo interventivo, como se estabeleceu na visão do ISA, mas, sobretudo, perceber como é que a comunidade de Morro Seco compreendeu e vivenciou essa intervenção.

Primeiramente era fundamental fazer um diagnóstico da situação real em que se encontravam essas comunidades, que necessidades, dificuldades e oportunidades apresentavam. Segundo a perspectiva do ISA, esse levantamento deveria ser participativo, integrar as comunidades, e considerar os seus conhecimentos seculares na região, possibilitando, desse modo, a elaboração de estratégias e de planos de desenvolvimento voltados para a realidade local.

Um processo ativamente participativo contou com a formação de um Agente Socioambiental, um elo entre a comunidade e o ISA. Mas não apenas o Agente participou; a comunidade dialogou com a entidade, validou informações e participou em oficinas, que tinham como objetivo a formação dos sujeitos e a internalização das propostas e dos conteúdos. Para além disso, trouxe, para o ISA, conhecimentos e informações relevantes sobre as suas técnicas, sobre o modo como a comunidade vivia, e como sobreviveram durante tanto tempo praticamente isolados. Um processo claramente socioeducativo e formativo.

Nesse sentido, e de acordo com os dados recolhidos junto dos sujeitos em estudo, concluímos, que desse processo interventivo participativo, houve, de facto, a internalização de conteúdos por parte da comunidade. Essa internalização possibilitou maior autonomia aos sujeitos, permitiu-lhes que compreendessem a complexidade do projeto e que assumissem o seu desenvolvimento e a sua consciência numa lógica de educação ao longo da vida, para a vida, e na vida da comunidade de Morro Seco. Outro dos ganhos a assinalar neste processo foi o desenvolvimento de uma rede de cooperação, com maior participação e solidariedade dos sujeitos envolvidos.

Efetivamente tratou-se de uma educação fundamentalmente comunitária, que contribuiu - e ainda contribui - para o desenvolvimento da comunidade de Morro Seco. Nela encontramos a educação de jovens e adultos, a formação de líderes, a formação cidadã, a incidência em políticas públicas, a economia solidária, a democracia e a participação local, e ainda o desenvolvimento pensado de modo alternativo (Carrillo, 2010). Na opinião de Gadotti e Gutiérrez (1993), fundamentou-se “no reconhecimento da diversidade cultural, na economia popular, na multiculturalidade, no desenvolvimento da autonomia das pessoas” (p.8) e do grupo, com o objetivo de promover a cidadania ativa dos sujeitos.

Mas a Agenda ultrapassou os limites do Vale e não se reduziu às colectividades e ao instituto. Foi levada ao conhecimento público, retirando as comunidades do isolamento e da invisibilidade social em que se encontravam, e colocou-as em posição de destaque na luta pelos seus direitos, contribuindo, deste modo, para a valorização e para o reconhecimento identitário e territorial. Assim, publicação contribuiu para a implementação de políticas e de projetos voltados para a realidade local; colaborou, de modo estratégico e sustentável, com a manutenção e a melhoria das condições de vida do povo quilombola; e contemplou, simultaneamente, a conservação do território que

compreende a mais importante remanescente da Mata Atlântica, um património da humanidade.

É de notar que a própria construção e o desenvolvimento da ASACQVR pode configurar-se como um resultado da Agenda na comunidade de Morro Seco. Entretanto falta-nos concluir a terceira parte, ou bloco de análise, onde apurámos outros resultados e impactos desse projeto na comunidade.

A nossa conclusão geral é que a Agenda possibilitou o desenvolvimento comunitário. Concluimos que esse processo foi fundamental, porque aumentou a conscientização dos sujeitos e lhes ofereceu novos instrumentos. Também fortaleceu a comunidade, indo ao encontro com o objetivo geral da Agenda, e possibilitou a melhoria na sua gestão organizacional. Mas entendemos que tal só foi possível mediante um processo interventivo muito bem elaborado, que privilegiou a participação ativa, e que considerou os conhecimentos tradicionais. A comunidade tomou a Agenda como um documento interno, como uma lei.

Ao ganhar novos instrumentos, conhecimentos e informações, a comunidade foi-se transformando e, para além de objetivar suas próprias soluções, teve, através desse processo socioeducativo, uma internalização que permanecerá ao longo das vidas dos habitantes destes povos. Esta forma de educação, entendida como comunitária, configurou-se como uma importante ferramenta de mudança, encarando a aprendizagem e o conhecimento como instrumentos que promovem e ampliam a consciência dos indivíduos, sendo adquirida na vida e durante a mesma.

No que se refere às práticas agrícolas tradicionais quilombolas, percebe-se que a política brasileira tem falhas, ou, em alguns aspetos, é mal executada. Entretanto, com o apoio do ISA, mas sobretudo por se adaptarem e evoluírem, a comunidade tem ultrapassado as suas dificuldades e tem progredido, ainda que restritivamente. Neste sentido, tem mantido a sua vocação agrícola, sustentável e conservadora, e tem conseguido maximizar, através de projetos próprios, a sua agricultura e outras soluções viáveis economicamente, com vista à garantia da sua sobrevivência organizacional.

Os resultados que apurámos também nos permitem inferir que a Agenda, através da sua metodologia e de seu conteúdo, configurou-se como um elemento que acompanha e direciona a comunidade. Para tal, oferece diretrizes contínuas para o seu desenvolvimento e inclui problemas a serem trabalhados pela comunidade, constituindo-se, portanto, como o principal instrumento de continuidade e de sustentabilidade desse projeto.

Por fim podemos concluir que, relativamente às prioridades estabelecidas pela Agenda – e que ficaram em segundo plano desse trabalho – a percepção comum dos sujeitos que participaram no nosso estudo é que após a intervenção do ISA muita coisa mudou em Morro Seco. Atualmente verificam-se novas possibilidades de uso do seu território, a relação com o ambiente também se alterou, e a instrumentalização da comunidade também é distinta. Sobre este último indicador de mudança, refira-se que a comunidade já teve um projeto aprovado, que vai apoiar a agricultura tradicional quilombola. O que parecia ser uma impossibilidade, dado o fraco apoio dado pelo governo, seja ele municipal, estadual ou federal, é já uma realidade na comunidade do Morro Seco.

A nossa conclusão final é que, de facto, aconteceu e estão a acontecer transformações na comunidade de Morro Seco. Diversos fatores provenientes da ASACQVR colaboram para que Morro Seco continue a evoluir permanentemente, com mais instrumentos, conhecimentos e informação. Ainda que não se verifique apoio público, ainda que a legislação se configure como um entrave, ainda que esse processo seja considerado lento para alguns membros da comunidade, a aprendizagem que emergiu da Agenda possibilitará que esses sujeitos se tornem atores de sua própria história, auto-transformando-se reflexivamente, dialogando, discutindo entre si e, principalmente, se emancipem para a formação de uma cidadania política, económica, ambiental e social, fazendo desse processo socioeducativo um elemento transformador da sua realidade.

Temos, no entanto, a consciência de que a esta investigação não nos permite generalizações. Trata-se de um estudo de um caso específico, relativo a um contexto único, ainda que outras 13 comunidades do Vale do Ribeira tenham passado por um processo semelhante. Contudo, e como agenda de futuras investigação, gostaríamos de avaliar o que essas outras comunidades entendem sobre o processo de que foram alvo, à semelhança do que podemos observar em Morro Seco. Será que, de algum modo, essas outras comunidades compreenderam, internalizaram e se instrumentalizaram como a comunidade que estudámos? Será que, de algum modo, a ASACQVR possibilitou resultados semelhantes, ou outros resultados? É possível que uma intervenção participativa transforme outros cenários ou, mesmo, possibilite essa transformação? E em que medida a educação, encarada como comunitária, pode ser um elemento fundamental na formação dos sujeitos, de uma comunidade, e na transformação de sua realidade?

Referências Bibliográficas e Webgráficas

- Araújo, U. (2006). Ética, cidadania e educação comunitária. In *Anais do V Congresso Municipal de Educação de São Paulo*. São Paulo: USP.
- Arruda, R. (1999). Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*. Ano II, 5(2º Semestre).
- Azevedo (2007). Aprender na e com a vida as respostas da Pedagogia Social. *Cadernos de Pedagogia Social*. Universidade Católica Portuguesa Editores. Lisboa.
- Barroso, R., Reis, A., & Hanazaki, N. (2010). Etnoecologia e etnobotânica da palmeira juçara (*Euterpe edulisMartius*) em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. São Paulo. *Acta Botanica Brasilica*, 24(2), 518-528.
- Becker, D., Edmundo, K., Nunes, N., Bonatto, D. & Souza, R. (2004). Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(3), 655-667.
- Bogdan, R. & Biklen. S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Brandão, C. (1981). *O que é Método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2008) *Metodologia da Investigação- Guia para a auto-aprendizagem*. (2ªed.) Lisboa. Universidade Aberta.
- Carril, L. (2006). Quilombo, território e geografia. *Agrária*. São Paulo. 3, 156-171.
- Carrilho, A. (2010). A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. *Contexto e Educação*, Rio Janeiro. Editora Vozes, 83.
- Chagas M. F. (2001). A Política do reconhecimento dos “Remanescentes das comunidades dos quilombos. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, 4(8), 182 – 198.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina.
- Dias, C. (s/d). *GRUPO FOCAL: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas*. Universidade de Brasília: Brasil.
- Fortin, M. (1996). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures. LUSOCIÊNCIA. Edições técnicas e científicas.
- Freire, P. (1992). *Educação e Participação Comunitária*. São Paulo, Brasil: Instituto Paulo Freire.
- Freire, P. (1994). *Pedagogia do Oprimido* (17ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.

- Gadotti, M. (s/d). Espaço da Educação Comunitária. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- Gadotti, M. (2005). A Questão da Educação Formal e Não-Formal. Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problèmes sans solution? Sion.
- Gadotti, M., & Gutiérrez, F. (1993). Educação Comunitária e Economia Popular. São Paulo: Cortez.
- Guivant, J. (2002). Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. Congresso Mundial da International Sociological Association. Brisbane. Austrália, realizado entre 8 a 13 de Julho.
- Gohn, M. (1998). Educação não formal: um novo campo de atuação. Ansaio: aval. pol. públ. Educ. Rio de Janeiro.
- Gohn, M. (2013). Educação popular lugares de construção social coletiva. Educação popular e movimentos sociais. Rio Janeiro. Editora Vozes.
- Gutiérrez, F. (1993). Economia Popular. In F. G. Moacir Gadotti, *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez.
- Instituto SocioAmbiental, *acedido a 10 de Setembro de 2014*. www.socioambiental.org.br
- Jacobi, P. (2003). Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental. EDUSP.
- Júnior, P., Murrieta, S., Taqueda, S., Navazinas, D., Ruivino, P., Bernardo, V. & Neves, A. (2008). A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira. Ciências Humanas, Belém, São Paulo: Brasil, 3(2), 227-252.
- Kátia, S. & Tatto, N. (2008). Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Instituto Socioambiental. São Paulo.
- Little, E. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia de territorialidade. Universidade de Brasília: Brasil.
- Marques, M., Cotrim, M., Pires, M., (2007). Avaliação do impacto da agricultura em áreas de proteção ambiental, pertencentes à bacia hidrográfica do Ribeira do Iguape, São Paulo. *Quim. Nova*, São Paulo: Brasil, 30(5), 1171-1178.
- Marques, A., Lepre, R., Capellin, V., & Bonfim, P. (2009). Educação comunitária: promovendo a construção da cidadania no bairro Ferradura Mirim. *Educação em Revista*, 63-80.

- Martins, M. (2007). Educação Sócio Comunitária em Construção. *Histedbr On-line*, 106-130.
- Oliveira, C. (1999). *A educação como processo auto-organizativo. Fundamentos teóricos para uma educação permanente e comunitária*. Lisboa: Instituto Piaget
- Portela, S. (2012). O impacte do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Dissertação de Mestrado. Universidade do Algarve. Portugal.
- Quivy, R. (1992). Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva editora.
- Ramos, E. (1999). Educación, democracia y emancipación. Universidade de Sevilha: Instituto Paulo Freire.
- Ressel, L., Beck, C., Gualda, D., Hoffmann, I., Silva, R., & Sehnem, G. (2008). O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. *Texto Contexto Enferm*. Florianópolis: Brasil, 779-786.
- Schmitt, A., Turatti, C., & Carvalho C. (2002). A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Território nas Definições Teóricas. *Ambiente & Sociedade*, 1 - 8.
- Silva, K. (2008). Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Comunitária. Congresso Internacional de Pedagogia Social. São Paulo.
- Sousa, A. B. (2009). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.

Anexos